

JÚLIO CÉSAR BITTENCOURT FRANCISCO

Sírios e Libaneses no Rio de Janeiro: Memória Coletiva & Escolhas Individuais

Dissertação apresentada à Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Memória Social.

Aprovado em

BANCA EXAMINADORA

Professora Dra. Vera Doyle Dodebei
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro UNIRIO

Professor Dr. Sérgio Tadeu Niemeyer Lamarão
Fundação Getúlio Vargas

Professora Dra. Josaida Gondar
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro UNIRIO

Professora Dra. Joelle Rouchou
Fundação Casa de Ruy Barbosa

Dedico esse trabalho a memória dos imigrantes que fizeram a América. Pessoas que mudaram suas histórias e destinos, abandonando suas culturas e tradições, se lançando num mundo desconhecido e nele firmando suas raízes para as gerações futuras.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos entrevistados, descendentes de sírios e libaneses, pela cooperação e confiança e por terem prestado seus depoimentos assim como concedido às autorizações de uso de suas falas e imagens para esse trabalho. Agradeço a meus colaboradores Rodrigo Velloso e Rodrigo 'Pádua' pela parceria na realização das entrevistas, pelas incansáveis tardes e às vezes noites que passamos trabalhando juntos para vencer os prazos exíguos na produção das entrevistas, transcrições das gravações e na correção e edição dos textos.

Gostaria de agradecer aos meus orientadores e professoras: Vera Dodebei que me conduziu com segurança por caminhos desconhecidos, Josaída Gondar que me incentivou com sua inteligência cintilante, Joelle Rouchou que me contagiou com seu entusiasmo e motivação pelo tema da imigração e, em especial, ao Professor Sérgio Lamarão que além de essencial e fundamental para o término deste trabalho contribuiu com paciência e generosidade sempre acreditando na minha capacidade, apesar de, nesse processo, passar a bem conhecer os meus limites.

Estendo meus agradecimentos a direção do Departamento de Pesquisa da Universidade Estácio de Sá na pessoa do Professor Fábio Koifman pelo apoio material e também aos meus colegas pesquisadores Paula Ribeiro e Sátiro Nunes pelo apoio e auxílio, sem os quais seria impossível a realização dessa dissertação.

“Trago dentro do meu coração,
Como num cofre que não se pode fechar de tão cheio.
Todos os lugares onde estive,
Todos os portos a que cheguei,
Todas as paisagens que vi através de janelas ou vigias,
Ou de tombadilhos, sonhados,
E tudo isso, que é tanto, é pouco para o que eu quero”.

(Passagem das horas – Álvaro de Campos, 22-05-1916).

RESUMO

A presente dissertação descreve as práticas e as representações sociais dos descendentes de imigrantes sírios e libaneses na cidade do Rio de Janeiro no que se refere à vida familiar e à sua participação da vida social mais ampla. O foco da pesquisa é centrado no desempenho das atividades econômico-profissionais da chamada segunda geração da diáspora síria e libanesa na cidade do Rio de Janeiro. Ademais, o trabalho busca compreender, a partir dos relatos de vida selecionados como fonte para essa pesquisa, como as memórias individuais se entrecruzam na construção de uma memória coletiva do grupo. Fontes documentais, tais como o Cadastro de Imigrantes – Arquivo Nacional, foram adicionadas às fontes orais representadas por 21 entrevistas de filhos de imigrantes nascidos entre 1908 e 1937. As narrativas são organizadas em três categorias – profissionais liberais, comerciantes e mulheres. À guisa de conclusão, o trabalho destaca que as tradições representadas pelo cotidiano da família sírio e libanês mostram-se, para o grupo, como seu patrimônio mais relevante.

ABSTRACT

The present dissertation describes the social practices and representations of the descendants of Syrian and Lebanese immigrants in the city of Rio de Janeiro, in what refers to the family life and their participation in the more enlarged social sphere. The central focus of this research is related to the professional economic activities of the so-called second generation of the Syrian and Lebanese Diaspora in the city of Rio de Janeiro. In addition, the work attempts to understand, based into the accounts of life selected as the source for this research, how the individual memories intersect in the construction of a collective memory of the group. Documental sources, such as the Register of Immigrants, available in the National Archive, were added to oral sources represented by twenty-one interviews of children of immigrants born between 1908 and 1937. The narratives are organized into three categories: liberal professionals, businessmen and women. As conclusion, the work emphasizes that the traditions represented by the daily activities of Syrian and Lebanese families constitute, for the group, their most important patrimony.

SUMÁRIO

1	Introdução	08
1.1	Objetivos do Trabalho	09
1.2	Quadro Teórico-Methodológico	11
1.3	Organização do Trabalho	17
2	A Imigração Sírio e Libanesa no Rio de Janeiro no Século XX	18
2.1	Os Sírios e Libaneses no Brasil	18
2.2	Os Sírios e Libaneses na Cidade do Rio de Janeiro	23
2.3	Dados Demográficos, Espaciais e Ocupacionais	30
2.4	O Movimento Associativo: Igrejas e Clubes	34
2.5	As Escolas	36
3	Memória da Imigração: Uma Apresentação da Primeira Geração	38
4	A Escolha Profissional da Segunda Geração	72
4.1	Entrevistados Brasileiros Filhos de Imigrantes – Os Profissionais Liberais	75
4.2	Entrevistados Brasileiros (as) Filhos (as) de Imigrantes – Os Comerciantes	96
4.3	Brasileiras Filhas de Imigrantes Sírios e Libaneses	106
5	Considerações Finais	115
	Referências	129
	ANEXO A – Quadro Geral dos Entrevistados	134
	ANEXO B – Descendentes de Antônio Francisco	136

PRIMEIRO CAPÍTULO

1 Introdução

A imigração de pessoas do Oriente Médio no Rio de Janeiro, iniciada em fins do século XIX, teve na Rua da Alfândega e vizinhanças um porto seguro. Ali o imigrante encontrava praticamente tudo que poderia precisar: acomodações acessíveis em pensões, troca de informações sobre coisas e pessoas, jornais em língua árabe - impressos no local e que ampliavam ainda mais a teia de referências -, restaurantes servindo comida árabe, uma igreja ortodoxa (localizada não muito longe dali, na Rua Gomes Freire), e também e principalmente crédito para um impulso inicial no negócio de ambulante.

Através de uma eficiente rede de distribuição, montada na base da confiança, mercadorias eram consignadas por outros 'patrícios' já estabelecidos para serem revendidas pelos recém-chegados. De um modo geral, uma mala com artigos de armarinho contendo produtos baratos - lenços e meias, linhas e agulhas, rendas e ilhoses - eram cedidos a esses ambulantes denominados 'mascates'. Uma passagem de trem para o interior era, muitas vezes, o ponto de partida do imigrante sírio ou libanês, que mesmo sem falar português, 'fez o Brasil'.

Foi exatamente este caminho que o meu avô paterno trilhou. Cristão, nascido numa pequena cidade nas montanhas da Síria, ele emigrou para o Brasil aos 14 anos, em 1907. Foi seu irmão mais velho, já estabelecido na Rua da Alfândega, quem provavelmente financiou sua viagem, bem como o início da suas atividades no Brasil.

O meu interesse pela imigração dos sírios e libaneses para o Brasil e pela sua inserção na vida social do país teve, pois, essa motivação inicial, de cunho marcadamente pessoal. Dando materialidade a esse interesse, durante o meu curso de graduação em museologia, iniciado em 1997, comecei a reunir informações sobre a memória de imigrantes sírios e libaneses no Rio de

Janeiro. Como monografia de final de curso, apresentei, em 2002, o trabalho: *Imigração síria e libanesa para o Brasil: negociando a identidade* (FRANCISCO, 2002).

Ainda em 2002, no mês de novembro, pude dar prosseguimento às minhas pesquisas sobre imigração síria e libanesa. Nessa ocasião, fui convidado a tomar parte no projeto *Memória da imigração: sírios e libaneses no Rio de Janeiro*, desenvolvido pelo Departamento de Pesquisa da Universidade Estácio de Sá e que se estendeu até 2003. Ali coordenei um grupo de pesquisadores que, durante nove meses, colheu e transcreveu 34 depoimentos de imigrantes e descendentes de sírios e libaneses: a chamada ‘primeira geração’ de pessoas dessa origem radicadas no Rio de Janeiro.

Como desdobramento dessas iniciativas, em 2003 iniciei o curso de mestrado em Memória Social e Documento na UNIRIO, tendo como proposta investigar os caminhos percorridos pela imigração síria e libanesa na cidade. Evidentemente, minha intenção era recorrer, como fonte principal da pesquisa destinada à elaboração da futura dissertação de mestrado, às entrevistas com os descendentes de sírios e libaneses de segunda geração¹, realizadas no âmbito do projeto *Memória da Imigração*, já mencionado.

1.1 Objetivos do Trabalho

Este trabalho tem como objetivo principal analisar as práticas e as representações dos descendentes de imigrantes sírios e libaneses no Rio de Janeiro no que se refere à vida familiar e à sua participação na vida social mais ampla, incluindo aí o desempenho de atividades econômico-profissionais. Esse último ponto levou-me a investigar como se desenharam as escolhas profissionais, atentando, necessariamente, para o contexto social e econômico da cidade. Nesse

¹ Considera-se como primeira geração a do próprio imigrante. A segunda geração corresponde aos seus filhos, e assim sucessivamente.

sentido, cabe informar que o momento no qual a segunda geração definiu-se profissionalmente corresponde, ‘grosso modo’, ao período que se estende de 1920 a 1950, quando a sociedade brasileira vivia importantes transformações, impulsionadas pelas ações empreendidas durante o primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945).

No decorrer desses anos, comerciantes bem sucedidos da comunidade síria e libanesa encaminharam seus filhos para alguma carreira liberal e, em menor escala, os casaram com brasileiros de famílias tradicionais. Tiveram início assim o distanciamento das origens e a descontinuidade da tradição, até então bem marcadas. Assim, decididos a criar raízes no Brasil, esses imigrantes tratavam de disfarçar ou amenizar as diferenças para se integrarem mais rapidamente na sociedade brasileira. Afinal, “o primeiro passo para que um grupo seja aceito e inserido em um outro maior é parecer-se ao máximo com ele. Desse modo, ele poderá mostrar aos poucos suas diferenças” (CABREIRA, 2001, p. 97).

Nesse contexto, a questão da educação assumiu grande centralidade. “O investimento na educação de seus filhos, vê-los seguir trajetórias profissionais que trouxessem prestígio social” (TRUZZI, 1997, p.151), mesmo que para isso fosse necessário negociar seus costumes e tradições, tornava-se agora uma meta prioritária para um número significativo de imigrantes sírios e libaneses, que aqui chegaram no início do século XX, analfabetos e sem falar o português. Nas gerações posteriores, o número de descendentes que investiu em carreiras socialmente valorizadas (medicina, odontologia, direito e engenharia) cresceu de forma acentuada². Em outras palavras, a importância que assumiu a educação parece não ter diminuído com a passagem do tempo e a sucessão das gerações.

²Estudando São Paulo, Truzzi (1997) afirma que o vigoroso processo de ascensão social experimentado pela colônia sírio-libanesa teria sido legitimado na arena da educação superior. Em outras palavras, os filhos e netos do imigrante, que chegou como mascate e fez fortuna como comerciante e/ou industrial, ampliaram os negócios da família, legitimaram-se socialmente estudando em escolas de prestígio e seguindo carreiras caras às elites -advocacia, medicina, engenharia (TRUZZI, 1997, p. 151).

Vale indagar se as apostas profissionais tinham algo a ver com um mercado de trabalho em expansão, relacionado aos projetos modernizadores da ‘Era Vargas’, que transformavam o Estado brasileiro num importante empregador. O fato de o Rio de Janeiro ser, nesses anos, a capital do país reforça a colocação anterior, pois a cidade sediava – e ainda sedia – as principais empresas estatais criadas no período. Nessa mesma linha de raciocínio, buscou-se investigar se o processo de industrialização observado no Sudeste brasileiro (particularmente forte em São Paulo, mas também presente no Rio) também teria influenciado nas tomadas de decisão dos descendentes de sírios e libaneses.

Procurei averiguar ainda se o ingresso da segunda geração nos cursos universitários teve como contrapartida uma diminuição do interesse pelas atividades comerciais. Foi igualmente objeto do meu interesse tentar identificar se não teriam sido adotadas outras estratégias sociais que garantiram a inegável mobilidade social ascensional dos ‘patrícios’ na sociedade carioca no curso de apenas uma geração. Para tal, formulei algumas perguntas: a ascensão social da primeira geração deveu-se apenas à educação? Outros ingredientes não teriam também contribuído para esse sucesso tão rápido? Afinal, os descendentes de sírios e libaneses também marcam presença em atividades completamente distintas, mesmo marginais, como o ‘jogo do bicho’ ou as escolas de samba da cidade, que certamente não lhes exigiram a passagem pelos bancos das universidades.

1.2 Quadro Teórico-Metodológico

O ponto de partida das reflexões ora apresentadas foi o projeto supra-referido *Memória da imigração: sírios e libaneses no Rio de Janeiro*. Detalhando-o um pouco mais, vale dizer que a intenção da equipe executora desse projeto era recuperar relatos de vidas de representantes da primeira e da segunda geração da diáspora síria e libanesa na cidade do Rio de Janeiro,

entendendo o termo ‘relato de vida’ como “a descrição oral que um indivíduo faz da sua experiência de vida, ou parte dela, a pedido de outra pessoa” (ORTIZ, 2004, p.75). Esses relatos, que não são espontâneos, resultam na verdade de uma prática de investigação que implica uma relação entre investigador e sujeito investigado. Eles condensam as experiências das vidas daqueles que narram, “e ao mesmo tempo” representam “uma criação intelectual produzida pela iniciativa do investigador” (ORTIZ, 2004, p.75). Uma outra dimensão a ser levada em conta é que, através dos relatos individuais, se constrói um relato coletivo.

A leitura preliminar das histórias de vida dos depoentes reunidas no projeto contribuiu significativamente para a formulação das questões acima. Essas trajetórias contêm um amplo conjunto de informações – data e local de nascimento, nome do pai e da mãe, profissão dos pais, escolaridade, atividades profissionais, ingresso na carreira, posicionamento social, atuação no mercado de trabalho etc. – de inegável utilidade para a consecução da pesquisa.

Os critérios de inclusão adotados na presente dissertação foram os seguintes: ser filho ou filha de imigrantes sírios ou libaneses (não necessariamente pai e mãe, mas sim um dos dois), o pai ou a mãe, ou ambos, terem tido o árabe como língua materna e terem chegado ao Brasil entre o final do século XIX e 1926 (justifica-se o período escolhido por ser este, conforme será visto, o de maior vigor da imigração síria e libanesa para o país). Não foi feita nenhuma restrição em relação às diversas orientações religiosas professadas no Oriente Médio (apenas dois dos depoentes são muçulmanos, sendo os demais cristãos)³. Por conta desses critérios, pude aproveitar 21 das 34 entrevistas constantes do projeto *Memória da imigração*, reunindo depoimentos de filhos de imigrantes (ver Anexo I) nascidos entre 1908 e 1938⁴. A relação dos

³ Alfredo Naccache (Op.Cit KARAAN, 2000 p.19) considera que cerca de 16% dos imigrantes sírios e libaneses eram sefaraditas (judeus de origem árabe).

⁴Por conseguinte, não lancei mão das dez entrevistas feitas com sírios e libaneses que chegaram ao Brasil entre 1919 e 1957 (1ª geração) e de três entrevistas com descendentes (2ª geração).

entrevistados é formada, em sua maioria, por profissionais liberais (tendo, alguns deles, se tornado figuras públicas), mas inclui também comerciantes e donas de casa.

Todo e qualquer trabalho baseado na coleta de depoimentos remete obrigatoriamente à história oral”, entendida “como método de ampliação do conhecimento e como fonte de consulta”. Ela possibilita ao pesquisador “recuperar parte do ambiente e conhecer aspectos do cotidiano sob um ponto de vista mais afetivo e individual, incorporando assim elementos e perspectivas às vezes ausentes de outras práticas históricas” (AMADO & FERREIRA, 1996, p. 46).

A produção de documentos ou fontes com base no recurso da história oral coloca o pesquisador diante de uma questão central: a elaboração de roteiros para entrevista. Conforme Meihy (2000, p. 61-70), há duas modalidades de roteiro: história de vida e relatos factuais (ou temáticos). Antes da entrevista, o pesquisador elabora um roteiro contendo questões que permitam recolher informações sobre, por exemplo, a infância, a escolaridade e a vida familiar do entrevistado. De forma cronológica, avança-se até a juventude, vida profissional, filhos, casamento etc. Já no roteiro de entrevista factual, as questões colocadas focalizam um determinado recorte temporal, um evento específico que integra um contexto histórico, o qual, necessariamente, deve ser do conhecimento do entrevistador. Os depoimentos aqui reunidos são, vale frisar, do tipo história de vida, mas para aprofundar as reflexões acerca da questão ‘escolha profissional do descendente’, voltei a entrevistar alguns dos 21 depoentes originais, formulando perguntas mais direcionadas para aquele campo temático⁵.

Cabe lembrar ainda um dos traços definidores da história oral: ela só pode ser empregada em pesquisas sobre temas recentes, que a memória do entrevistado dê conta. Com o tempo, as entrevistas assim produzidas poderão servir de fontes de consulta para pesquisas sobre temas não tão recentes (ALBERTI, 2004 a, p. 22).

⁵ Os depoentes a quem recorri uma segunda vez foram Jamil Haddad, Jorge Darze e Jorge Fadel.

Num projeto como esse, que tem a imigração como eixo, o papel da memória é de crucial importância: “A memória aparece como um conceito central [...]. Ela é um dos recursos metodológicos para construir o imaginário do imigrante” (HALBWACHS, 1990, p.39). A experiência da imigração não se esgota numa geração apenas, afetando outras gerações, além daquela do próprio imigrante. Nesse sentido, seria irreal pensar que os registros trazidos pelos pais não se configuram como algo marcante nas vidas dos filhos. Essas lembranças, com o passar do tempo, são re-elaboradas e trocadas por imagens, palavras, cores, símbolos e até mesmo cheiros ou objetos, sem, no entanto, deixarem de existir enquanto memória individualmente. Elas constituem, portanto, um verdadeiro patrimônio, passível de ser recuperado e preservado, ganhando contornos e materialização.

De acordo com Pollack (1992), os elementos constitutivos da memória, individual ou coletiva são, em primeiro lugar, os acontecimentos vividos pessoalmente. Em segundo lugar, são os acontecimentos que ele considera vividos por tabela, i. e., “acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. São acontecimentos de que nem sempre a pessoa participou”. (POLLACK, 1992, p. 201) Nesse mesmo texto, Pollack oferece outras informações adicionais extremamente relevantes sobre o conceito de memória:

A memória é constituída por pessoas, personagens. Aqui também podemos aplicar o mesmo esquema, falar de personagens realmente encontrados durante a vida, de personagens freqüentados por tabela, indiretamente, mas que, por assim dizer, se transformaram quase que em conhecidas, e ainda de personagens que não pertenceram necessariamente ao espaço-tempo da pessoa (POLLACK, 1992, p. 202).

Mais adiante, o autor se detém na análise de como a memória se organiza a partir de preocupações pessoais e políticas do momento, o que comprova que a memória é um fenômeno construído. Mas esclarece:

Quando falo em construção, em nível individual, quero dizer que os modos de construção podem tanto ser conscientes como inconscientes. O que a memória individual grava, recalca, exclui, relembra, é evidentemente o resultado de um verdadeiro trabalho de organização (POLLACK, 1992, p. 204).

Como ainda aponta Pollack (1988, p. 82), “a memória é um território em disputa”. Nessa perspectiva, a análise dos depoimentos dos entrevistados levanta não só a memória da diáspora síria e libanesa, mas igualmente os seus desdobramentos através do tempo, suas principais motivações, suas características comuns e suas diferenças individuais e coletivas. Esses pontos de tensão, reafirmação, certezas e descontinuidades estão presentes na memória dessas pessoas e apontam para uma transformação dessas comunidades. Essas memórias constituem-se em fatos sociais relevantes não só no sentido de recuperar uma história individual, mas antes, faz parte de valores coletivos. A multiplicidade étnica e cultural da cidade fica desta forma conhecida e mapeada, explicando as razões por detrás de algumas escolhas individuais dentro de um grupo maior.

Embora o eixo da pesquisa tenha sido constituído por depoimentos já feitos e transcritos, recorri a outras fontes para desenvolver esta dissertação. Nesse sentido, o acervo do Arquivo Nacional revelou-se particularmente útil, uma vez que contém fichas de cadastramento de estrangeiros, requisições de título declaratório de cidadania brasileira, processos de retificação de identidade, de naturalizações e de expulsões, cobrindo o período que se estende do final do século XIX até 1945 (a grande maioria dos processos data das décadas de 1920 e 1930). Nele localizei um número significativo de processos de pedido de naturalização ou de solicitação de título declaratório de cidadão brasileiro encaminhados por cidadãos sírios e libaneses, em geral de boa situação econômica.

Cabe por fim mencionar a bibliografia secundária⁶. Uma investigação não exaustiva revelou a existência de muitos títulos sobre o tema imigração. Esse conjunto de obras comportava, de um lado, trabalhos de cunho mais geral, que discorrem sobre a imigração para o Brasil de forma ampla, não se detendo em nenhuma nacionalidade em particular nem nos locais específicos para onde se dirigem os fluxos migratórios; do outro, inclui artigos que traçam as trajetórias das correntes migratórias mais numerosas – i.e., a italiana, a alemã e a japonesa⁷ –, ou que enfocam as áreas receptoras, vale dizer os estados do sul (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná) e de São Paulo.

A imigração síria e libanesa foi objeto de investigação de um número comparativamente reduzido de trabalhos. Em linhas gerais, boa parte desses títulos é representada por relatos de imigrantes ou de seus filhos, calcados em trajetórias individuais e em sagas familiares. A maioria dessas obras discorre sobre a situação observada em São Paulo, principal centro receptor de sírios e libaneses no país, ainda que fornecendo informações mais gerais sobre o conjunto do país. É esse o caso, entre outros, do trabalho pioneiro do norte-americano Clark Knowlton: *Sírios e libaneses: mobilidade social e espacial*, (1961) de *Imigração árabe: 100 anos de reflexão*, de Claude Hajjar, (1985), e, sobretudo da tese de doutorado de Oswaldo Truzzi, editada em 1997 com o título: *Patrícios; sírios e libaneses em São Paulo*. No caso da cidade do Rio de Janeiro, embora não pretenda ser conclusivo, verifiquei a existência de apenas um trabalho: *A distribuição sócio-espacial dos imigrantes libaneses na cidade do Rio de Janeiro entre 1920 e 1940*, dissertação de mestrado em história apresentada por Amin Karaan, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, em 2000.

⁶ A discussão das fontes secundárias foi baseada no projeto de pesquisa de pós-doutorado de Sergio Tadeu de Niemeyer Lamarão, apresentado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) em 2001.

⁷ Dois outros grupos - portugueses e espanhóis, extremamente significativos sob o ponto de vista demográfico não merecem a mesma atenção.

1.3 Organização do Trabalho

O 1º capítulo, de caráter introdutório, apresenta um pequeno histórico do objeto e suas justificativas, discute a fundamentação teórica, o objetivo principal, os objetivos específicos, a metodologia e as fontes. Consta ainda deste capítulo a proposta de organização do trabalho.

O 2º capítulo versa sobre a imigração síria e libanesa na cidade do Rio de Janeiro de 1880 a 1930, tendo como pano de fundo, a imigração no quadro político, econômico e demográfico do Brasil. A presença síria e libanesa na cidade do Rio de Janeiro e seu contexto ocupacional e demográfico, bem como a mobilidade social e a presença dos descendentes em números comparativos com os descendentes de outras etnias, também são abordados.

O 3º capítulo faz uma breve apresentação dos entrevistados dispostos pela ordem dos mais velhos aos mais novos, abordando, em trechos escolhidos de cada entrevista, aspectos da memória da imigração através da fala dos descendentes. A ênfase recai em suas trajetórias individuais, tendo como pano de fundo o desenvolvimento da cidade do Rio de Janeiro.

O 4º capítulo aborda o tema das escolhas profissionais dos descendentes. Os depoimentos estão ordenados em três blocos. Em cada um deles, os depoimentos encontram-se na mesma ordem, ou seja, dos depoentes mais velhos aos mais novos. O primeiro bloco é dos profissionais liberais, o segundo é o dos comerciantes e o terceiro das mulheres da comunidade. O fio condutor é a trajetória familiar em relação às escolhas individuais.

O 5º capítulo consiste num mergulho às minhas raízes, centrado na figura do meu avô paterno. Nele procuro traçar um paralelo entre a sua trajetória e as de seus filhos com as dos “meus” depoentes e seus pais, estabelecendo, assim, um quadro mais amplo dos padrões de comportamento e das escolhas profissionais e matrimoniais dessa corrente migratória.

SEGUNDO CAPÍTULO

2 A Imigração Sírio-Libanesa no Rio de Janeiro no Século XX

2.1 Os Sírios e Libaneses no Brasil

A grande maioria dos trabalhos sobre imigração síria e libanesa para o Brasil traça um retrato mais ou menos comum da situação enfrentadas pelos imigrantes em seus países de origem (Síria e Líbano), que reúne os seguintes elementos básicos: conjuntura política de subordinação aos turcos otomanos, atividades econômicas (agricultura e pecuária de subsistência) em crise, colapso da pequena propriedade rural provocado pelo avanço do capitalismo no campo, superpopulação nos campos e nas cidades, tensão religiosa entre cristãos e muçulmanos, perseguições políticas, fome etc.⁸ (VILHENA, 2001, p. 131).

Em contrapartida, o lugar de destino, o Brasil, atravessava um período de expansão econômica, causado, em boa parte, pelo sucesso da lavoura cafeeira observado na segunda metade do século XIX, sobretudo em São Paulo. Era grande

[...] a necessidade de mão- de- obra para a cultura do café, em um momento em que a escravidão negra estava se aproximando visivelmente de seu fim e em que o sistema capitalista estava penetrando a atividade agrícola. Foi assim que começaram a chegar os imigrantes (LUNARDELO & CAMPOS, 2000, p.108).

O primeiro momento da diáspora de sírios e libaneses teve início por volta do início da década de 1860 e teve como local de destino preferencial os Estados Unidos. A imigração em massa para o Brasil aconteceu cerca de 20 anos depois. A mudança de destino pode ser explicada, pelo menos parcialmente, pelo ‘fechamento’ das fronteiras americanas para imigrantes ‘mediterrâneos’, ou para aqueles que não estivessem em boas condições de saúde.

⁸ Ver também ALMEIDA, 2000, p. 218-219 e FAUSTO, 1999, p. 59.

Diferentemente, de outras correntes migratórias – como os italianos, espanhóis e portugueses, que, em geral, vieram para o Brasil e para outros países americanos num processo de emigração dirigida ou subsidiada – os sírios e libaneses não contavam com qualquer auxílio de organizações estatais, nem emigravam trazendo toda família. A viagem era custeada pelos próprios imigrantes (o que caracterizava a chamada imigração espontânea); muitos deles saíram com pouquíssimo ou nenhum recurso que garantisse o pronto estabelecimento em seu novo destino. A decisão era do indivíduo, mas tomada com a participação da família ou com sua aprovação. A estratégia escolhida era tentar juntar o máximo de dinheiro no mínimo de tempo possível e voltar para casa.

Os relatos dão conta que mesmo pouco dinheiro já era algo notável nas áreas rurais do Líbano e da Síria, onde a economia era pouco monetarizada. Os ‘torna-viagem’ ou mesmo aqueles que enviavam dinheiro da América para suas famílias adquiriam grande prestígio na aldeia natal, principalmente junto aos vizinhos, que já preparavam seus filhos para a emigração. Normalmente o dinheiro era usado na compra de terras ou no aumento do rebanho (KNOWLTON, 1961, p.63).

De acordo com alguns autores (KHATLAB, 1999 *apud* SIQUEIRA, 2002, p. 36), as visitas de D. Pedro II ao Oriente Médio – sobretudo a segunda, feita ao Egito, Líbano e Palestina, em 1877 – teriam aberto oficialmente a possibilidade da emigração de sírios e libaneses para o Brasil, parte de uma estratégia mais ampla de estimular a vinda de mão-de-obra estrangeira para o país, já que o trabalho escravo estava em vias de abolição.

Os dados numéricos sobre a entrada no Brasil dessa corrente imigratória são muito imprecisos, sobretudo porque até 1892 todos eles (sírios, libaneses, palestinos e mesmo turcos) foram classificados como turcos. Foi apenas a partir deste ano que os sírios passaram a ser registrados separadamente. Como até 1920 – depois, portanto, do término da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e início do mandato francês – o Líbano foi considerado parte da Síria, todos

os libaneses foram incluídos entre os sírios. Todavia, tanto antes como depois de 1892 a imensa maioria dos imigrantes registrados como turcos eram, de fato, sírios e libaneses (PIMENTEL, 1986, p. 121). Ernesto Capello (2002) afirma basicamente o mesmo, mas fornece outras datas. Segundo ele, as duas nacionalidades – síria e libanesa – foram incluídas numa única categoria pelas autoridades de imigração brasileiras até 1926, ano em que o Líbano se separou da Síria. Na verdade, complementa o autor, até 1908 todos os imigrantes do Império Otomano eram classificados no Brasil como ‘turco-árabes’. Por conseguinte, diz ele, é totalmente impossível ter à disposição dados estatísticos confiáveis acerca do número de imigrantes especificamente sírios ou libaneses (CAPELLO, 2002, p. 34).

Contudo, é certo que nos períodos de 1895 a 1914, nos anos 1920 e no pós-1945 registraram-se as entradas mais expressivas desses imigrantes no país. Durante as duas grandes guerras, o fluxo se reduziu de modo significativo ou praticamente cessou. No conjunto, os dados disponíveis contabilizam o ingresso de 57.020 pessoas entre 1895 e 1914, de somente 2.693 entre 1914 a 1919 (no contexto da Primeira Guerra Mundial) e de 42.210 de 1920 a 1930, totalizando 101.923 imigrantes (ALMEIDA, 2000, p. 14). Nesse último período os ingressos anuais dos sírios e libaneses variaram entre mil e cinco mil imigrantes, atingindo um pico de 7.308, em 1926 (NUNES, 2000, p. 60).

O ano de 1930 marca o início das restrições imigratórias. Pelo Decreto 19.482, de 12 de dezembro de 1930, o novo governo brasileiro (Getúlio Vargas havia assumido o poder pouco antes, através da vitória da Revolução de 1930), limitava a imigração aos estrangeiros já domiciliados no Brasil, aqueles cuja entrada fosse solicitada pelo Ministério do Trabalho e, sob certas condições, aos trabalhadores especializados (PIMENTEL, 1986, p. 47). A subsequente adoção do sistema de cotas, somada à depressão econômica, provocou uma redução substancial do fluxo imigratório em geral. No caso específico dos sírios e libaneses, entre 1930 e 1940 a

média de entradas no Brasil ficou entre cem e quinhentos por ano. Com a Segunda Guerra Mundial, esses números foram drasticamente reduzidos⁹ (NUNES, 1986, p. 89).

Em relação à sua distribuição pelo território brasileiro, os sírios e libaneses se fixaram, sobretudo nos estados de São Paulo e Minas Gerais e Rio de Janeiro, e no Distrito Federal (i.e., a cidade do Rio de Janeiro)¹⁰. Apesar de concentrarem-se nessas unidades da federação, as de maior atividade econômica, eles estavam espalhados em diversas regiões do país desde o início do século XX. Os Censos de 1920 e 1940 revelam sua presença, com maior ou menor intensidade, em praticamente todos os estados brasileiros. O *ranking* era o seguinte:

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO SÍRIA E LIBANESA: PRINCIPAIS ESTADOS RECEPTORES

Estado	1920	1940
São Paulo	19.285	23.948
Minas Gerais	8.684	5.902
Distrito Federal	6.121	6.510
Rio de Janeiro	3.200	2.541
Rio Grande do Sul	2.565	1.903
Paraná	1.625	1.576
Pará	1460	848
Mato Grosso	1232	1.066
Bahia	1206	947

Quadro 1 – quadro montado pelo autor. Fonte: *Recenseamento do Brasil 1920, 1947*, p. 123, *apud* PIMENTEL, 1986, p. 56.

⁹ Cabe informar que o termo ‘imigrante’ foi redefinido pelo Decreto nº 24.215, de 9 de maio de 1934. Desse modo, imigrante passou a ser aquele que vinha ao Brasil para exercer um ofício ou profissão por mais de 30 dias; o não imigrante, por sua vez, era quem permanecia no país por até 30 dias. Essa definição foi considerada insatisfatória, e por conta disso, quatro anos depois a legislação foi novamente alterada, pelos decretos nº 406, de 4 de maio de 1938, e nº 2.010, de 20 de agosto de 1938, incluindo agora as categorias ‘permanente’ e ‘temporário’. Os classificados como temporários eram os turistas, viajantes em trânsito; os permanentes os que constituíam lar definitivo no país (KNOWLTON, 1961, p. 35, *apud* SIQUEIRA, 2000, p. 26-27).

¹⁰ Em termos percentuais, o Distrito Federal era a unidade da federação com os mais elevados percentuais de estrangeiros em 1940 – 13,06% (incluindo os naturalizados), o que correspondia, em números absolutos, a 230.443 pessoas. No Censo de 1950, a Capital Federal manteria o primeiro lugar, embora com um percentual menor – 8,88% (211.179 pessoas). Nos dois censos, São Paulo vinha em segundo lugar: 11,37% em 1940, 816.996 pessoas e 7,60% em 1950, 693.555 pessoas. (CORTES, 1958, p. 78) - dados retirados do Quadro 7 - Estrangeiros nas diferentes unidades da federação.

Ainda de acordo com o Censo de 1940, o número de sírios e libaneses do sexo masculino chegava a 27.689, enquanto as mulheres somavam 18.097. Os homens também superavam em muito às mulheres em relação à naturalização: 4.163 contra 1.284. Todavia, no que concerne aos descendentes de segunda geração, registrava-se um grande equilíbrio: 53.769 homens contra 53.307 mulheres (CORTES, 1958, p. 72).

Embora a maioria dos sírios e libaneses que chegou ao Brasil fosse formada por agricultores, a estrutura fundiária do país, baseada nas grandes propriedades e na monocultura, a carência de terras disponíveis a baixos preços e os poucos recursos financeiros trazidos por eles inviabilizaram sua fixação no meio rural. Como eles também não se enquadraram na categoria de operários urbanos, ficaram à margem do perfil idealizado pela política imigratória brasileira. Esses imigrantes concentraram-se sim nos centros urbanos, mas nele desenvolveram atividades relacionadas ao comércio, seja primeiro como ambulantes (mascates), ou mais tarde em negócios regularmente estabelecidos. Contudo, a sua atuação profissional não estava restrita somente às cidades, uma vez que a população rural representava um importante contingente de consumidores a serem atendidos (ALMEIDA, 2000, p. 87). Desse modo, eles deram uma importante contribuição no processo de ocupação do território nacional, funcionando como elementos dinamizadores dos mercados local e regional, integrando regiões até então isoladas do mercado consumidor (NUNES, 1986, p. 62).

Nos primeiros anos de atividade, os mascates, em visita às cidades interioranas e principalmente às fazendas, levavam apenas miudezas e bijuterias. Mas com o passar do tempo e o aumento do capital, começaram também a oferecer tecidos, lençóis, roupas prontas, entre outros artigos. Conforme acumulavam os ganhos, os mascates contratavam um ajudante ou compravam uma carroça; o passo seguinte era estabelecer uma casa comercial. Foram eles que introduziram as

práticas da alta rotatividade e alta quantidade de mercadorias vendidas, das promoções e das liquidações.

Algum tempo depois, eles ingressaram no setor industrial. A expansão de suas atividades econômicas na produção têxtil na década de 1920 coincidiu com a ‘era dourada’ da fabricação de tecidos no Brasil. Após a Primeira Guerra Mundial, as fábricas brasileiras de têxteis aumentaram em 50% a sua produção, reduzindo assim a participação das importações inglesas no mercado nacional. O grupo étnico que mais se beneficiou desta situação foram exatamente os sírios e libaneses que, no final dos anos 1920, despontaram como uma poderosa força econômica em São Paulo (TRUZZI, 1992, p. 66). Na década seguinte, era crescente a sua presença no conjunto da indústria têxtil brasileira, destacando-se, sobretudo na produção de fibras sintéticas.

2.2 Os Sírios e Libaneses na Cidade do Rio de Janeiro

A primeira referência à presença de sírios e libaneses na cidade do Rio de Janeiro remonta à conjuntura da chegada da Família Real portuguesa ao Brasil, em 1808, fugindo da invasão de Portugal pelas tropas de Napoleão. Devido às dificuldades de acomodação, e por “não se encontrar na cidade lugar mais digno e aprazível”, o solar do rico comerciante Antônio Elias Lopes, na Quinta da Boa Vista, foi cedido ao príncipe regente D. João. Antônio Elias Lopes seria, na realidade, o libanês Elias Antun Lupus que ‘abrasileirou’ seu nome e sobrenome, prática, aliás, que seria bastante recorrente entre os patrícios no Brasil. (HAJJAR, 1985, p. 88)¹¹. Lupus teria sido um grande proprietário de terras na região da Prainha (atual Praça Mauá), possuindo também um açougue de carne de carneiro e um estabelecimento de secos e molhados na Ponta do Caju (HAJJAR, 1985, p. 86).

¹¹ Era comum, entre os imigrantes sírios e libaneses, ‘traduzir’ seus nomes – e também sobrenomes – para o português ainda no próprio navio que os levava para o Brasil. Por exemplo: Botros – Pedro; Youssef – José; Yacub – Jacó; Jamil – Benjamin; Boulus – Paulo; Hanna – João; Abbas – Alberto; Ahmed – Armando; Hadad – Ferreira; Dib – Lobo; Saliha – Sales; Salame – Barbosa; Haber – Alves (ZAIDAN, 2001, p. 89-90).

A presença de elementos provenientes do Oriente Médio continua extremamente discreta nas primeiras décadas do século XIX, quando houve um fluxo contínuo de europeus para a cidade, principalmente de portugueses, ingleses, franceses e alemães. A consulta aos registros de entrada de estrangeiros na capital do Império revela a virtual ausência de viajantes com sobrenome árabe ¹². Nesse contexto, chama atenção o nascimento em Petrópolis, em 1861, do conhecido lingüista Manuel Said Ali Ida. Não se sabe se seu pai, Said Ali Ida, tinha nascido no Brasil ou em algum ponto do Império Otomano¹³ (INSTITUTO CAMÕES, 2004).

A partir de 1851, uma empresa inglesa de navegação, a *Royal Mail*, passou a servir o trecho entre Lisboa e Rio de Janeiro com uma frota composta de navios novos, rápidos e mais confortáveis (FAUSTO, 1999, p. 46). Este fato marcou a história da imigração para o Rio de Janeiro porque, a partir de então, e por muitos anos, enormes vapores de empresas européias despejavam na cidade um grande número de imigrantes, passageiros de ‘terceira classe’, vindos principalmente de países mediterrâneos, onde essas empresas mantinham escritórios. Esses navios também transportavam milhares de toneladas de mercadorias, valores e correspondências entre o Rio de Janeiro e portos da Europa. Os agentes dessas empresas, além de angariarem passageiros num mercado concorrido, passavam notícias e recados aos imigrantes sobre as condições econômicas e sanitárias dos países para onde eles pretendiam imigrar. Muitas vezes uma epidemia de cólera ou de febre amarela num determinado país desviava centenas de imigrantes para um outro destino.

No caso dos sírios e libaneses, essas empresas floresceram durante o último quartel do século XIX, quando o transporte de emigrantes tornou-se um negócio extremamente lucrativo.

¹² As únicas exceções foram Ali Abdalla e sua esposa Amada, que entraram no Rio de Janeiro em 22 de junho de 1836. No registro, eles aparecem como ‘asiáticos’. (Arquivo Nacional, S/D).

¹³Said Ali estudou na cidade natal, até se transferir para o Rio com cerca de 14 anos, trabalhando então na livraria Laemmert. Foi professor de alemão (sua mãe era alemã) da Escola Militar e do futuro Colégio Pedro II.

Muitas delas mantinham escritórios nos portos de Trípoli ou Beirute, bem como na França, particularmente em Marselha.

O Rio de Janeiro foi provavelmente o primeiro núcleo de emigrantes ‘sírios’ no Brasil. Por volta de 1874, após a primeira viagem de D. Pedro II ao Oriente Médio, chegaram ao Rio de Janeiro, provenientes de Belém, na Palestina, os irmãos Zacarias, comerciantes que se teriam instalado com negócio de artigos religiosos e artesanato na Rua da Alfândega¹⁴. A partir de 1880, outros imigrantes do norte do Líbano e alguns sírios seguiram a mesma trajetória, fazendo parte daquilo que Hajjar (1985, p. 23) classificou de ‘primeira leva imigratória’ (1870-1900), caracterizada pela imigração de famílias inteiras, além de intelectuais cristãos do Líbano e da Síria.¹⁵ Eles começaram a se agrupar na rua da Alfândega e adjacências¹⁶, alguns com estabelecimentos comerciais, outros como empregados ou mascates:

Essa rua central do Rio de Janeiro tornou-se um centro comercial importante graças à sua localização estratégica e por ser passagem obrigatória entre o mar e o Engenho Velho dos Jesuítas e, ainda, o caminho para São Cristóvão. Um grande contingente da população por ela trafegava, atraindo assim a massa dos novos imigrantes italianos, portugueses e árabes que nela se dedicavam ao comércio ambulante (HAJJAR, 1985, p. 117).

Não devemos confundir, porém, algumas profissões comuns no início do século XX, como a de representante comercial, caixeiro viajante e mascate. O representante comercial tinha, em

¹⁴ Essa afirmação não é consensual. Para Ernesto Cappelto (2002, p. 55), a primeira concentração de imigrantes sírios e libaneses no Brasil teve lugar na região amazônica, por volta de 1880, durante o *boom* da borracha.

¹⁵ Fouad Chalfun (FRANCISCO, 2003 p. 52) relata que nesta época sírios e libaneses cristãos se refugiaram no Egito para escapar da perseguição otomana. Lá eles fundaram jornais e escreveram romances revolucionando as letras árabes de então. Gibran Khalil Gibran é apenas um exemplo. O Brasil recebeu poetas, professores, jornalistas e intelectuais sírios e libaneses que aqui fundaram jornais. Alguns desses jornais continham, em forma de crônicas, poemas e romances que revolucionando a literatura na terra de origem foi chamada de literatura ‘*Nahda*’ (renascimento) pelo vigor e criatividade somente experimentados nos tempos clássicos do Império árabe. Um exemplo era o jornal ‘*Al Andalusia*’ do início do século XX..

¹⁶ Não foi somente no Rio de Janeiro que os sírios e libaneses se estabeleceram numa área definida. O mesmo pode ser observado em São Paulo, na rua 25 de Março, em Juiz de Fora, no trecho compreendido entre a praça da Estação e as ruas Halfeld, Marechal Deodoro e XV de Novembro (atual Getúlio Vargas) (ALMEIDA, 2002, p. 201), em Teresina na zona do mercado e na rua Paissandu (PIMENTEL, 1986 p. 83), em Manaus, na área do Mercado Público - nas ruas Barão de São Domingos, Barés, Miranda Leão, Rocha dos Santos, Travessa Tabelaio Lessa, Marquês de Santa Cruz. (ZAIDAN, 2001 p.43)

geral, sua área de atuação demarcada pelo fornecedor, de quem era empregado. O caixeiro viajante se deslocava até o cliente para buscar pedidos e vender produtos comercializados por terceiros. Já o mascate viajava com uma mala de mercadorias, levando as novidades até comunidades remotas. Tornando-se uma opção inédita de comércio, o mascate inaugurou novas práticas comerciais, arrojadas para a época, quando as distâncias eram maiores e as relações comerciais ainda muito antiquadas. O conteúdo dessas malas que os mascates carregavam nas costas deu origem à palavra ‘armarinho’, pois se tratava de um verdadeiro armário com duas tiras de couro para alçar aos ombros e transportar nas costas.

A bibliografia referente à emigração síria e libanesa para o Brasil e para o Rio de Janeiro em especial, embora não seja particularmente extensa, oferece informações suficientes para que se trace um quadro razoavelmente preciso sobre essa corrente migratória. Esse conjunto de textos – como, aliás, a literatura sobre imigração em geral – tende a dar conta de questões recorrentes, tais como as dificuldades da vida na terra natal e os percalços da viagem, os mecanismos para tentar a integração na terra escolhida, a mobilidade social, as resistências enfrentadas, as variações geracionais e os dilemas daqueles que permanecem ‘entre dois mundos’ (OLIVEIRA, 2002, p. 1).

Os sírios e libaneses que chegaram ao Rio de Janeiro, desde o final do século XIX até o apogeu da imigração no período anterior a Primeira Grande Guerra, eram, em sua maioria, rapazes solteiros, cristãos¹⁷, seja da tradição maronita¹⁸, greco-ortodoxa¹⁹ ou melquita²⁰.

¹⁷A presença de imigrantes adeptos da religião muçulmana era extremamente discreta nesse período.

¹⁸A origem dos maronitas pode ser situada nos seguidores de São Maron ou Marun, eremita sírio que pregava o cristianismo nas montanhas do norte do Líbano, no final do século IV. Durante a invasão árabe, no século VII, os maronitas se aliaram a João Maron, patriarca da Antioquia (685-707). A resistência aos invasores, o isolamento geográfico e a identidade cristã garantiram-lhes certa independência política.

¹⁹A ortodoxia oriental representa a maioria dos cristãos que seguem as práticas definidas nos sete primeiros concílios ecumênicos. A Igreja Católica Ortodoxa (ortodoxo = aquele que crê na fé certa), como é oficialmente designada, é amplamente difundida na Rússia e demais países eslavos por conta dos tradicionais laços culturais e políticos com o antigo Império Romano Bizantino.

²⁰Os melquitas, originalmente, eram os colonos gregos e as populações arabizadas do Egito e da Síria. Após o cisma da igreja de Constantinopla com Roma, em 1054, eles adotaram o rito bizantino e passaram a seguir Miguel Cerularius, patriarca de Constantinopla. Ficaram conhecidos como ‘homens leais ao Rei’ (‘melka’= Rei em siríaco).

Provenientes, em sua grande maioria, de pequenas cidades, aldeias e áreas rurais – localizadas no território da Grande Síria, então sob a dominação turco-muçulmana do Império Otomano –, esses imigrantes vinham ‘fazer a América’, pensando acumular algum capital e depois voltar para casa. Por isso mesmo, procuraram dedicar-se a atividades econômicas que tivessem retorno financeiro rápido, como o comércio, evitando o trabalho rural. A viagem durava em torno de um mês, às vezes sem luz e com água racionada. Muitos tiveram que vender jóias ou bens para conseguirem lugar nos porões dos navios que saíam de portos da Itália, do sul da França e da Península Ibérica com destino à América do Sul. Muitos imigrantes sequer sabiam a diferença entre América do Sul, América Central e América do Norte, e só se davam conta em qual das Américas haviam chegado quando desembarcavam no porto de destino.

A documentação depositada no Arquivo Nacional fornece dados que nos permite deduzir que, já nos anos 1880, o fluxo de emigrantes levantinos estava em pleno andamento. Em maio de 1889, ‘uns turcos’, passageiros do vapor *Bretagne*, foram impedidos de desembarcar. Esses emigrantes foram detidos com base no aviso do Ministério da Justiça, datado de 23/11/1887, que “proíbe o desembarque deste tipo de imigração”. Graças à intercessão do comerciante Pedro Brandão, da firma Pedro Brandão & Irmãos, estabelecido à Rua da Alfândega, 144, eles foram liberados pela polícia. Em seu pedido, Pedro Brandão (possivelmente trata-se de um ‘patrício’, sendo este nome ‘abrasileirado’) informa que é fornecedor dos ‘turcos’, e que eles se ocupam de negócio volante de quinquilharias e armarinho, “produzindo impostos e até exportação”. Além disso, afirma ele, outros ‘turcos’ já se encontravam ali estabelecidos e “pagando impostos” (ARQUIVO NACIONAL, 1889).

Na verdade, a presença de sírios e libaneses foi formalmente registrada pela primeira vez anos antes, em 1880, que pode ser considerado o marco cronológico inicial dessa corrente migratória no Rio de Janeiro, à época principal centro urbano e industrial do Brasil. Nessa

ocasião, o libanês Yussef Mussa Miziara abriu uma loja de tecidos e aviamentos na Rua da Alfândega. Esse estabelecimento comercial serviu de ponto de partida para a progressiva constituição do primeiro núcleo de ‘sírios’ da cidade, localizado na rua da Alfândega e imediações (CLUBE SÍRIO E LIBANÊS, 1995, p. 17), área formada por vias bem calçadas, ladeadas por sobrados em estilo colonial. Algumas pensões e hospedarias baratas, situadas nas imediações da Praça da República e Avenida Mem de Sá, também foram pontos de aglutinação de membros da colônia no início do século XX.

As informações relativas ao papel central da Rua da Alfândega nos primeiros tempos da imigração síria e libanesa encontram apoio nas narrativas dos descendentes de imigrantes. Demétrio Habib (FRANCISCO, 2003, p. 111), conta que seu pai, Gabriel, chegou ao Rio de Janeiro no Carnaval de 1913. Com apenas 18 anos, o jovem Gabriel Habib, que no decorrer de sua vida construiria uma importante cadeia de lojas, caminhou até a Rua da Alfândega, onde foi recebido por parentes e amigos. A ética do trabalho e da solidariedade familiar está presente no depoimento de Dahas Zarur. Seu pai, um imigrante libanês que chegou ao Rio em 1910, logo no primeiro dia, após ser acolhido por familiares, “lançou um travessão de madeira nos ombros e pôs-se a vender frutas e verduras, a pé, pelas ruas do centro da cidade” (FRANCISCO, 2003, p. 73).

A progressiva chegada de novas levas de imigrantes conferiu a essa área do centro do Rio uma forte marca levantina. Paula Ribeiro detalha essa situação:

Os imigrantes [sírios e libaneses] ocuparam a região de uma forma intuitiva e espontânea e ali reproduziram um espaço de moradia e trabalho próprios de seus países de origem. Criaram uma organização espacial de natureza étnica manifestada na forma de comercializar, na estética e na própria seleção dos bens oferecidos. Os restaurantes árabes, os cafés onde os imigrantes se reuniam, jogavam gamão, fumavam o narguilé e tocavam o alaúde, as lojas de especiarias com os nomes escritos em caracteres árabes (...) imprimiam ao local

suas marcas étnicas. Sob uma forte vontade de preservação da sua identidade, os imigrantes fizeram do espaço do SAARA uma verdadeira ilha árabe em pleno centro do Rio (ELHAIJI, *apud* RIBEIRO, 1997, p. 63).

Vale lembrar que a ‘verdadeira ilha árabe’ mencionada acima era, havia muito tempo, a principal referência do comércio popular da cidade. A origem dessa atividade remonta ao início do século XIX, no contexto da abertura dos portos brasileiros às nações amigas promovida pelo príncipe D. João, quando comerciantes ingleses e franceses ocuparam a movimentada rua 1º de Março. Os portugueses que até então dominavam o comércio naquela via passaram a exercer sua profissão em três ruas transversais à anterior e paralelas entre si: Alfândega, Buenos Aires e Senhor dos Passos.

Os portugueses – e depois os italianos – também antecederam os ‘nossos’ imigrantes na atividade de mascate. Foram eles os primeiros a adotar no Rio essa forma de trabalho e de acumulação, baseada na revenda de porta-em-porta das mercadorias que comerciantes de maior porte lhes repassavam. Mas foram os sírios e libaneses que atribuíram uma dimensão maior a essa modalidade de comércio. Há relatos que eles realizavam, no Rio de Janeiro da *Belle Époque*, longas caminhadas, debaixo de sol ou chuva, perfazendo até oito quilômetros por dia a pé, sempre com o armarinho que, ao ser aberto, projetava suas portas, gavetilhas e compartimentos para se colocar aviamentos (linhas, dedais, agulhas e ilhoses). Quando a mercadoria da mala era integralmente vendida, eles retornavam ao ponto de partida, quase sempre num estabelecimento de outro patrício, instalado na Rua da Alfândega e imediações, para organizar uma nova investida, geralmente repetindo o mesmo caminho. Essa estratégia assegurava-lhes a clientela, visto que entregavam as mercadorias que tinham sido encomendadas na viagem anterior, além de recolher ou cobrar alguma ‘brestação’ pendente.

Com o passar do tempo, muitos desses mascates passaram a vender também mercadorias confeccionadas localmente por ‘patrícios’, o que veio a constituir um elemento importante para a ampliação da cadeia de produção, distribuição e circulação de produtos. Um exemplo paradigmático dessa conexão é Toufic Habib, que nas décadas de 1930 e 1940 chegou a ser o maior fabricante de ilhoses e presilhas do Rio de Janeiro, mantendo seu comércio e escritório na rua da Alfândega (FRANCISCO, 2003, p. 59). Um de seus clientes mais fiéis foi Benjamin Abraão, cristão libanês de Zahlé, que se radicou em Juazeiro do Norte, no Ceará, foi secretário de Padre Cícero e “vendia esses artigos juntamente com o perfume ‘Fleur d’amour’ até para Lampião e Maria Bonita” (FRANCISCO, 2003, p. 155).

2.3 Dados Demográficos, Espaciais e Ocupacionais

Se nos primeiros anos do século XX, a Rua da Alfândega e adjacências concentrava a imensa maioria dos sírios e libaneses residentes na então capital da República, nos anos 1920 “esses imigrantes [já se] distribuía em praticamente todos os distritos que formavam a cidade”. Não obstante, era ainda no “centro da cidade, principalmente nas pretorias de Sacramento, Santana e Santo Antônio, que se concentrava a maioria dos imigrantes sírios e libaneses” (KARAAN, 2000, p. 35)²¹.

De acordo com o censo demográfico realizado em 1920, a cidade abrigava 240.000 estrangeiros domiciliados, o que correspondia a 21% da população total. Os portugueses constituíam o maior contingente de estrangeiros - 172.300 pessoas ou 72% dos imigrantes. Em seguida, vinham os italianos, com 21.900 pessoas (9% dos imigrantes), seguidos pelos espanhóis, com 18.200 pessoas (7%). Ocupando o quarto lugar, com 6.121 pessoas, estavam os sírios e

²¹A pretoria de Sacramento corresponde ao que hoje é conhecido por SAARA e a pretoria de Santana aos quarteirões que se estendem da Praça XI à Praça da República. A pretoria de Santo Antônio compreendia o Morro do Castelo e o trecho a ele contíguo, pelo litoral, atingindo as proximidades da Praça Mauá.

libaneses (ou ‘turcos-árabes’, segundo as estatísticas), que perfaziam menos de 3% do total (CARVALHO, 1926, p. 86).

Mais da metade dos sírios e libaneses morava nos sobrados da Rua da Alfândega e adjacências; se fosse levado em conta todo o centro da cidade, inclusive a Gamboa, na vizinha área portuária, e os arredores da Candelária e do Largo da Carioca, essa participação alcançava a marca de 62%. Os 38% restantes se distribuía por toda a cidade, porém, em maior concentração na Zona Norte e subúrbios, especialmente no Andaraí, e em Irajá com 11% do total. Se fosse considerada toda Zona Norte (incluindo os subúrbios) essa população subiria para 17% (KARAAN, 2000, p. 78).

A presença significativa de ‘patrícios’ em Irajá é corroborada pela documentação relativa à naturalização de estrangeiros depositada no Arquivo Nacional. De acordo com o processo de João Ragy Eis (ARQUIVO NACIONAL, 1931), esse imigrante sírio, proveniente de Homs, chegou ao Rio de Janeiro em 1901, com dois anos de idade, junto com a mãe viúva, sendo recebido por parentes, que já residiam ali há alguns anos. Sua família foi uma das primeiras a morar no bairro do Irajá. Quando Eis solicitou o título declaratório de cidadania brasileira em junho de 1931, ainda residia em Irajá, com mulher e filhos, na Rua Domingos Lopes, 219. Os dados informam que ele era proprietário de mais dois imóveis no bairro.

Outras concentrações de emigrantes árabes na cidade se verificavam em Campo Grande e Santa Cruz, na Zona Oeste, e em Copacabana e Ipanema, na Zona Sul. Outro processo de naturalização investigado neste trabalho, o do libanês de Beirute Wadih Nader Khoury, ilustra a presença de imigrantes levantinos em Ipanema. Nascido em 1892, Khoury chegou no Rio de Janeiro em 1910, e requereu naturalização em 1933. Após declarar que, em 1931, se estabelecera por conta própria à Rua da Alfândega, 276, o requerente informava residir à Rua Teixeira de Melo, 12, naquele bairro da Zona Sul. (ARQUIVO NACIONAL, S/D)

O fluxo imigratório sírio e libanês perdeu força depois da Primeira Guerra Mundial e em 1926, pela primeira vez, o número de saídas de ‘sírios’ ultrapassou o de entradas no porto da cidade (KARAAN, 2000, p. 75). Esse dado sugere a estabilização, nesse momento, da diáspora síria e libanesa para o Brasil, ou pelo menos para o Rio de Janeiro.

Entre 1926 e 1930, os sírios e libaneses dominavam o comércio de tecidos na Rua da Alfândega e suas imediações, controlando 36 estabelecimentos de um total de 80. Eles investiam também em outros ramos que apresentavam bom potencial de crescimento, como sapatarias, alfaiatarias e restaurantes. Na década seguinte, eram 77 lojas de tecidos num total de 124, correspondendo a 62% do total dessa modalidade de comércio (KARAAN, 2000, p. 77).

A crise mundial de 1929 foi responsável pela falência de muitos comerciantes; entre aqueles que conseguiram resistir, alguns se transferiram para bairros residenciais. Andaraí, Irajá e Méier, na zona norte da cidade, eram os preferidos dos árabes no final da década de 1930. Nesta mesma época, também se observava importante concentração de ‘patrícios’ em outros bairros cariocas, sobretudo Campo Grande e Copacabana. (KARAAN, 2000, p. 79).

O deslocamento desses imigrantes para outros pontos da cidade foi fruto, na realidade, de um processo de ascensão sócio-econômica e, simultaneamente, da separação do local de residência do local de trabalho. Com efeito, a mudança para outros bairros cariocas representou sobretudo a fixação de suas residências em novos endereços. Suas atividades comerciais continuaram concentradas, sobretudo, nas ruas do Centro, embora não necessariamente nos mesmos endereços. Vale lembrar que no final dos anos 1930 e no início dos 1940, a área central da cidade serviu de palco a uma série de intervenções urbanísticas de grande monta, destacando-se a abertura da Avenida Presidente Vargas, que implicou a eliminação de diversas vias nas imediações da SAARA (LIMA, 1990, p. 32).

Nesse momento de expansão dos negócios e de ascensão na pirâmide social, a cidade não era mais percebida, evidentemente, como um mero ‘local de passagem’ ou fonte de acumulação de riquezas²². Constituir famílias, requerer a naturalização, fundar clubes e instituições religiosas e culturais são os reflexos mais visíveis de uma clara intenção de permanecer e de se integrar à sociedade carioca.

O censo de 1940, usando a classificação “população síria”, computou 6.510 pessoas provenientes do Líbano, Palestina e Síria (KARAAN, 2000, p. 101). Se cruzarmos os dados dos censos de 1920 e 1940, verificaremos um aumento do número de mulheres entre os imigrantes ‘sírios’: se no primeiro os homens representavam 66% do total, contra 34% de mulheres, no segundo, o percentual de população feminina sobe para 41%, contra 59% de pessoas do sexo masculino. Apesar de o índice masculino ainda ser bem mais elevado que o de mulheres, pode-se interpretar essa informação como um indicador da decisão por eles tomada de permanecer no país (KARAAN, 2000, p. 122).

Outro dado importante retirado do cruzamento dos dois censos diz respeito ao significativo aumento numérico de sírios e libaneses residentes em bairros predominantemente residenciais. Os maiores crescimentos desses contingentes foram registrados na Tijuca (em 1940 quase 50% dos imigrantes sírios da cidade residiam no bairro); se fosse considerada toda Zona Norte da cidade, este percentual chega a 60% do total de imigrantes. Os 40% restantes distribuíam-se da seguinte forma: 20% residiam na Zona Oeste da cidade, e 20% estavam espalhados pelos bairros de Copacabana, Gávea, Ipanema, Jardim Botânico e pelo centro da cidade. (KARAAN, 2000, p. 124)

²² Vale lembrar que não eram todos os imigrantes sírios e libaneses que conseguiam uma colocação comercial na disputada área central da cidade. Os “mal sucedidos” procuravam então os bairros periféricos ou mesmo cidades próximas do Rio, como os núcleos urbanos da Baixada Fluminense. Praticamente todos eles procuravam instalar seu empreendimento comercial em um ponto central da localidade, onde, adotando um padrão bastante disseminado, o imigrante e sua família também residiam.

A concentração demográfica de sírios e libaneses e seus descendentes na Tijuca²³ e outros bairros da Zona Norte (como Andaraí, Maracanã e Grajaú), majoritariamente de classe média, em 1940, é reveladora de um evidente processo de mobilidade social, calcado na expansão das atividades comerciais de um número expressivo de imigrantes e seus filhos. Aqueles que conseguiram acumular mais puderam se deslocar para os bairros praianos da Zona Sul, marca evidente de sucesso econômico e social. Morar no Leme, Copacabana e logo em seguida Ipanema, em arranha-céus de dez andares, com porteiros e elevadores, era o sonho de consumo e símbolo de *status* de ricos e emergentes de todo o país.

2.4 O Movimento Associativo: Igrejas e Clubes

À medida em que a comunidade síria e libanesa da cidade começou a crescer, foram fundadas algumas associações para desempenhar diferentes funções, tais como promover os serviços religiosos, estimular a prática esportiva e amparar aos necessitados²⁴. “O surgimento dessas associações”, segundo Claude Hajjar, “deveu-se principalmente à incapacidade dos grupos familiares em atender as necessidades de seus membros em enfrentar novas situações que não existiam nas aldeias das terras de origem” (HAJJAR, 1985, p. 32).

A igreja mais antiga foi a do culto ortodoxo grego, fundada em maio de 1900. Posteriormente, em 1931, confirmando a Tijuca como principal núcleo residencial de imigrantes sírios e libaneses no Rio, foi fundada, na Rua Conde de Bonfim pelos padres Elias Gorayeb²⁵ e

²³ Dentro da Tijuca, a Rua Maria Amália se destacava, pelo menos até o início dos anos de 1960, pela presença maciça de imigrantes e descendentes de sírios e libaneses.

²⁴ Em relação a esse tipo de entidade, temos registro de apenas uma, a Associação Lar Albaidense, fundada em 1928, em Santa Teresa, pelo pai do depoente Alberto João Richa. A associação – cujo nome foi uma homenagem à cidade natal do fundador, Albaida, na Síria – tinha a finalidade de servir de apoio aos novos imigrantes e de asilo aos mais velhos.

²⁵ Nascido no Líbano em 1881, Goirayeb ordenou-se sacerdote na Argentina, vindo depois para o Rio de Janeiro. Decidiu construir uma igreja na Tijuca para atender ao grande número de libaneses maronitas que ali residiam. Conta-se que seu prestígio junto ao presidente Getúlio Vargas era tanto que ele não precisava marcar hora para visitá-lo. Goirayeb foi pároco da Igreja de Nossa Senhora do Líbano até seu falecimento, em 1960.

José Vicente Al-Hani, a imponente igreja de Nossa Senhora do Líbano, a primeira igreja maronita da cidade. A igreja melquita de São Basílio foi construída por iniciativa das famílias Gebara e Racy num terreno doado pela comunidade, localizado numa transversal da Rua da Alfândega, a qual, em homenagem a colônia árabe, passou a chamar-se República do Líbano. O primeiro templo greco-melquita da cidade ficou pronto em 1946.

Além da dimensão religiosa, outro terreno que se mostrou fértil para a promoção da união e da identidade entre os membros da comunidade síria e libanesa foi o esportivo. Mais uma vez a Tijuca se destaca, o que atesta sua importância como local de residência dos ‘patricios’. O depoimento de Fouad Chalfun (FRANCISCO, 2003, p. 66) contribui para que se compreenda a dinâmica do processo associativo de sírios e libaneses, bem como seus descendentes, na cidade. Nascido na Praça Sans Peña em 1908, Fouad Chalfun (FRANCISCO, 2003, p.54) informa, embora sem precisar o ano da fundação, que a primeira associação atlética organizada pelos descendentes foi o Sírio e Libanês Football Club, “time que tinha até campo na Rua Professor Gabizo e depois na Desembargador Isidro”. Com a “profissionalização do *football*, em 1924, o clube acabou”.

Como informa a *Revista do Clube Sírio e Libanês* (CLUBE SÍRIO E LIBANES, 1995, p. 13), a fundação de um clube para os membros da comunidade árabe surgiu numa reunião informal de jovens, num restaurante da Rua da Alfândega, em 1926. Em 1936 a agremiação passou a chamar-se Clube Sírio e Libanês do Rio de Janeiro. Já oficialmente constituído, o clube passou a ocupar a sua primeira sede à Rua da Alfândega, 132 – sobrado, seguindo-se a mudança para uma nova sede na Praça Floriano número 55 – 2º andar, em cima do Bar Amarelinho, onde permaneceu até o ano de 1948. Depois disso, passou a ter sede própria no terreno dominado por um grande casarão na Rua Marques de Olinda. Em 1959, foi erguido um prédio de seis andares que até hoje sedia o clube em Botafogo. Fundado em 1948, por iniciativa de famílias dos credos

ortodoxo e maronita, o Clube Monte Líbano foi especialmente projetado para ser uma agremiação esportiva e social. O prédio foi construído no Jardim de Alah, no Leblon, área nobre da Zona Sul da cidade, num terreno de 22.000 metros quadrados.

Vale a pena destacar aqui que, de acordo com informações fornecidas por diversos entrevistados – inclusive dois deles, Alberto Richa e Fouad Chalfun (FRANCISCO, 2003, p. 65) foram presidentes dos dois clubes – os descendentes de sírios e libaneses não chegam a perfazer metade dos associados do Sírio e Libanês e do Monte Líbano. Essa presença significativa de elementos estranhos à colônia daria uma medida do grau de integração dos descendentes de sírios e libaneses com a sociedade envolvente.

2.5 As Escolas

Os relatos dos mais velhos dão conta da existência de pequenas escolas no Rio de Janeiro, em geral improvisadas no armazém de algum patrício que reunia os filhos de outros imigrantes e contratava um professor particular de árabe²⁶. Apenas em 1935, foi fundada a Escola Cedro do Líbano, que não funcionou por muito tempo. Isso se deu, provavelmente, porque com o advento do Estado Novo (10/11/1937), o Governo Federal proibiu o ensino em outros idiomas que não fosse o português. Assim sendo, clubes, escolas e associações eram instados a não manter denominação ou qualquer motivação étnica²⁷.

No início da imigração, as escolas onde estudavam os filhos dos imigrantes situavam-se no centro do Rio, nas imediações da SAARA, i.e., nas proximidades dos locais de moradia. Eram elas o Colégio Celestino da Silva, na Rua do Lavradio, e a Escola Tiradentes, na esquina da Rua

²⁶ As dificuldades em se implantar escolas foram observadas em outras partes do Brasil. Em Floriano, no Piauí, houve uma tentativa de se instalar uma escola para que os filhos dos sírios viessem a estudar a língua árabe, mas a iniciativa não logrou êxito (PIMENTEL, 1986, p. 80).

²⁷ Por conta dessa determinação, entre os anos de 1940 e 1945, o Clube Sírio e Libanês chamou-se Clube Nacional do Rio de Janeiro.

Visconde do Rio Branco com a Avenida Gomes Freire. Com o tempo, e a melhoria do padrão de vida, os imigrantes elegeram as escolas católicas como as preferidas para os seus filhos.

Alguns relatos comentam a dificuldade no ingresso nesses estabelecimentos de ensino por conta das diferenças na orientação religiosa, ainda que dentro do cristianismo. Os casos paradigmáticos são de Jorge Bedran (FRANCISCO, 2003, p. 162), que, por ser de família maronita, quase foi impedido de estudar no Colégio São Bento, no Centro, e de João Dib (FRANCISCO, 2003, p. 177), grego-ortodoxo que, depois de muita negociação, foi finalmente aceito no Colégio Marista São José, na Tijuca. Também estudaram em colégios católicos Roberto Habib (FRANCISCO, 2003, p. 35), no Marista São José, Jorge Fadel, no São Bento, Alberto Richa (FRANCISCO, 2003, p. 47) no Colégio Cardeal Arco Verde (no Centro), Victória Chaia, (FRANCISCO, 2003, p. 173) no Maria Imaculada (em Campo Grande), e Adélia Cury e Lourdes Chalhub (FRANCISCO, 2003, p. 199) no Colégio São Paulo (em Ipanema).

O Colégio Pedro II e o Colégio Baptista Sheppard também são citados em nossa pesquisa. No primeiro estudaram Jorge Darze e Dahas Zarur (FRANCISCO, 2003, p. 135) e, no último, Jamil Hadad e Fouad Chalfun (FRANCISCO, 2003, p. 177). Embora a maior diferença entre esses dois colégios seja o fato do primeiro ser público e o segundo particular, ambos eram considerados, juntamente com o São Bento e o Marista São José, as melhores instituições de ensino da cidade em meados do século XX.

TERCEIRO CAPÍTULO

3 Memória da Imigração: Uma Apresentação da Primeira Geração

Os imigrantes sírios e libaneses que aqui chegaram ao início do século XX ou mesmo antes, embora já falecidos há muito tempo, estão presentes na memória de seus filhos, nossos entrevistados. A chamada segunda geração - composta por filhos de imigrantes, pessoas em sua maioria com mais de 70 anos de idade - guarda dos pais um registro marcado pelas suas próprias identidades e também pela memória afetiva.

Essa segunda geração assistiu de perto e, na maioria dos casos, participou do esforço da transmigração geográfica e cultural de seus pais, velhos imigrantes da primeira geração. Brasileiros sem sotaque, completamente integrados aos valores nacionais, eles são portadores de um conhecimento cultural e emocional único e que está na base de uma memória coletiva. No imaginário do descendente, a ‘transculturização’²⁸ realizada por seus pais, do Oriente Médio ao Brasil, apresentam alguns fatos comuns de uma história semelhante, contada de diferentes formas, configurando um conjunto de lembranças ‘vivas por tabela’. E de que falam essas lembranças?

Elas falam dos sucessos e fracassos dos pais imigrantes no decorrer de suas trajetórias, das idas e vindas até se estabelecerem naquele determinado bairro com a família, da saída da Síria ou do Líbano, das peripécias ocorridas na viagem de navio para a América, das primeiras impressões da terra da imigração, da adaptação aos novos hábitos alimentares²⁹. Falam da vida experimentada de forma diversa aos costumes na origem e do que ficou de árabe nos hábitos, na alimentação, no falar, no vestir e nos objetos em casa.

²⁸O conceito nasceu pelas mãos de Fernando Ortiz, sociólogo cubano que propôs o neologismo em seu *Contrapunteo cubano del tabaco y el azúcar*, de 1940, para explicar o processo de trocas culturais durante o empreendimento colonial. (Aguilar, F. e Vasconcelos, S in ABDALA JR. 2004 p.87).

²⁹ Por exemplo, a ausência no Brasil de dois ingredientes obrigatórios na dieta básica e diária do Oriente Médio, o trigo e o azeite de oliva.

Outros sentimentos também se revelam na memória dos filhos de imigrantes: a aventura do ‘livre arbítrio’ até o estabelecimento do pai³⁰, a construção do futuro, os amigos a quem podia recorrer³¹ e a constituição de uma família. Memórias daquilo que ouviram dos pais: o regresso à terra natal para casar, as questões ligadas à religião e as motivações para adotar o Brasil e criar os filhos aqui. A melancolia de uma pátria ‘perdida’. As tradições quebradas ou simplesmente deixadas de lado. O arcaísmo das instituições trazidas da origem, as canções de despedida de um Oriente Médio que se tornou hostil, dividido, fragmentado. Esses imigrantes traziam medo na bagagem. O sentimento de uma nacionalidade cultivada no ideal, mas caída no esquecimento latente de uma memória perdida.

Os filhos ressuscitam outras configurações de identidade que emergem, cauterizadas, na hibridez cultural brasileira. Talvez uma resposta para o embate entre regiões e tradições (geográficas e culturais) possa ser mais bem explicada quando Zilá Bernd articula o conceito de ‘hibridismo’ dentro do diálogo metafórico das comunidades:

[...] por híbrido queremos nos referir a um processo de ressimbolização em que a memória dos objetos se conserva e em que a tensão entre elementos díspares gere novos objetos culturais que correspondam às tentativas de tradução ou de inscrição subversiva da cultura de origem em uma outra cultura (ABDALA JR, 2004, p. 19)

Um conceito presente neste capítulo é o da mestiçagem. Segundo Abdala Jr. (2004), a mestiçagem assume diversas formas, entre elas o hibridismo e a crioulanização que pode ser física e/ou cultural. Quando é física, envolve nuances de diferença, observadas na pele, cor dos olhos,

³⁰ Refiro-me aqui à possibilidade de escolha que um jovem recém-chegado do Líbano ou Síria tinha à sua frente quando “caía” na estrada: ser um vagabundo ou um venc(d)edor.

³¹ Como imigrantes provenientes do arruinado Império Turco Otomano, muitos chegavam sem documentos no Brasil. Já saíam de seus locais de origem humilhados: alguns portando apenas a certidão do bispo local escrito em árabe e francês (principalmente até 1909 para aqueles nascidos em regiões cristãs ‘protegidas’) No Brasil, quando precisavam de dinheiro recorriam a outro patrício ou a um ‘yahud’ (judeu) para obter empréstimo sem maiores garantias, a não ser a própria palavra.

altura e assim por diante, mas quando é cultural significa, segundo Serge Gruzinski (ABDALA JR., 2004, p.12) ter identificações. O hibridismo cultural, para Homi Bhabha (2004, p.21), é “a representação da diferença que não deve ser lida de forma apressada como reflexo de traços culturais ou étnicos preestabelecidos, inscritos na lápide fixa da tradição”. A articulação social da diferença da perspectiva de uma minoria continua o autor, “é uma negociação complexa, em andamento, que procura conferir autoridade aos hibridismos culturais que emergem em momentos de transformações históricas”.

Essas identificações estão ligadas às histórias pessoais e às capacidades, sofrendo variáveis de interiorização ou de recusa das normas inculcadas. “Socialmente, o indivíduo não pára de enfrentar uma plêiade de interlocutores, eles mesmos dotados de identidades plurais” (ABDALA JR., 2004, p.12).

Os filhos de imigrantes sírios e libaneses são portadores de um conhecimento aprendido em casa, passado pelos pais e/ou por outros parentes. Eles cresceram em famílias diferentes das demais, acostumados com relações que têm o balcão comercial como limite ético entre o trabalho e a vida privada. Vale lembrar aqui o papel crucial da família na transmissão cultural intergeracional. Ao longo dos séculos,

[...] apesar da importância de outros canais, em particular o grupo de amigos, assim como instituições mais especializadas, como a oficina, a escola e a igreja, o papel da família continua praticamente insubstituível. Ele incluiu não só a transmissão da memória familiar e do grupo, mas também os valores e aspirações sociais, visões de mundo, habilidades domésticas, modos de comportamento, modelos de parentesco e casamento – tudo isso resultando na condensação de experiências características particulares que Bourdieu preferiu identificar pela antiga palavra *habitus* (THOMPSON, 1993, p.9).

A ética levantina (quando imigrantes no Brasil) é mais próxima da do protestantismo nórdico weberiano, que não vê mal no lucro, ao contrário da moral católica, que condena como

usura qualquer forma comercial no seio da família. Falo de uma presença física dos ‘fregueses’ dentro de casa, pois é lá que os árabes instalaram seus comércios e é justamente lá que se situa o seu campo de tensão, onde foi buscada a ascensão econômica e social do imigrante. Mas para os descendentes, herdeiros dessa ascensão conquistada, o que prevalece é a realidade brasileira, híbrida e mestiça, vivenciada na rua, na escola, entre os colegas.

O forte sotaque do imigrante árabe e sua pouca educação acadêmica contrastam com a adaptação dos filhos ao modo de vida brasileiro. Essa adaptação faz-se presente mesmo entre aqueles que deram continuidade às atividades comerciais do pai, que aperfeiçoaram sua prática, adaptando o negócio e seu *modus operandi*, que já “pegaram pronto”, às novas realidades. Casamentos, entrecruzamentos com brasileiros, abrem novas perspectivas a esses descendentes, nas quais as experiências se interpenetram, formando pessoas de uma nova sociedade que no dia-a-dia constroem uma cultura local:

Essa visão do identitário como lugar de confluência dos múltiplos determina toda uma concepção da escritura como um lugar de desestabilização e do escritor imperativamente aberto ao multilinguismo, mesmo que ele escreva sempre na mesma língua. Essa língua – mestiça e impura será atravessada por diferentes linguagens, aceitando como queriam os modernistas brasileiros ‘a contribuição milagrosa de todos os erros’.[...] Na perspectiva da pós-modernidade, a criouliização, com seu valor acrescido de imprevisibilidade, de desierarquização e de intervalorização das culturas, veio esgarçar o conceito de mestiçagem. As identificações, ou seja, as construções identitárias abertas à relação e ao diverso, que contêm a noção de movimento, substituem os conceitos cristalizados de identidade de raiz única, aniquiladora das demais. (Zilá Bernd in ABDALA JR, 2004, p.103).

Captamos esses traços, de uma forma ou de outra, no imaginário dos nossos depoentes no dia da entrevista. Trata-se, da mesma forma, de uma maneira nova de produzir subjetividades através das memórias dos depoentes. Dar visibilidade aos grupos que formam as diversas comunidades significa compreender os processos de inserção desses grupos na cidade. Importante

é observar o contexto histórico que permeia os discursos dos entrevistados. O que mais chama atenção é a diversidade das formas de narrativas dessas trajetórias, não obstante a origem comum das pessoas e a mesma forma escolhida de plantar raízes no Brasil.

Nesse capítulo, procedo a uma breve apresentação dos depoentes numa disposição cronológica – do mais velho para o mais novo –, visando oferecer ao leitor um pouco da história familiar de cada um e de suas trajetórias individuais. O volume de dados reunidos varia de entrevistado para entrevistado, mas o importante é que todos serão conhecidos aqui.

Fouad Chalfun³² nasceu no Rio de Janeiro em dezembro de 1910. Seu pai, libanês de Beirute, chamava-se Habib Chalfun, e a mãe, Marie Chalfun. Quando chegou ao Brasil, no início do século XX, Habib Chalfun, aconselhado pelo irmão que já estava no Rio de Janeiro, montou sua loja no bairro da Tijuca lá também estabelecendo residência. O pai de nosso entrevistado, ao contrário da maioria dos imigrantes sírios e libaneses era um homem culto, ele era formado em engenharia pela Universidade São Joseph, mantida por padres jesuítas franceses em Beirute. Antes de chegar ao Brasil, no início do século XX, Habib Chalfun, trabalhou na construção da primeira estrada de ferro do Líbano que ligava Beirute à cidade montanhosa de Ália. Posteriormente foi para o Egito, onde abriu uma loja de ferragens. Lá, Habib se casou com Marie Chalfun, filha de imigrantes sírios radicados numa pequena cidade do interior do Egito chamada Mahala



³² Conta que a família é tradicional em Beirute onde há um bairro chamado Chalfun. O nome Fouad significa – no árabe clássico – ‘jovem’. Chalfun, também no árabe poético, significa coração.

Cubra. Depois do casamento, por questões de clima e de saúde, o casal transferiu-se para o Rio de Janeiro, onde Jorge Chalfun, seu irmão mais velho, já estava estabelecido com loja de tecidos.

Quando meu pai chegou, ele se instalou na casa do tio Jorge que era proprietário de uma loja na Praça Saenz Peña. Meu pai disse ao irmão dele: “Eu vou montar uma loja de ferragens.” E o irmão dele disse: “Não, não vai fazer ferragens nenhuma! Loja de ferragens? Vai trabalhar com fazendas e armarinhos!” (FRANCISCO, 2003 p.115).

A pressão para que os membros da comunidade abraçassem um único ramo comercial era muito grande. Os parentes já estabelecidos apontavam com determinação e objetividade o caminho para os recém-chegados, o rumo certo e seguro, no qual a comunidade investia e já ocupava certo espaço.

Fazendas e armarinho são um negócio limpo, têm uma freguesia mais fina, não vai trabalhar com operários. O irmão não deixou! Foi uma pena! Porque se ele trabalhasse no ramo que conhecia, ia ficar rico! Mais rico! Ele não ficou milionário, mas ficou bem. Tinha um prédio na Praça Saenz Peña e tinha um apartamentozinho em Copacabana, onde ele, quando se aposentou, veio morar com a minha mãe. Meu pai empregou imigrantes mais jovens que já estavam no Brasil há algum tempo, e que falavam bem o português. Então ele se baseou nesses empregados, três ou quatro empregados que ele tinha nessa loja, eles que iniciaram as compras e abasteceram a loja. (FRANCISCO, 2003, p.114)

Jorge Fadel nasceu em junho de 1917, no bairro da Gamboa, na zona portuária carioca. Seu pai, Said Fadel, morreu quando tinha apenas 12 anos e a mãe, Labibe Fadel, passou a tocar sozinha o negócio deixado pelo marido. Jorge entrou para o Colégio São Bento e, depois das aulas, ajudava sua mãe na loja. O comércio de armazém, que começou como botequim, era num sobrado onde a família Fadel morava. As poucas lembranças que Jorge tem do pai é que ele dizia ser professor no Líbano e que falava muito bem francês. Jorge Fadel praticamente esqueceu seu pai, transferindo todo o afeto para figura da mãe, que, em seu discurso, ainda está viva. Sem nada

saber, perguntei onde estava sua mãe, ele disse que ela dormia num dos quartos da casa. Posteriormente soube que dona Labibe já estava morta a mais de dez anos.



Jorge Darze nasceu em junho de 1919, no centro do Rio de Janeiro. Seu pai, o imigrante libanês Habib Dazir, chegou ao Rio de Janeiro em 1911, “fugido dos turcos”. Quando Habib chegou ao Rio de Janeiro, decidido a ganhar a vida no Brasil, já estava casado e além da mulher, que deixara em Beirute, tinha quatro filhos. Seu irmão mais velho Jorge, que já estava estabelecido na Rua da Alfândega, ajudou Habib no início. Depois de terminada a Primeira Guerra Mundial, Habib voltou ao Líbano para buscar a família. Nosso entrevistado foi o primeiro filho do casal de imigrantes a nascer no Brasil. Suas lembranças da primeira infância estão muito relacionadas ao trabalho do pai:

Na Rua da Alfândega morávamos em um sobrado. Meu pai era camelô mesmo. Ele vendia roupas para senhoras que ele mesmo fazia. Ele cortava os vestidos, tudo, ele entendia dessa parte, então ele chegava, trazia só os tecidos e tal. Botava na mesa, cortava e a costureira, no dia seguinte, fechava a roupa pra ele, isso era quase toda noite. Meu tio Jorge já estava aqui e ajudou meu pai, nessa ocasião, ele trabalhava, ele vendia, parece que contrabando que ele comprava daqueles navios que chegavam. Ele ia, subia e comprava lá relógios e não sei o quê. Aí vendia na rua, ‘se virava’ com isso (FRANCISCO, 2003, p.117).

Quando Jorge tinha uns sete ou oito anos, viajou para o Líbano com a mãe para visitar parentes em Beirute. Jorge lembra até hoje da viagem de navio, de como a mãe o colocou na carpintaria de parentes para aprender a trabalhar com madeira e madrepérola, da visita a Zahle,

para escapar do verão no litoral. Guardou na memória a imagem de um Líbano sob mandato francês, do porto de Beirute, onde as embarcações de grande porte não podiam atracar, sendo o transporte do navio ao cais feito em bote a remo. De volta ao Rio, aproximadamente em 1927, tornou-se um aplicado aluno do Colégio Pedro II.

Adélia Cury Valladão nasceu em 1920, na Rua Teixeira de Melo, em Ipanema. Ela é filha de um comerciante sírio, o seu Naif, e de dona Ália. Naif Cury foi criado por protestantes e emigrou para os Estados Unidos. Seu irmão Hattar veio ao Brasil, radicando-se em Copacabana. A pedido da mãe, moribunda na Síria, ele foi em busca do irmão na América, e, após estabelecer alguns contatos com imigrantes árabes na Costa Leste, encontrou Naif, que era pastor protestante em Connecticut. De lá, foram para a Síria para assistir a morte da mãe. Em seguida, vieram juntos para o Brasil. No Rio, Naif estabeleceu pequeno negócio na Praça General Osório, em Ipanema. Conheceu uma imigrante espanhola, com quem se casou. A morte prematura da esposa fez Naif



voltar novamente ao Líbano, onde se casou pela segunda vez. Com a eclosão de um conflito armado na região, o casal viajou para o Brasil.

De volta a Ipanema, Naif abriu um negócio que prosperou, vindo a ficar conhecido como o ‘Rei do linho e da seda’ na Ipanema da *belle époque*. Sua história está ligada ao início da urbanização do bairro até

Adélia Cury (a menor) e sua família em Ipanema.

a sua ocupação completa e a grande especulação imobiliária que se abateu lá. No decorrer dos anos, Naif foi adquirindo outros terrenos próximos à Praça General Osório que se valorizaram muito.

Alguns moradores antigos de Ipanema ainda trazem na lembrança uma cena típica dos anos de grande especulação imobiliária (1965-1975) no bairro: a imagem do velho Naif Cury, de pijamas e chinelos na calçada na frente de casa, na Rua Teixeira de Melo, recebendo os corretores de imóveis. Ele gostava de negociar seus terrenos sem jamais fechar a venda, “só pelo prazer da barganha ou para ver o preço subir cada vez mais” (FRANCISO, 2003, p.131). Um dia, “políticos e especuladores plantaram o boato que todo o quarteirão da praça seria desapropriado para dar lugar a uma escola do governo” (p.132). Apavorado, Naif vendeu quase todos seus terrenos no quarteirão perto da praça pela primeira oferta que recebeu.

Entre os 21 entrevistados Adélia Cury foi uma das poucas pessoas que não se casou com um descendente de sírio e libanês. De pele morena e criada perto da praia em Ipanema, Adélia coloca em destaque a questão da hibridez brasileira quando fala do marido Henrique Valladão, cuja pele, muito clara, pouco se aproxima do biotipo semita:

Essa amizade com o Henrique [seu marido ‘brasileiro’] era muito bonita, foi àquela amizade sem maldade, ele gostava de mim, eu gostava dele, mas quando olhava... lembrava que ele era claro demais, me dava nervoso! A sobancelha loura demais, cabelo clarinho, a gente morando, nascido na beira da praia, ver um homem muito claro, me dava nervoso (FRANCISCO, 2003, p. 132).



Jovelina Sales³³ Mansur

nasceu em Ubá, no interior de Minas Gerais, em 1925. O pai de dona Jovelina, seu Fouad Sales era um imigrante libanês radicado em Ubá. Segundo dona Jovelina, ele não conseguiu amearhar grande fortuna, porém, viveu uma vida longa na companhia da esposa. A mãe de

nossa entrevistada, dona Samira, era filha de imigrantes nascida em Ubá onde havia uma pequena comunidade libanesa.

Meu pai mudou muitas vezes de profissão. No início ele trabalhava numa loja com uns parentes, mas ele foi muito explorado, aí virou mascate, teve uma luta árdua, tinha dificuldade de falar de tudo isso. Ele teve que aprender logo a se expressar e virou mascate. (FRANCISCO, 2003, p.89).

Jovelina se referiu aos pais como imigrantes pobres que não conseguiram, durante toda a trajetória de suas vidas, ascender socialmente conseguindo apenas dinheiro para manter seu sustento mesmo assim com muita dificuldade.

[...]. as minhas amigas eram ricas, filhas de juizes, prefeito, e meu uniforme era inferior à roupa delas. Eu sentia a diferença, elas tinham brincos, tinham roupas para ir à missa de gala, eu tinha também, mas era inferior. E às vezes meu sapato estava furado embaixo e eu forrava. [...]. O meu pai não fazia tanto dinheiro, ele vendia essas coisas, roupa, cobertor, na época de guerra, tinha muita gente que dava calote nele [...] (FRANCISCO, 2003, p. 88).

³³ O sobrenome Sales, embora idêntico na grafia e na sonoridade ao sobrenome português, é libanês. O entrevistado Jorge Darze casou-se com uma libanesa cujo sobrenome também é Sales.

Victória Chaia nasceu em 1925, em Campo Grande, na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro. Seu pai, Chafi Chaia, nascido na cidade de Daum, nas montanhas do Líbano, chegou ao Rio de Janeiro com a irmã Nazira, em 1923 e logo seguiram para Minas Gerais onde nessa ocasião, um outro irmão, José Assad Chaia, já havia se radicado na cidade de Rio Doce.



Meu pai veio no navio, veio de segunda classe, porque não tinha condições de pagar melhor. Veio, desembarcou aqui, o irmão estava esperando e daqui foram para Minas. Lá para Rio Doce, eles começaram em Rio Doce. Acho que quando veio, parou em Marselha. Parece que ele escutava falar do Brasil e ele quis vir para o Brasil. O Brasil era tido como o Eldorado. Eles falavam: “Vamos para a América! Vamos para a América!” E a América deles era aqui, o Brasil. Primeiro ele não sabia falar nada, o José também não sabia muito ainda também. Porque não tinha muito tempo por aqui ainda. Mas até encontrar com o José, passaram por muitas coisas eles dois. Depois, aprendeu a falar, a toque de caixa, porque lá no meio do povo, vendendo, mascateando. Chega na casa de um, e começa: chegou o turco! Chegou o turco! (FRANCISCO, 2003 p.144).

Victória contou que quando chegou a vida do pai foi muito difícil e lembra que seu Chafi dizia que no início dormia na mata no meio dos bichos. Depois de um ano em Minas, seu pai e os tios vieram para Santa Cruz, Zona Oeste do Rio de Janeiro. Seu Chafi investiu suas poucas economias num pequeno botequim no centro de Campo Grande, bairro vizinho também na Zona Oeste da cidade. “Aí a vida começou a melhorar”:

Minha casa na infância, graças a Deus, era muito boa! Nós éramos oito irmãos. Meu pai, minha mãe ajudou muito ele também. Depois do bar, quando ele casou e melhorou um pouco a vida, ele passou para armazém. No armazém, a

minha mãe ia para lá ajudar ele no armazém. Nós moramos nesta casa onde hoje é a Cultura Inglesa aqui de Campo Grande. Eu vim para cá com um ano de idade. Isso tudo aqui era plantado com frutas. Laranjeiras de todo o tipo, então ele já era de idade e ainda tinha a hortazinha dele e trabalhava (FRANCISCO, 2003 p.144).

Em Campo Grande seu Chafi conheceu Clara Miguel, filha de um imigrante Libanês chamado Miguel João que já estava estabelecido na rua principal do bairro com loja de armarinho e tecidos. A vida de Victória está ligada ao bairro de Campo Grande, onde ela e toda sua família são figuras conhecidas da sociedade local.

Minha mãe era filha única. Ela morava onde é o calçadão. Meu avô tinha loja e morava nos fundos da loja. Porque antigamente tinha muito disso, o comércio na frente e a moradia atrás. Antigamente era assim. E essa rua era muito boa! A gente descia dali, de onde eu morava dessa casa lá em baixo. Descia a Rua Coronel Agostinho, tinha famílias sentadas na frente das casas, era um sossego. A Coronel Agostinho não era assim, era mais moradia, não era tanto comércio. Mamãe tinha uma empregada que meu tio José trouxe de Minas para cá. [...] Ela ficou com a minha mãe até minha mãe morrer, e, depois ela também morreu. Quer dizer, eu não era nascida! Seu nome era Maria. Era nossa avó preta. [...] (FRANCISCO, 2003, p.145).

Embora católica fervorosa, Victória Chaia é neta de maronitas pelo lado do pai e de ortodoxos pelo lado da mãe. A Igreja do bairro (Nossa Senhora do Desterro) é uma importante parte da vida de nossa entrevistada.

Minha vida é a Igreja até morrer! Até morrer, meu trabalho é na Igreja. E não é remunerado nem nada, é espontâneo, é voluntário. Eu faço parte também da Pastoral da Família, e toda terça feira à noite tem reunião. E às quintas feiras, na parte da tarde, é a reunião da terceira idade. Temos exercícios que fazemos, algumas *ginasticazinhas*. Exercícios, próprios da idade. Têm peças que a gente vai apresentando. No ano passado, no dia das mães, representamos Maria, em diversas etapas da vida dela. Eu até fui a Maria! E agora, esse ano, nós estamos ensaiando uma peça para apresentar nas missas, durante as missas. Somos, graças a Deus, católicos! Apostólicos Romanos. Somos maronitas! Papai era maronita, meu marido era maronita. Eles já vieram de lá com isso. Porque lá é maronita, católico maronita. Minha mãe também era católica, mas o meu avô era ortodoxo. (FRANCISCO, 2003 p.144)

Jamil Haddad nasceu em abril de 1926, na Tijuca, filho do comerciante Shicralla Haddad e de Salma Haddad, ambos libaneses. Jamil Haddad nasceu e se criou perto da Rua Maria Amália, na Tijuca, tradicional reduto da colônia libanesa na cidade. Uma das suas recordações mais vívidas remete ao *status* importante que o comerciante desfrutava no interior da colônia:

O respeito [...] aos comerciantes era muito grande, tanto que as vendas eram em consignação. A pessoa levava a mercadoria, anotava-se o que ele tinha levado. Quando acabava eles devolviam o que sobrava, faziam a dedução e faziam o pagamento. Às vezes eles chegavam no Rio e depositavam o dinheiro que eles tinham trazido lá no cofre da loja. Colocavam dentro de um envelope, e existia um livro caixa que constava o que eles tinham depositado. Eles faziam compras e depois deduziam daquele total e o que constava no livro-caixa. Não existia banco aquela época. Eles foram um padrão de seriedade e honestidade. Qualquer comerciante antigo tem um respeito muito grande pela N. Haddad e Irmãos, que no final era só do meu tio e do meu pai. O meu tio Riscalla Haddad foi, na época em que o Líbano era protetorado turco, cônsul da Turquia no Brasil. Então ele chegou aqui um pouco antes da I Guerra. (FRANCISCO, 2003 p.133)



A origem paterna da família é a cidade de Beithmary (casa de Maria) nas montanhas do Líbano, com forte tradição cristã ortodoxa. A mãe, segundo Jamil, era de família rica, tradicional na política do Líbano. A Universidade Americana

de Beirute foi o lugar onde os pais de Jamil se conheceram, ainda no curso ginasial. A escola oferecia educação ao estilo ocidental e foi estabelecida por missionários protestantes norte-americanos no fim do século XIX. Era um tanto comum para os filhos da reduzida classe média cristã, no entanto, embora não fosse restrita aos homens, era rara a presença de mulheres no início do século XX. Eles se casaram no Líbano e vieram ao Brasil já instruídos. No Rio de Janeiro, o

pai de Jamil encontrou seus irmãos proprietários de um tradicional comércio na Rua da Alfândega e logo se tornou sócio e proprietário também.

Meu avô [materno] era Jamil Baroody, cuja tradução significa espingarda, fuzil. E era uma família muito famosa no Líbano. Meu avô foi considerado um dos homens mais cultos de lá, ele traduziu até hieróglifo. Posteriormente foi dono de uma grande drogaria em Beirute. Eu tenho o nome de Jamil por causa dele, seu filho, meu tio, foi professor em Oxford, e também foi tutor dos filhos do Rei Faissal, da Arábia Saudita. E quando foi fundada a ONU, ele, apesar de ser católico, foi embaixador da Arábia Saudita na ONU. Chegou a ser o mais antigo. Só não chegou a ser secretário geral porque tinha uma oposição muito marcante contra Israel. Foi naquela época, justamente, da criação do Estado de Israel. Mas foi uma figura proeminente lá. Meu tio, irmão da minha mãe, para você ver a popularidade dele, quando eu estive com ele lá em Nova York, nós fomos almoçar no restaurante da ONU e existia um prato, filé a Baroody, como tem aqui o filé a Oswaldo Aranha. (FRANCISCO, 2003, p. 133).

Quando o pai de Jamil chegou ao Rio de Janeiro, com 18 anos em 1894, foi trabalhar como representante comercial na já tradicional firma N. Haddad e Irmãos. “O ‘N’ era de Nassralla, que era o nome de um dos irmãos mais velhos do meu pai e Haddad é o nosso sobrenome. A firma era aqui na Rua da Alfândega, 275. Foi uma firma atacadista que chegou posteriormente a ser distribuidora de lança-perfume da Rhodia”. (FRANCISCO, 2003, p.133) Depois de alguns anos o pai de Jamil passou a ser sócio da firma que era conhecida por ser uma espécie de banco da comunidade de imigrantes árabes.

Vou dar um exemplo do prestígio dos antigos Haddad: na loja deles, para mostrar como o comércio era diferente no passado, a loja tinha um cofre da altura desse armário, uns dois metros de altura. Era muito pesado, difícil de ser arrombado. Os patrícios vinham do interior para fazer compras na loja do meu pai e do meu tio, principalmente na época de carnaval, porque era a época da distribuição de lança-perfume (FRANCISCO, 2003, p. 134).

O entrevistado relata que quando era criança via com frequência a presença “desses homens barbudos” em sua casa. O pai, pessoa muito tradicionalista, pouco antes de morrer

rompeu com uma parte da comunidade da igreja ortodoxa no Brasil. Um vigário do Rio de Janeiro, apoiado por parte da colônia, tornou-se bispo sem consagrar-se no Oriente Médio como manda a lei. Após a morte do pai, Jamil Haddad mandou rezar sua missa de sétimo dia na vizinha igreja maronita, por conta do desentendimento do pai com a igreja ortodoxa. Não obstante este lado conservador, Jamil casou-se em 1963 com uma “brasileira”³⁴, sendo, ao lado de dona Adélia, uma exceção entre os depoentes.

Quando perguntei por que os pais faziam questão da união dos filho(a)s com filha(o)s de patrícios, ele respondeu que era por razões ligadas à manutenção de certos hábitos e costumes, como a dieta alimentar, a língua etc. Segundo ele,

[...] havia então essa preocupação, sendo que alguns patrícios às vezes eram tão radicais que não [...] permitiam nem que houvesse casamento entre maronitas e ortodoxos. Eram radicais muito grandes e felizmente com o tempo, desapareceram. Hoje os maronitas, ortodoxos, melquitas, hoje eles estão muito integrados e não existe mais esse radicalismo que existia no passado. Eu me casei, minha mulher é brasileira, campista, não tenho filhos (FRANCISCO, 2003, p.134).

Dahas Zarur nasceu em março de 1926, num sobrado da Rua da Alfândega. Seu pai, Jorge Zarur, chegou ao Brasil no início do século XX, quanto tinha 11 anos, trazido por parentes. Trabalhou desde criança vendendo frutas pelas ruas do centro da cidade; mais tarde, começou a mascatear mercadorias de armarinho pelas residências da Gávea e Leblon, na Zona Sul. Num terceiro momento, montou uma loja no centro. Ao longo desses anos, com muita economia e austeridade, conseguiu trazer seus parentes do Líbano, e a futura esposa, Helena. Posteriormente, comprou uma casa no Méier, lugar de onde Dahas Zarur tem as suas melhores lembranças:

³⁴ ‘brasileiro’ é qualquer pessoa não descendente de árabes.

Morávamos em uma casa muito grande, nós tínhamos, cabra, cabrito, galinha, tudo que era bicho [...]. Papai ia e voltava ao trabalho. Às vezes eu levava o almoço dele e depois ficava lá para ajudar. Ia de ônibus, ônibus da Light. [...] (FRANCISCO, 2003, p.99).

Quando fala da infância e da mãe, ele não consegue deixar de se emocionar. A imagem de dona Helena, falecida no fim da década de 1940, aparece com frequência nas suas lembranças e funciona como uma espécie de dínamo para as suas motivações. No relato abaixo, ele constrói e interpreta por metáforas, as lembranças da casa, da religião e da mãe:

Quando chovia nos domingos ou quando era época de Natal ou de Ano Novo, minha mãe induzia a todos nós que ficássemos acordados porque nós íamos ver a coisa mais bonita do mundo; e nós garotos pequenos, educados num clima da cruz, ficávamos com medo. Ela dizia: não, vocês fiquem acordados por que vocês vão ver a força de Deus. Falávamos assim: mas o que é, mãe? Ela virava e dizia assim: vocês vão ver quando for meia noite, na Missa do Galo; todas as árvores do universo se ajoelharem agradecendo a Deus. Então nós com medo... Tinha cada pé de sapucaia grande, se cai no telhado... “Como é que elas vão se ajoelhar aqui? E ela levava a gente acordado assim. Eu andava de preto na Semana Santa, tal era força da religião dela. Hoje [...] ninguém nem liga para isso. (FRANCISCO, 2003 p.100).

Demétrio Habib nasceu no SAARA, em 1927. Seu pai, Gabriel Habib, nasceu em Nazirah, pequena cidade localizada nas proximidades de Beirute. Agricultor aos 10 anos de idade, na adolescência tornou-se ladrilheiro. Desembarcou no Rio de Janeiro durante o Carnaval de 1910. Na cidade, juntou-se aos irmãos que aqui já estavam:

Ele veio para o Brasil em 1910, veio de navio, um navio francês, saltou ali no cais do porto, onde antigamente era chamado de cais Pharoux. Paravam onde dava o calado do navio e vinham a remo para a terra. Papai saltou no cais Pharoux em um domingo de carnaval e veio andando para a Rua da Alfândega, onde encontrou outros patrícios e os irmãos, que ali moravam no sobrado e trabalhavam na loja em baixo (FRANCISCO, 2003, p.79).

A presença de parentes anteriormente estabelecidos e que davam apoio ao recém-chegado representa um elemento importante para entendermos a forma como se deu esse fluxo imigratório. No caso concreto de Gabriel Habib, a rede familiar permitiu-lhe um início de trajetória, ao que parece, com menos percalços:



Gabriel Habib, pai de Demétrio.

Inicialmente ele foi para um local chamado Areal, hoje Coelho Neto, onde fundou uma olaria. Eu me lembro que até antes de papai morrer, ele pedia que nós colocássemos o sapato na janela na época do Natal, e ele sempre colocava uma nota de 1000 réis, um conto de réis na época; papai sempre foi amante do lar e dos filhos. Toda vez que eu falo nele eu me emociono (FRANCISCO, 2003, p.78).

Durante o depoimento do trecho acima Demétrio chorou ao se lembrar do pai. Embora não seja um privilégio exclusivo, em geral árabes e seus descendentes são emotivos, muitas vezes chegam ao teatral. Halbwachs pontuou o caráter excepcional da memória “a memória do passado no presente é livre, espontânea,

quase onírica, na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstituir, repensar, com imagens e idéias de hoje”. (HALBWACHS, 1990 p.88)

Gabriel Habib fez fortuna com o comércio. Ajudou a transformar a cidade e levou ‘civilização’ ao subúrbio de Coelho Neto, onde se tornou um dos primeiros empreendedores. Em 1960, possuía várias lojas, espalhadas pela cidade.

Habib Abduche nasceu em Santa Maria, no interior do Rio Grande do Sul, em 1927. Jamil Abduche, o pai, sírio da cidade da Antioquia, se estabeleceu na cidade gaúcha depois de ter mascateado pelo interior do Brasil desde que chegou da Síria em 1921. Em 1926, casou-se com

Mariana Chami, filha de patrícios radicados numa pequena colônia de Antioquenses em Irati, no Paraná. Depois de morarem em Santa Maria a família veio para o Rio de Janeiro em 1944 se estabelecendo na Tijuca.



Meu pai saía de manhã, bem cedo, com coisas para vender, segunda-feira ele ia no largo da Segunda-Feira, ele ia também onde hoje é o Ministério da Defesa, era um galpão que quando chovia tinha lama até o joelho, e ele lá vendendo. Depois ele melhorou e alugou uma casa na Rua da Passagem. (FRANCISCO, 2003, p. 239)

Jurema Ragy Eis Zacharias

nasceu no subúrbio carioca de Madureira, em 1929, filha de imigrantes sírios, originários da cidade de Homs. O pai, Ragy, chegou ao Rio de Janeiro, trazido por parentes, em 1901, com apenas oito anos de idade. Seu irmão mais velho já estava no Engenho de Dentro onde ele foi criado

com toda família Eis. Aos 17 anos, ingressou na Faculdade de Odontologia da Universidade do Brasil, diplomando-se em 1917. Depois de formado, exerceu a profissão de dentista no bairro onde a família já possuía alguns imóveis. Sua trajetória de vida destoa frontalmente da grande maioria dos pais dos nossos depoentes, todos eles mascates e comerciantes. Dona Jurema faz o seguinte registro da profissão paterna:

Ele se casou jovem, se não me engano com 20 anos. E seguiu a vida dele, era dentista, trabalhou muito, de manhã até a noite, ele adorava a profissão dele, ele até foi um dos primeiros dentistas em Madureira, foi muito conhecido porque ele tinha uma clientela imensa. Muito profissional, tinha muito conceito, era um homem muito estudioso e respeitado. Morreu dentro do consultório, com 72 anos, ele caiu de repente, morreu no consultório, estava de pé, fechou os olhos e caiu. (FRANCISCO, 2003 p.77)

Dona Jurema fornece um rico depoimento sobre a mãe dona Badia Ragy Sued, no qual ficam patentes as vicissitudes que ela enfrentou, na condição de mulher e imigrante, forçada a se casar, não pôde decidir seu próprio destino:

Minha mãe já veio adolescente, veio com os tios. Depois ela me disse que eles a mandaram para cá porque ela era muito ligada ao pai, e queria ajudar o pai no trabalho, porque lá é assim, o comércio deles é muito na rua, e ela sendo menina não poderia participar disso. Então ela vivia em conflito com a família. Ela gostava de trabalhar, era grudada com o pai que era comerciante, e a mãe mandou-a com esse tio para o Brasil. Ela sofreu muito com isso, porque ela ficou em casa de parentes [...]. E ela só foi rever a família 40 anos depois, foi uma despedida. A minha mãe teve mais dificuldade no Brasil que meu pai, que se dava melhor com os brasileiros, porque minha mãe escrevia em árabe muito bem, mas em português ela aprendeu pouca coisa (FRANCISCO, 2003, p.77). Ragy Eis (criança) ao lado da mãe e dos tios em 1903

Quando Jurema ‘ficou mocinha’, durante a década de 1950, começou a freqüentar a União da Juventude Ortodoxa que mantinha algumas atividades fora da Igreja ortodoxa da Rua Gomes Freire como encontro de jovens e viagens educacionais para os filhos dos imigrantes. Freqüentou escolas públicas e particulares, mas sempre no bairro do Engenho de Dentro. Ela lembra que o pai, antes do início das aulas, levava a ela e aos irmãos para nadar:

Naquele tempo nós íamos a Ramos, à praia de Santa Luzia, que era ali no centro, ia na Ilha do Governador, antes de ir ao colégio meu pai nos levava à praia, cedinho, de madrugada. Tinham as cabines para trocar de roupa, não é? Aí nós íamos para o colégio já de banho tomado e depois de ter praticado esporte. Meu pai gostava muito de esportes, quando nós íamos para estações de balneário os meninos praticavam esportes, e eu ficava tocando piano, eu lamentava um pouco, mas como eu tinha muita vida interior... (FRANCISCO, 2003, p.76).

Quando tinha 25 anos, conheceu o marido Farid Zacharias, também dentista como o pai, através de uma amiga comum. O problema é que ela era noiva de um primo desde os 17 anos, mas o impasse acabou sendo resolvido:

De início meu pai não ficou muito satisfeito não, mas depois, quando eles começaram a conversar, e se falou de profissão, e ele viu que a família era uma família distinta também, aí ele aceitou e depois eles se tornaram grandes amigos. Nessa época eu já estava perto de 25 anos de idade, eu havia sido noiva aos 17 anos do primo da minha mãe, da família Hares, mas contra a minha vontade. O rapaz era primo legítimo da minha mãe, e eles sempre fazem gosto que case com parente, mas não deu certo porque eu não suportava a presença dele. (FRANCISCO, 2003 p.75)



Benjamin Abraão, Maria Bonita e Lampião, em 1937.

Atala Abraão é cearense de Juazeiro do Norte, nascido em 1930. Atala conta que seu pai Benjamim Abraão conheceu Lampião, Maria Bonita e o bando de cangaceiros através do Padre Cícero. Ele ganhou a confiança do bandido e combinou fotografar e filmar o bando num lugar determinado do sertão, com a intenção de vender as imagens. Depois disso, aproveitando-se da popularidade de

Lampião, Benjamim esteve no Rio de Janeiro e São Paulo para oferecer as fotos. Segundo Atala, o filme que seu pai fez com Lampião e seu bando foi confiscado pela censura de Getúlio Vargas; no entanto, trechos 1937 desta película apareceram em outros trabalhos como *Memória do cangaço* (1965), dirigido por Paulo Gil Soares e produzido por Thomas Farkas, e *Baile perfumado*

(1997), dirigido por Paulo caldas e Lífio Ferreira. A chegada e os primeiros tempos do pai no Brasil são assim sintetizados por Atala:

O meu pai chegou do Líbano e foi direto para o Padre Cícero. Foi direto! Ele ainda andou fazendo mascate por ali. Ele chegou em Recife, e de lá para Juazeiro. Ele não tinha parentes no Juazeiro, só sei que ele chegou por lá nos anos de 1920. [...] Seu irmão era esse Antônio Elimas, em Recife, que era um grande comerciante. São todos de Zahle, no Líbano (FRANCISCO, 2003, p.55).



Beniamim Abraão e Padre Cícero (Juazeiro CE. 1936)

Seco, onde nós morávamos. O Sítio do Brejo

Seco era bem pertinho do Juazeiro. Aí, ele foi lá em casa e na casa do Padre Cícero. Ele se tornou secretário particular do Padre Cícero, o homem de confiança. (FRANCISCO, 2003 p.55)

Sua história da vida de Atala é bem diferente das demais, pois sua família desde muito cedo fragmentou-se:

Minha mãe era descendente de índio. A avó dela foi pegada a dente de cachorro na Serra do Pereira, lá no Ceará. Conheci minha mãe depois de 15 anos. Eu fui criado pelo Major Gonçalves Calôa de Sá Barreto. Ele era casado com Dona Dondom. Minha mãe de criação era Raimunda Calôa de Sá Barreto. Agora que eu soube, depois que essa minha irmã me contou. O meu pai me raptou da minha mãe. Ele chegou lá na casa do Major e me entregou. Porque quando meu pai chegou do Líbano, foi para casa do Padre Cícero. Aí o Padre Cícero o levou na casa do Major Gonçalves e disse: Oh! Aqui é um rapaz novo, fica por aqui! Foi aí que ele veio lá de casa, do Sítio Brejo

Atala veio do Ceará de ‘pau de arara’ e chegou ao Rio de Janeiro para ver a Copa do Mundo de 1950 e nunca mais voltou:

Meu negócio era ver a Copa do Mundo e voltar para casa. Vi a copa Cheguei aqui na sexta-feira de carnaval. Quando cheguei tinha 500 réis no bolso. Era dinheiro que não acabava mais. Aí estourei tudo no carnaval, no outro dia eu estava com o dinheiro do bonde no bolso. Em 1950 eu tinha vinte anos. Aí eu sabia que tinha um conhecido meu que trabalhava no Largo de São Francisco na Casa Virgílio. Fui lá e ele disse: você é de Juazeiro? Sou! O que é que o senhor veio fazer aqui? Eu vim trabalhar Chegou quando? Cheguei no carnaval Quer trabalhar? Quer vir trabalhar aqui? Eu digo: venho! Quando começa? Eu digo: é agora! Aí ele: então tira o paletó e vem trabalhar As pessoas olham para mim e dizem: é cearense, é pau-de-arara turco. Aí eu fui trabalhar na casa do Virgílio. Era vendedor de tecido. (FRACISCO, 2003, p. 55).

Eva Abrãao Messa Neme nasceu em Areal, no interior do Estado do Rio, em 1931. Seu pai, o imigrante muçulmano Abraão Neme, estabeleceu-se primeiramente em Buenos Aires, na Argentina, onde passou dois anos. Em seguida, transferiu-se para o Brasil e mais tarde abriu um armazém em Areal, pequena cidade próxima a Três Rios, na fronteira do Estado do Rio com Minas Gerais, na rota para as fazendas de café. Eva tem a seguinte imagem da trajetória do pai:

Meu pai começou a vida como nessas novelas que a gente assiste lá da Bahia, daquele jeito mesmo. Começou com a malinha na mão, batendo na porta. Na porta, oferecia a mercadoria, ele passava por Três Rios, Moura Brasil, nas fazendas, e saía em Bem Posta. Ele facilitava, voltava depois para cobrar, quando era assim, os donos da fazenda, ele sempre recebia, mas quando eram os empregados, tem aquela coisa que vende na época de semear, e recebe na época da colheita, tem isso, não é? Ele vendia fazendas, calçados, perfumaria, então aquelas moças lá do interior, quando ele chegava ficavam alegres, porque ele levava fazendas bonitas, pó de arroz. (FRANCISCO, 2003 p.41)

O casamento do muçulmano Abraão com a mãe de Eva, filha de imigrantes portugueses, foi “negociado”. A cerimônia foi num altar católico (exigência da sogra portuguesa) montado na casa da noiva, mas fora da igreja. Na condição de muçulmano, Abraão recusava-se

terminantemente a entrar numa igreja. Dona Eva, ao falar da casa em que morava quando criança destaca a contribuição estética do lado paterno árabe:

A minha casa na infância era uma casa grande, com seis quartos, uma varanda muito grande nos fundos, essa casa tem uma mesa muito grande na extensão toda da varanda e não é cadeira também não, é um banco de cada lado, na extensão da mesa, apenas uma cadeira na cabeceira que sempre foi do meu pai. Isso é dos os árabes não é? Os patrícios, então, foi uma infância muito bonita, rodeada de amigos e colegas de colégio, e uma casa assim que era muito farta, que recebia a todos de braços abertos (FRANCISCO, 2003, p.45).

Alberto João Richa nasceu na Rua Buenos Aires, em 1931. Seu pai, o sírio João José Richa, chegou ao Rio de Janeiro do início do século XX. De religião ortodoxa, casou-se com a libanesa Rosa Laismar Richa, que professava a fé maronita.

O meu pai era comerciante, mas chegou aqui no Brasil fugido da perseguição, como a maioria dos cristãos na época, fugido da perseguição religiosa que havia na Síria. Somos cinco irmãos, todos vivos, eu sou o mais novo. Mantemos a religião ortodoxa, apesar da minha mãe ter sido maronita. (FRANCISCO, 2003 p.36)

No trecho acima fica evidente que os casamentos entre sírios e libaneses, maronitas e ortodoxos, não era raro ocorrer. Tratava-se de uma opção de manter a rigidez ou a solidez da origem para melhor orientar o filho na cultura receptora. Era também uma forma de manter um pouco da origem levantina, diante da escassez de opções da mesma origem e religião. João José Richa, foi um *self-made man*, mesmo analfabeto progrediu, conseguiu educar todos filhos e ainda escreveu dois livros. “Com o tempo ele abriu um varejo de cigarros, mas muito atirado, querendo vencer. Ele comprava a mais e vendia para outros varejos que não tinham e assim começou a fornecer: ele começou um atacado de cigarros, charutos e fósforo”.

No início o meu pai, quando começou a trabalhar, começou por conta própria, logo no segundo dia depois que ele chegou aqui da Síria. No Brasil, ele nunca teve salário: ele ia ganhando, o primeiro ano de trabalho dele foi para pagar o dinheiro da passagem emprestado que ele pegou para vir ao Brasil. Ele dizia que só no segundo ano que ele pôde comprar a primeira camisa, até então ele usava tudo que veio de lá com ele... Exatamente ele foi aprendendo e foi fazendo. No livro dele, *A sabedoria dos tempos* e no outro livro *Em busca da verdade*, ele conta toda a trajetória dele (FRANCISCO, 2003, p. 39).

Tive acesso a um dos livros e verifiquei ali estão descritos diversos episódios do cotidiano, todos parecendo reais sem, porém revelar nomes. A leitura coloca em cheque a todo instante o caráter dos personagens envolvidos nos negócios da ‘Pequena Turquia’ (SAARA), no início do século XX no centro do Rio de Janeiro. Um episódio que traduz todo pragmatismo de um imigrante obstinado é a descrição da viagem de João Richa ao interior de Minas para conhecer sua futura esposa, numa colônia de imigrantes libaneses.

Muhamad Amin Baccar nasceu em 1932, na cidade gaúcha de Santa Cruz do Sul. Seu pai, Ahemed Amin Baccar, nasceu em Joadet Marjajoûn, no interior do Líbano. Por causa de conflitos na terra natal, aos 18 anos transferiu-se para o Brasil, onde tinha parentes. Sua mãe, Naigla Baccar, nasceu em Rio Pardo, no Rio Grande do Sul, filha de imigrantes libaneses cristãos. Mohamed dá a seguinte explicação, bastante idealizada, para a vinda do pai para o Brasil:

O que eu acho é que ele veio porque havia uma guerra entre os muçulmanos e os franceses que dominavam essa área de Marjajoûn. Ele não dizia nada, eu que concluí. Ele era do exército. Do exército local. Quer dizer que devia ser de uma força de libertação nacional. É, deve ter sido. Eu sei que a cabeça dele estava a prêmio, então ele veio fugido para depois voltar. Pouco tempo depois teve as independências da Síria e do Líbano, não sei o quê mais. [...] Meu avô foi fuzilado pelos franceses. O meu pai tinha um ódio dos franceses tremendo. Quer dizer, o que está acontecendo hoje na Palestina, no Oriente Médio, já existia naquela época em relação aos ingleses e franceses. Meu avô foi fuzilado porque era das forças revolucionárias lá. Então eu me lembro bem que quando meu avô morreu, quer dizer, quando se soube da notícia, meu pai passou a usar uma gravata preta, e ele usou até o final da vida. (FRANCISCO, 2003, p.23)

No Brasil, seu Ahmed foi mascate até se radicar em um distrito de Santa Cruz do Sul, cidade de forte presença alemã, onde abriu uma sorveteria.

O interessante é o seguinte: a sorveteria chegou até a ser considerada a melhor sorveteria do Rio Grande do Sul. De sorvete, eu entendo; ainda guardo as receitas dele... A sorveteria não foi assim um negócio fantástico, mas deu para se viver bem. Aí, ele se mudou para Santa Cruz e terminou comprando uma casa no melhor ponto comercial da época, na rua principal. Era Rua Marechal Floriano. Lá não havia nenhum outro árabe. Teve um outro patrício, que era um solteirão, que era muito amigo do meu pai e mais de ninguém. Aí passou a ter, depois de 1949, quando houve as guerras lá na Palestina, é que começou a vir essa leva de novos imigrantes. Hoje tem uma colônia boa lá, mas é gente nova (FRANCISCO, 2003 p.22).

Muhamad Baccar ainda criança lembra que sua casa ficava nos fundos da sorveteria do pai: “Eu, comecei na loja, desde os oito anos, eu ajudava trabalhando”. (p.22) Quanto a religião muçulmana do pai Muhamed lembra: “passou a ser praticada solitariamente, uma vez que ele era o único muçulmano da região”. Da mesma forma que o pai de Eva Neme, também muçulmano, Ahmed também fez um ‘acordo’ com a família católica da esposa em relação ao batismo dos filhos e ao ingresso em escola católica:

[...] quando meu pai casou com a minha mãe, ela era cristã e ele muçulmano. Eles concordaram que os filhos homens seriam batizados católicos e as filhas mulheres, não. Então eu sou batizado católico e as minhas irmãs não foram batizadas. Hoje elas são católicas [...] e eu não, eu nunca frequentei igreja [...]. Do lado, a uns cinquenta metros da nossa casa, na rua principal, ficava o Colégio Marista. Então meu pai, que se dava com os padres, [...] acordou com eles que eu ia estudar no Colégio Marista, desde que não precisasse fazer o curso de religião. Os padres concordaram, chegou-se a um acordo (FRANCISCO, 2003, p. 21).

Nagib Chamon nasceu, no interior de São Paulo, em 1933. Seu José Luiz, o pai, imigrante libanês, mantinha um comércio de tecidos e armarinho na pequena cidade de Promissão, no Oeste paulista³⁵. Com o desenvolvimento da cidade também passou a vender material de construção.



Nagib Chamon (esquerda) com seu irmão. na 1ª Comunhão

Eu nasci em Promissão, no Estado de São Paulo, no dia 12 de maio de 1933. Bom, quando eu era pequeno era chamado de Turco. Meu pai era libanês, e imigrou, acredito, no ano de 1925, pelos meus cálculos. Minha mãe era mineira, filha de pais de origem árabe, sendo de nacionalidade egípcia por parte de mãe e síria por parte de pai (FRANCISCO, 2003, p.19).

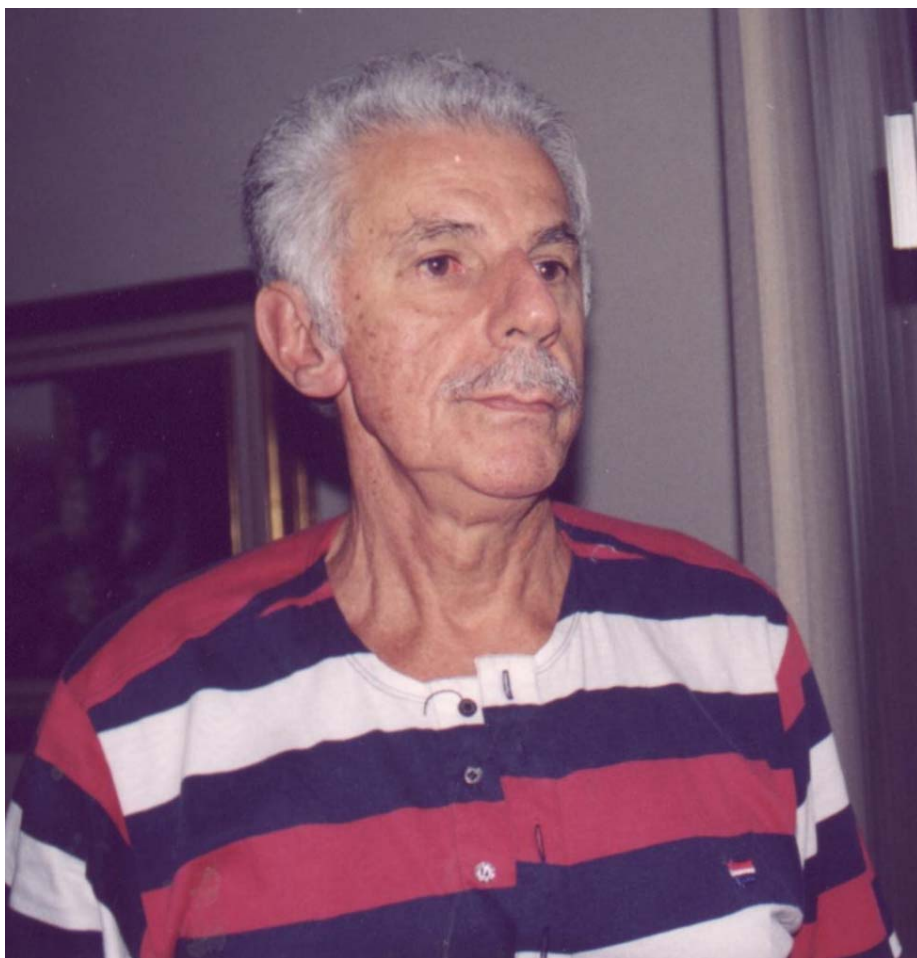
Nagib achava o pai excessivamente fervoroso na religião:

[...] era um carola exagerado. Isso afetava muito, inclusive a relação de família. Ele nos obrigava a ir a missa; no Natal, tínhamos que ir à Missa do Galo. Uma criança assistir à missa meia-noite? Obrigava a comungar, em termos de religião ele era um pouco radical (FRANCISCO, 2003, p.19).

³⁵ Segundo o entrevistado, quando ele era menino a cidade contava com 5 mil habitantes. Hoje tem mais de 50.000.

João Wehbi

Dib nasceu em Santos, São Paulo, em 1933. Seu pai, Wehbi Dib, sírio nascido em Antioóquia, chegou a Santos em 1926, com 17 anos de idade. Após casar-se com Salma Cury, descendente de libaneses radicados em Vitória, Espírito Santo, Wehbi estabeleceu-se no



SAARA, no centro do Rio de Janeiro, na década de 1930, onde abriu uma pequena fábrica de gravatas no sobrado em que morava com a família. João assim se refere aos seus primeiros anos de vida:

A minha primeira casa não era uma casa, era um sobrado. Era na esquina da Rua da Alfândega com a Avenida Tomé de Souza. Em plena SAARA. Eu nasci ali, naquele tempo não se chamava SAARA. Esse negócio de SAARA, essa nomenclatura SAARA veio assim mais ou menos, mais ou menos em 1960 e pouco ou em 1970 e pouco. Mas quando eu nasci em 1933 não tinha nada de SAARA. Anos depois, começaram a chamar ali de zona árabe, lá é zona árabe... Ali tinha muito patrício. Muito, quase que totalmente. Os restaurantes eram de patrícios todas as lojas também.. (FRANCISCO, 2003 p.312)

Acompanhando o movimento da comunidade, a família de João se mudou para Tijuca quando ele tinha uns quatro anos de idade. “Eu sei que eu completei meus cinco anos na Tijuca”

(p.12). A memória que tem do pai, falecido prematuramente, aos 43 anos de idade, é de uma pessoa interessada na vida e no cotidiano nacional:

Engraçado, o meu pai era um sírio que, na minha opinião, era um brasileiro fanático. Porque ele tinha esse negocio de *getulismo* e tal essa coisa toda. Era flamenguista porque o Flamengo era [...] o time dos brasileiros, time do povo. E me obrigava a ficar parado ao lado do rádio, era um rádio que tinha devia ter um metro e meio de comprimento, em posição de sentido, batendo continência e cantando o Hino Nacional. Eu ficava maluco da vida, estava morrendo de sono, era garoto, queria dormir, mas ele não me deixava, tinha que cantar o Hino Nacional em continência (FRANCISCO, 2003 p. 313).



Seu João Chalhub recebe em sua loja de Ipanema o padre ortodoxo no início da década de 1960.

Lourdes Chalhub nasceu em Ipanema, na Zona Sul do Rio de Janeiro, em 1933. Seu pai, o imigrante sírio João Chalhub, estabeleceu-se com uma sapataria na rua Teixeira de Melo em Ipanema. Dona Lourdes narra desse modo as aventuras do pai antes de se fixar em Ipanema:

Quando ele [o pai] chegou foi para Copacabana primeiro. Ele tinha parentes aqui. Aí depois ele mascateou, vendendo tecidos. Depois que ele casou com a minha mãe, aí os meus tios, que já eram comerciantes, um na Avenida Passos, o Tufi Richa, e o outro era o João Richa que foi atacadista e trabalhava só com sapatos, [...] ajudaram o meu pai a abrir uma loja ali no número 21 da Teixeira de Melo, em Ipanema. De lá ele passou para o número 41, onde ficou muitos anos, até 1969 (FRANCISCO, 2003, p. 334).

Seu João chegou a Ipanema durante a década de 1930. Lourdes viu Ipanema se transformar de um areal num espaço de especulação imobiliária feroz.

Isso aqui tudo em Ipanema eram só casas grandes na época, daqui para lá, de pessoas estrangeiras a maior parte, de jardins portugueses e muitas flores, o mar era lindíssimo, a gente fazia castelinho, tinha tatuí, concha, agora você não encontra mais nada porque está tudo poluído (FRANCISCO, 2003, p.333).

A loja de seu João tinha grande clientela, inclusive de pessoas da comunidade do Cantagalo o que sempre valeu a dona Lourdes uma espécie de imunidade:

Grande número da clientela do meu pai era não só do bairro como lá de cima, e o pessoal de cima respeitava o pessoal de baixo. O meu irmão e outros que moravam aqui embaixo, jogavam com um grupo lá de cima, e eram unidos, e eles não tocavam, qualquer problema... Uma vez meu irmão veio do colégio à noite, e tinha um que ia assaltar, quando olhou viu que era filho do seu João... Havia um respeito. Ali, há um mês ou dois, eu ia saindo no meu sobrado, e tinham três, de manhã, domingo, dia da feira *hippie*, e um deles disse assim baixinho para o outro que ia me assaltar. Aí o outro disse: não, essa não, essa eu conheço. Fingi que nem ouvi e entrei em uma van... Quem me assaltou não foi gente daqui não, porque se fosse, não assaltava (FRANCISCO, 2003, p. 333).



Miguel Pachá, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, 2003.

Miguel Pachá nasceu em Petrópolis em 1935. Seus pais vieram da Antioquia na Síria já casados em 1926. O pai de nosso entrevistado, Alfredo Pachá, tinha um estabelecimento comercial no centro de Petrópolis, região serrana do Estado do Rio. O cotidiano doméstico seguia o padrão da grande maioria dos imigrantes levantinos, i. e., a coexistência, num mesmo espaço físico, da casa e da loja:

Nasci em Petrópolis em um sobrado - na parte de baixo era a loja do meu pai, na parte de cima era a casa. Esse sobrado, na Rua do Imperador, bem no centro da cidade, ainda existe. [...] me criei atrás de um balcão. Todos moravam na casa. Não tínhamos empregados, na casa não, na loja sim, muitos empregados. O meu pai com a minha mãe falavam o árabe (e o português também, evidentemente). Por isso é que eu entendo o árabe. Eu entendo, mas não falo, até quando o meu pai morreu, eu parei de ouvir e conversar em árabe e ficou mais difícil (FRANCISCO, 2003, p.213).

Miguel Pachá explica a origem brasileira do nome do pai:

O meu pai chamava-se Fouad Pachá, só que quando chegou ao Brasil, na imigração, ao lançar o nome dele nos documentos, o cidadão responsável disse: “Acho que a tradução de Fouad seria Alfredo”. Aí colocou o nome dele de Alfredo Pachá (FRANCISCO, 2003, p. 212).

A adaptação à realidade brasileira no que concerne às práticas religiosas é destacada pelo depoente:

Eu tenho quatro irmãos, um irmão e três irmãs. Nossa religião é a ortodoxa. Eu mantenho a religião ortodoxa e a católica, porque o ortodoxo é um ramo da religião católica, e eu frequento a Igreja Católica, até porque lá em Petrópolis nem tem igreja ortodoxa (FRANCISCO, 2003, p. 214).

Jorge Wadih Bedran é carioca da Tijuca, nascido em 1937. É filho de Wadih, Bedran e de Conceição Ghanem. Seu pai chegou ao Rio muito jovem, enviado sozinho, na terceira classe de um navio de imigrantes, para encontrar a mãe, que era mascate no centro do Rio de Janeiro. Os primeiros passos profissionais do pai são assim descritos:

Eu nasci em uma vila na Rua Uruguai, em uma casa pequenininha, porque o meu pai não tinha praticamente nada; ele veio, casou com a minha mãe, entrou de sócio com o meu avô, com uma parte pequena e depois resolveu sair e abriu um negócio aqui na esquina [no SAARA], onde está até hoje. Primeiro era loja de tecidos, a Wadih Bedran e Companhia. Quando nós crescemos, ele abriu a Casa da Mamãe, e continuamos seguindo o caminho, está até hoje (FRANCISCO, 2003, p.344).

A vida de Jorge se confunde com a história do SAARA. Colocando-se no fluxo de pertencimento social de produção pelo comércio, ele estabelecendo um elo entre o antigo bairro étnico e as origens no Oriente Médio:

Quando começou a imigração, aqui na SAARA havia só portugueses. Depois chegaram os árabes e descendentes, libaneses e sírios... Depois começaram a chegar os judeus, agora, atualmente tem coreano, tem chinês [...] vieram os meus primos de lá do Líbano, e vieram trabalhar com a gente, depois eles abriram seu próprio negócio, todos os dois, três, aliás. Todo patrício que trazia um parente dava emprego a ele e no final ele estava abrindo loja... Todo árabe, todo libanês que chega ao Brasil, os parentes davam emprego na própria loja e depois, com o tempo, ele abria a loja dele. Isso era uma coisa normal, a maioria abria loja. Quando eles ainda eram mascates, muitos tinham que mandar dinheiro para a família no Líbano, o meu pai mesmo mandou muitos anos... Muito, muito tempo, durante uns 40 anos ele mandou dinheiro para lá (FRANCISCO, 2003, p.21).

Jorge mora em Ipanema e frequenta a paróquia católica da Ressurreição e a Igreja maronita da Rua Conde de Bonfim. Em seu depoimento, destaca o papel do seu avô materno na divulgação da Igreja Maronita no Rio:

O meu avô materno, Nahum Ghanem, deve ter chegado em 1900, veio junto até com Jorge Yunes, dono daquele restaurante famoso, ele tinha cem anos quando morreu. Meu avô Nahum se instalou na Praça da República, 114, onde tem o estacionamento ao lado da Igreja. Ele ajudou a construir a Igreja de São Jorge, construiu também a Igreja maronita, da Rua Conde de Bonfim, visando a promoção da religião católica apostólica maronita (FRANCISCO, 2003, p.345).

Amir Haddad³⁶ nasceu em 1937, em Guaxupé, Minas Gerais. Antes de chegar ao Brasil, o pai de Amir, juntamente com a família, tentou a emigração nos Estados Unidos, porém, somente uma irmã conseguiu desembarcar:

³⁶ Haddad é o nome original, é uma palavra árabe e significa: o que bate na bigorna, quer dizer, na verdade é o ferreiro, que é uma profissão, não é? Os nomes de famílias são muito ligados a profissões, a acidentes geográficos, ou árvores, como Joaquim do Vale, Maria do Prado, ou então profissionais como Haddad. É o que bate na bigorna, ferreiro, e acho que com a vinda dos árabes para a península ibérica deve ter ficado Ferreira, se eu fosse abraçá-lo



Meu pai, eu creio, saiu da Síria depois da Primeira Guerra para ir aos Estados Unidos. Mas a imigração não deixou ele e o irmão entrarem porque tinham os dentes mal tratados. A irmã deles, que estava mais saudável segundo os critérios da imigração americana, entrou e ficou na América. Eles vieram embora até achar um porto que os aceitasse com os dentes cariados, e o Brasil aceitou (FRANCISCO, 2003, p. 357).

O entrevistado faz uma reflexão sobre sua origem, a memória do pai e da imigração dos sírios e libaneses no Brasil.

Você encontrava os árabes junto com Lampião, tinha árabe vendendo coisas, fazendo fotografia, essa coisa toda, os árabes andaram tudo por aí, vendendo as suas coisas. Meu pai não foi diferente, ele teve esse período de trabalho pesado antes de se casar, até se organizar. Finalmente conseguiu se equilibrar um pouco, casou, já era mascate quando ele se casou, caixeiro viajante, ele vendia as coisas, e o que ele fazia, ele comprava carregamentos de rapadura, em Minas Gerais, botava dentro do trem, e trazia isso para São Paulo. Aí em São Paulo ele botava no trem da linha Sorocabana, e então ele vinha descendo a linha vendendo rapadura, que era uma coisa que tinha em Minas, mas que não era fácil, as cidades pequenas não tinham isso, e ele vendia muita rapadura mineira no interior de São Paulo (FRANCISCO, 2003, p.357).

Quando Amir nasceu, Guaxupé reunia uma importante comunidade de imigrantes sírios e libaneses. Seu Abrão resolveu se mudar para uma cidade bem menor, Rancharia, no Oeste paulista, quando Amir e os irmãos ainda eram pequenos:

Era aquele bando familiar lá, meu pai com aquela gente toda, cheio de malas. Fico imaginando a angústia desse homem, com a cara e a coragem chegando num lugarejo de cinco mil pessoas, com sete filhos, para começar uma vida, e começou [...] Começou, trabalhou, [...] abriu um bazar, continuou mascateando, mas ele tinha a lojinha dele e ia para os distritos do município vender coisas, punha tudo dentro de uma mala, e ia vender, ia mascatear. Ele

meu nome certamente seria Ferreira, Amir Ferreira, agora, Amir é um tratamento, é um cargo, é o mandatário, príncipe.(FRANCISCO, 2003 p.355)

conseguiu criar toda essa família, conseguiu educar todos os filhos, conseguiu alimentar todo mundo... Os meus irmãos começaram a ficar grandes, começaram a trabalhar com ele, meu irmão mais velho foi imensamente sacrificado, por que foi para o lugar do meu pai, não teve escolha (FRANCISCO, 2003 p.355).

Amir lamenta não ter aprendido árabe: “meu pai falava árabe, minha mãe já da segunda geração de imigrantes árabes, falava português, respondia em português, que foi uma coisa que dificultou muito o nosso aprendizado, não afinamos os ouvidos para o idioma” (FRANCISCO, 2003, p. 356). Essa prática (de falar português em casa) era comum no interior das famílias de imigrantes sírios e libaneses. Os pais procuravam não falar árabe em casa, mesmo que ambos soubessem o idioma. O objetivo seria preparar os filhos para vida na cultura receptora, o que, de certa forma e mesmo inconscientemente, poderia representar um esquecimento da origem. Amir relaciona esse aspecto com a questão do preconceito e como isso marcou a sua vida:

Nós éramos talvez uma de duas ou três famílias árabes numa cidade muito pequena e onde o preconceito era muito grande, então nós éramos chamados igualmente de árabe, de turco e de judeu, era tudo a mesma coisa, entende? E havia sempre isso, debochavam da língua, debochavam da maneira árabe de contar, que tem uma sonoridade [...] Eu, criança, queria pertencer àquele meio comunitário onde eu vivia. Não queria ter nenhum sinal que me diferenciasse deles, pelo contrário, eu queria ter todos os sinais que me fizessem igual, inserido. Isso fez com que eu perdesse essa chance maravilhosa de aprender a língua árabe. Tendo o nome que eu tenho, a cara que eu tenho, não falar árabe é ruim [...]. Quando eu viajei para países árabes e precisei da língua, eu me senti muito mal, eu senti que era um desamor à cultura do meu pai, um desrespeito, uma ignorância muito grande (FRANCISCO, 2003, p.356).

A diferença e o preconceito estão nas nuances e sutilezas, como descreve Amir nessa passagem:

Filho de uma era casado com filha de outro, e se tentava essa coisa naturalmente [...] e ao mesmo tempo, se eles tentassem entrar num outro mundo, tinha muito preconceito, havia muita resistência. Eu fico lembrando que eu morava numa cidade cheia de italianos, eles eram todos imigrantes, falavam com

sotaque enorme, e tudo, mas eles eram considerados normais, os turcos não... (FRANCISCO, 2003, p. 358).

O preconceito foi muito sentido dentro da comunidade dos sírios e libaneses. No interior, nas pequenas cidades, onde havia concentração de ‘patrícios’ a tendência foi o desaparecimento dessas comunidades ou concentrações, com seus membros fluindo para outras cidades emergentes onde poderiam explorar o comércio (principalmente no ramo têxtil) ou se estabelecer onde não havia muitas outras famílias de imigrantes sírios e libaneses³⁷. Outros, com mais recursos, ou apostando simplesmente na sorte, afluíam para as grandes cidades, para as capitais, onde as interações entre os membros dessa mesma origem ocorriam num meio menos fechado³⁸.

³⁷ Caso paradigmático da família do entrevistado Nagib Chamon e de Amir Haddad.

³⁸ Caso paradigmático de família de Victória Chaia, Habib Adduche e João Dib.

QUARTO CAPÍTULO

4 A Escolha Profissional da Segunda Geração.

No início do século XX, a política de imigração no Brasil seguia uma linha racista e ideológica, ditada pela herança colonial e orientada para o fornecimento de mão-de-obra para agricultura de exportação, do tipo monocultura, leia-se, a cafeicultura. Contrariamente a outros países, como Estados Unidos e África do Sul, onde se aplicaram políticas segregacionistas, a Constituição brasileira de 1891, republicana e liberal, declarou a igualdade jurídica de todos os cidadãos, embora na prática esta igualdade fosse embaçada ou mesmo negada pela adoção das teorias racistas de desigualdade biológica. A elite do novo Estado, que tinha por bandeira a divisa positivista de ‘ordem e progresso’, procurou instituir uma ‘comunidade nacional’ a partir duma etnicidade fictícia e optou, como saída definitiva e segura para o problema da composição demográfica do país, pelo fomento à imigração de europeus, que, literalmente, “branquearia” a população brasileira³⁹.

Os imigrantes eram, via de regra, convidados a ocupar áreas de desenvolvimento de glebas no interior. Imigrantes europeus, principalmente italianos do norte, alemães, portugueses e espanhóis, eram incentivados a ocupar espaços e substituir a força de trabalho escrava. Como esclarece Hall:

³⁹ As teses demográficas do governo do Brasil apresentadas no I Congresso Universal das Raças, celebrado em Londres em julho de 1911, teve como porta-voz João Baptista Lacerda, diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro. Segundo ele: 1. O homem branco e o homem negro formam duas raças e não duas espécies. 2. A importação maciça da raça negra escrava ao Brasil exerceu uma influência nefasta para o progresso do país e produziu resultados morais desastrosos. 3. Os mestiços, tipo étnico variável e transitório, são inferiores aos negros quanto à resistência corporal e força física, mas rivalizam com o branco em inteligência e atitudes técnicas e artísticas, chegando mesmo a conquistar posições na administração e na política, contribuindo inclusive para a ação dos brancos para o progresso do país. 4. Os mestiços desaparecerão pela imigração crescente de povos de raça branca, a seleção sexual e o desaparecimento dos preconceitos raciais, de tal forma que “antes de um século provavelmente a população do Brasil estará em sua maior parte representada por indivíduos de raça branca, latina, e, ao mesmo tempo, o negro e o índio desaparecerão desta parte da América” (cf. João Baptista Lacerda, *Sur les métis au Brésil*, Paris, Impr. Devougue, 1911)

[...] as sociedades multiculturais não são algo novo. Bem antes da expansão européia [a partir do século XV] e com crescente intensidade desde então – a migração e os deslocamentos dos povos tem constituído mais a regra que a exceção, produzindo sociedades étnicas ou culturalmente mistas (HALL, 2001, p. 52).

No início do século passado a divisão do trabalho e as classes sociais configuravam contornos e fronteiras bem demarcados. Os limites de um ofício eram quase intransponíveis. Naquela época, um operário era apenas um operário, um agricultor nada mais sabia fazer do que plantar e colher. As relações de trabalho também estavam divididas por gênero. As mulheres eram física e mentalmente submetidas a engrenagens sociais que, socialmente, apareciam na forma de vestir e no pudor relativo ao corpo feminino e na sua sexualidade. O sistema opressor do machismo era aceito com naturalidade, até preservado e cultuado pela sociedade eminente masculina. As poucas mulheres que ousavam ultrapassar as barreiras eram severamente reprimidas (BOURDIEU, 2003, p.53).

Numa sociedade como a brasileira daquela época os imigrantes sírios e libaneses passaram a ocupar um lugar inventado por sua própria necessidade. Considerados parasitas por alguns brasileiros, rivais poderosos pelos imigrantes italianos e portugueses, os ‘batrícios’ foram, aos poucos, impondo sua maneira mestiça por natureza e negociando a permanência entre os outros grupos. As bases dessa invenção árabe era o mundo do trabalho, onde o sucesso dependia, em grande medida, da motivação de cada indivíduo. Seu empenho e dedicação eram eles muito fortes, difíceis de quebrar.

Uma vez criadas as raízes no Brasil, eles começam a se inserir num ‘Estado constitucional liberal’, “que se esforça para aceitar com naturalidade as sociedades multiculturais” (HALL, 2001, p.53). Como aponta Truzzi (op. cit., FAUSTO, 1999) “aos poucos, sobretudo a partir de

1930, começou a se configurar como um cenário possível a entrada de seus filhos [dos imigrantes sírios e libaneses] no mercado [então em plena formação] das profissões liberais”

Em nossa pesquisa, focalizamos especialmente as décadas do século XX nas quais o balcão comercial do tradicional negócio de família deixou de ser a única opção para os filhos de imigrante. As perspectivas para abraçar uma carreira liberal tornavam-se, então, bastante promissoras. E mesmo que alguns patrícios bem-sucedidos encaminhassem seus filhos, sobretudo os mais velhos, aos institutos técnicos para aperfeiçoamento comercial ou para fazer o curso de ‘guarda livros’ contador, os atrativos de profissões com maior reconhecimento social eram muito grandes. Truzzi assim descreve essa situação:

Na verdade, é provável que a decisão a respeito de continuar o negócio do pai, ou estudar, com destino a uma carreira liberal, envolvesse alguma avaliação a respeito das perspectivas para o futuro da atividade original. Muitos imigrantes que haviam passado pela mascateação e que haviam conseguido se estabelecer como lojista não queriam para seus filhos os sofrimentos de uma atividade que no início fora muito dura. Ver os filhos doutores soou-lhes como uma compensação as suas próprias vidas sacrificadas (TRUZZI, 1999, p.341).

Neste capítulo, em que as escolhas profissionais são o foco principal, os depoimentos de 21 descendentes são fundamentais para que o leitor entenda as motivações que os levaram a optar por uma determinada ocupação. Esses depoimentos foram organizados por blocos: no primeiro os profissionais liberais, no segundo os comerciantes e no terceiro as mulheres. A ordem dos depoimentos, segue, a exemplo do que foi visto no segundo capítulo, dos entrevistados mais velhos para os mais novos.

4.1 Entrevistados Brasileiros Filhos de Imigrantes – Os Profissionais Liberais

NOME	Local de nascimento	Data de nascimento	Profissão
Fouad Chalfun	Tijuca, Rio de Janeiro	01.12.1910	Economista
Jorge Fadel	Gamboa, Rio de Janeiro	19.06.1917	Dentista
Jorge Darze	SAARA, Rio de Janeiro	28.06.1919	Médico
Dahas Chade Zarur	SAARA, Rio de Janeiro	12.03.1926	Advogado
Jamil Haddad	SAARA, Rio de Janeiro	02.04.1926	Médico
Alberto João Richa	SAARA, Rio de Janeiro	20.10.1931	Advogado
Muhamad Amin Baccar	Santa Cruz do Sul (RS)	02.07.1932	Engenheiro
João Wehbi Dib	SAARA, Rio de Janeiro	26.01.1933	Advogado
Nagib Chamon	Promissão (SP)	12.05.1933	Geofísico
Miguel Pachá	Petrópolis (RJ)	19.05.1935	Advogado
Amir Hadad	Guaxupé (MG)	02.07.1937	Ator/Diretor teatral

Fouad Chalfun

Algumas características marcaram a segunda geração de imigrantes. O trecho abaixo revela uma fórmula comum entre os imigrantes árabes e suas famílias: a residência no mesmo endereço comercial.

Eu fui criado na Tijuca, em volta da Praça Saenz Peña. Meu pai teve uma loja ali que ficou conhecida. Moramos, em primeiro lugar, na rua Conde de Bonfim, em frente à loja. Depois, fomos para a Santa Sophia, e depois para a travessa Bambina, que hoje se chama Jurupari, e depois meu pai construiu um

prédio na Praça Saenz Peña e nós morávamos num sobrado, enquanto ele trabalhava na loja. Ele tinha a loja embaixo e a residência em cima (FRANCISCO, 2003, p.113).

Outra traço bastante usual entre os levantinos também faz-se presente no registro de Fouad Chalfun: a prioridade na educação dos filhos.

Foi nessa casa que eu, quando garoto, menino, ele (o pai) me colocou no Colégio Baptista, na Rua José Higino. Era um dos melhores colégios do Rio de Janeiro. Fiz o ginásio no Colégio Baptista e depois tirei o curso de contador na Academia de Comércio, e depois na faculdade de Ciências Políticas e Econômicas, me formei economista, e aí parei de estudar. Em 1926 eu me formei contador. Em 1930 me formei economista, a primeira turma de Ciências Econômicas do Brasil. (FRANCISCO, 2003, p.112)

Observando a trajetória da vida e a carreira de Fouad Chalfun não é difícil concluir que seu ingresso nas classes médias e altas da população brasileira deveu-se fundamentalmente à via da educação. E, sem dúvida, foi o sucesso do pai imigrante que garantiu o acesso do filho às melhores escolas. Na verdade, no seu caso concreto, a motivação dos pais não era exclusivamente a ascensão econômica, pois já eram pessoas com algum capital. Fouad informou que na época que se formou economista, em 1930, “não havia mercado de trabalho”, mas mesmo podendo ficar na loja do pai, preferiu tornar-se sócio de uma empresa de importação.

Eu era representante de uma firma americana, a Oak Rubber Company, que fabricava balões de gás de encher. Eu vendia para o Brasil inteiro. Eu tinha representantes em todos os estados, tanto que eu viajei até o Pará e ao Rio Grande do Sul. Em todas as capitais eu tinha um representante. Com ele eu visitava a clientela e fiz muitos negócios. Depois que acabou a guerra e começou a licença de importação, tive dificuldade de importar e liquidei a firma (FRANCISCO, 2003 p.111).

Fouad viajou durante boa parte da década de 1930, visitando as capitais estaduais onde mantinha representação. Como naqueles anos as viagens aéreas ainda não eram comuns, ele se deslocava pelo país, sobretudo de navio. Para as regiões Norte e Nordeste, utilizava os serviços da companhia Ita. Numa de suas viagens ao Ceará, quando foi fazer um negócio em



Fouad e a esposa Dimarina Jereissati Chalfun.

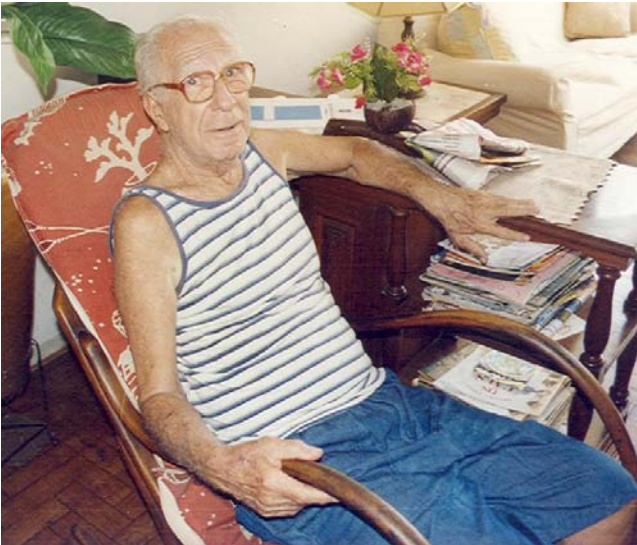
Fortaleza, conheceu Dimarina, uma filha de imigrantes sírios, da família Jereissati, que cuidava da loja da família ‘na hora da sesta’. Em pouco tempo casou-se com ela. Após fechar a firma de importação, teve de encontrar alguma ocupação. Através de antigas amigas, do bairro da Tijuca, Fouad, já casado, escolheu a carreira oferecida por seu ‘compadre’ e vizinho:

Um vizinho e amigo, meu compadre, o Manuel Rodrigues Duarte Rosa, era corretor da bolsa de valores. [...] Corretor em órgãos públicos, [...] um tabelião nomeado pelo presidente da República. E eu acabei me tornando seu preposto. Preposto assistente sucessor, esse era o meu título na corretora. Se ele morresse o cargo era meu. Fiquei lá de 1952 até 1979 quando a lei mudou (FRANCISCO, 2003, p. 116).

Fouad me recebeu em seu amplo apartamento da Avenida Vieira Souto. O ambiente tem decoração clássica, com tapetes franceses do século XVIII, e uma bela vista linear da praia de Ipanema. Contou que se sente muito bem e que ainda trabalha todos os dias no Centro do Rio até as 16:30, quando volta para casa com seu motorista particular. Pensa enfim em se aposentar e reclama que por conta da transferência da Bolsa [de Valores] para São Paulo, “estou pagando para trabalhar. No mês passado ganhei apenas, acredite, R\$265,00”. Sua esposa ofereceu doces árabes, café e refrigerantes que delicadamente serviu numa mesinha macetada de madrepérolas. “Sou

casado há 64 anos e tenho quatro filhas, nove netos e cinco bisnetos. A filha mais velha, a Lisa, já está aposentada” (p. 118).

Jorge Fadel



Sentado em sua cadeira de balanço, Jorge Fadel nos recebeu em seu apartamento da Rua Conde de Bonfim, ao lado da Igreja maronita. Ele contou que no início do século passado, o pequeno comércio da mãe logrou pagar a melhor educação aos cinco irmãos.

Os laços com a comunidade tornaram-se muito fortes, principalmente pelo papel desempenhado pela mãe viúva. O irmão mais velho começou cedo na loja e ‘tirou’ curso de contador. Jorge, o mais novo, seguiu carreira de dentista. Justifica sua escolha por ser odontologia, na época, um curso rápido, de apenas três anos.⁴⁰ “Com 21 anos, em 1937, já estava formado e livre para ganhar dinheiro” (FRANCISCO, 2003, p. 53).

Jorge Fadel não admitia que já estava aposentado. Em suas histórias sempre mencionava que ainda trabalhava como dentista, e que, sua presença no consultório era diária. Mais tarde, soube através da sua enfermeira que ele não ia mais ao consultório há mais de dez anos, tendo deixado seu consultório equipado (e com a clientela formada) para um filho, também formado em odontologia.

⁴⁰ Segundo o entrevistado, as escolas de farmácia e de odontologia eram ligadas na Universidade do Brasil (atual UFRJ). As disciplinas de fármaco eram essenciais para ambos os cursos que então compartilhavam os dois primeiros anos de ensino. Um ano antes da formatura, porém, as faculdades assumiam rumos mais específicos da farmácia e da odontologia.

O trabalho de reconstrução das trajetórias familiares daqueles que se formaram nas escolas de elite acima referidas abriga um conjunto variado de casos interessantes e ilustrativos. O mais notável é que, ao cabo de apenas uma geração (o pico da imigração síria e libanesa ocorreu antes da Primeira Guerra Mundial), o salto entre a mascateação e o diploma de doutor foi grande, substantivamente maior de que em outras etnias, só comparável ao que conseguiram os descendentes de judeus, a partir dos anos quarenta (TRUZZI, 1997, p. 46).

Jorge Darze

“Quando meu pai chegou aqui, os funcionários da alfândega colocaram seu sobrenome de Dazir.” (FRANCISCO, 2003 p.116) Preocupado com as conseqüências de um sobrenome pouco brasileiro no futuro do filho, Habib Dazir pediu ao juiz, em 1938, para mudar o sobrenome do filho para Darze.

A diáspora produz, como preconiza Hall (2001), mesmo dentro de uma só família, ou entre irmãos vivendo num mesmo meio cultural, tipos variados. Como dentro da família do imigrante Darze é possível observar uma ampla diversidade de identidades. Jorge, saudoso, lembra do irmão Elias:

O Elias foi o malandro da Lapa. Ah! O Elias desde garoto, ele foi malandro, ele tinha oito anos, papai morava ali ainda na Rua da Alfândega e o Elias brigava com todo mundo. Era capoeira [...] Depois cresceu [e] começou a ter umas mulheres... Ele era muito bonito assim. E era corajoso, valente... Elias Naval ganhou esse apelido depois que foi fuzileiro. Quando tinha alguma confusão lá na rua iam chamar o Elias: olha, fulano de tal passou por aqui chamando todo mundo_de turco e tal. Aí chamavam o Elias, ele ia tomar satisfação com o cara e brigava no meio da rua... Rabo de arraia e não sei o quê.... O Elias foi fogo. (FRANCISCO, 2003, p.119).

Numa mesma família duas personalidades bem diferentes, apesar de carregarem as mesmas marcas culturais. Esta é mais uma prova que o meio, o tempo e o lugar podem marcar a identidade social de um personagem determinado. Jorge era aplicado nos estudos enquanto Elias era o malandro que fez carreira:

Acabou com infarto, fumava charuto, um charuto atrás do outro. Teve quatro ou cinco mulheres, três, quatro cáfitas. Morreu com 61 anos. Enfartou. No dia que ele teve o enfarte, ele vinha da Ilha do Governador, de uma das casas que ele tinha, lá na Ilha... ele tinha duas casas, eram duas mulheres. E vinha da casa de uma delas, aí começou a ter dor no peito, dor no peito e tal, vinha dirigindo o carro aí chegou lá. Ele já trabalhava com bicho, não é? Ele era o chefão ali do bicho. De Olaria, Penha aquilo tudo ali era área dele. Fez carreira na malandragem e no jogo do bicho. Ah! O Elias...(FRANCISCO, 2003, p.118)

Passou a adolescência sonhando em ser militar. Ele se inscreveu para prestar exame de admissão na Escola Militar, mas não foi chamado para os testes. Nesse ponto a entrevista revela grande mágoa face ao Exército brasileiro da época do Estado Novo. A negativa da possibilidade de ingressar no Exército acabou com o seu sonho de tornar-se um oficial.

Em 1939, eu ia fazer exame para Escola Militar [...] Me inscrevi, mas não me chamaram. Por ser filho de estrangeiros, eu soube depois, através de um amigo nosso que trabalhava no gabinete do Canrobert, nessa ocasião, era o Ministro da Guerra, entendeu? Não me chamaram por ser filho de estrangeiros (FRANCISCO, 2003, p.118).

Perguntei-lhe como sabia com tanta certeza que seria aprovado, ao que respondeu que estava bem preparado, tanto que em seguida passou em outros concursos públicos, inclusive no vestibular de medicina. Na área da saúde, Jorge Darze criou tradição na família.

Então resolvi fazer um concurso para o DASP, Departamento Administrativo do Serviço Público Federal, entendeu? Aí me inscrevi no Concurso de Estatístico Auxiliar dos Ministérios, ainda me lembro. Mil oitocentos e tantas pessoas eram candidatas desse concurso e na primeira prova de matemática, para você ver que eu estava preparado, então, na primeira prova de matemática só passaram acho que foram oitenta e tantos candidatos. E eu tinha passado. Aí continuei fazendo as outras quatro provas, tinha uma língua estrangeira, tinha História do Brasil, tinha Geografia. Nossa, eu sei que eu passei em 22º lugar. Fui nomeado [...] estatístico-auxiliar do Ministério de Educação e Saúde (FRANCISCO, 2003, p.117).

Perguntei-lhe porque havia resolvido cursar medicina. A sua resposta foi muito objetiva:

Resolvi fazer medicina porque minha mãe gostaria muito que eu fosse médico. Aí resolvi me inscrever na Escola de Medicina e Cirurgia do Instituto Padre Mariano, que hoje é a Unirio. Era ali na Rua Moncorvo Filho. Aí eu fiz, passei também no concurso para Escola de Medicina e Cirurgia e comecei a fazer medicina (FRANCISCO, 2003, p.117).

Jorge Darze me recebeu em seu consultório localizado num prédio comercial na movimentada rua principal do Méier. Vestindo jaleco branco ele parecia fazer questão de mostrar que ainda estava na ativa, no entanto, acredito que sua presença no consultório, que divide com o filho, é apenas esporádico.

Dentre as profissões liberais seguidas pelos descendentes – sobretudo do sexo masculino – da colônia, não há dúvida de que a medicina foi a mais importante. Quem hoje procura informar-se com os mais idosos no Hospital Sírio e Libanês a respeito de alguma explicação casual para o fenômeno, via de regra encontrará como resposta a afirmação de um pendor vocacional que acompanhava tal opção profissional: [...] ‘está no sangue’ [...] o fenômeno é tão banal que já foi naturalizado como vocação. (TRUZZI, 1997 p.343)

Ele contou que é casado com uma libanesa: “estamos casados desde 1948, 55 anos. Tivemos dois filhos homens. Um seguiu a medicina, que é o Jorge, e o outro, o Eduardo, é engenheiro mecânico” (FRANCISCO, 2003, p.118). Seu filho mais velho é uma pessoa conhecida no meio sindical médico: “o Jorge sempre gostou de política, atualmente ele é da CUT, é do PT”.

Dahas Zarur

Dahas é advogado, filho de imigrantes libaneses. Nascido na zona árabe do Rio de Janeiro nos anos de 1920, descreve assim seu primeiro emprego e a trajetória familiar:

Eu comecei a trabalhar com 13 anos. Trabalhar com relação de emprego. Trabalhava numa loja, onde eu, depois da hora do colégio, ficava lá até a noite. Depois tinha que dar aulas para três filhas do meu patrão. [...] Eu sempre, embora não estudasse, até hoje o pessoal acha que eu tenho uma memória de

computador, e tenho mesmo. Eu dava aulas porque eu precisava, porque era um momento em que todos nos trabalhávamos. Pertencia a uma família numerosa, e não a uma família abastada, uma família de origem média para baixo (FRANCISCO, 2003, p.99).

O velho imigrante, que mal sabia ler e escrever, começou como mascate pelas ruas da cidade. A mãe, de saúde frágil, era muito religiosa: “papai era um homem muito desprendido, muito alegre da vida. Ele era muito forte, eu tenho irmãos grandes, mas ele era muito mais forte. [...] Mamãe não, mamãe não teve a felicidade das mães que tiveram... Por isso que ela está mais perto de mim e de todos os meus irmãos, pela lembrança, pelo amor...” (p.98).

Quando o meu irmão formou-se em direito, a colação de grau foi no Teatro Municipal, a homenagem seria às 9 horas da noite. Às 5 horas da tarde, meu pai já estava no banco da frente com uma *champagne* preparada, guardada há muito tempo para abrir. Minha mãe não teve a felicidade de ver nada disso, porque nenhum filho casou, nenhum filho viu... (FRANCISCO, 2003 p.100)

Depois da trágica morte da mãe, ainda muito jovem, Dahas e os irmãos começaram a ensinar as disciplinas para admissão no Colégio Pedro II que eles mesmos haviam feito anteriormente. O Colégio Pedro II e a austeridade do pai deram uma importante base para a admissão de Dahas, posteriormente, no curso de direito da Universidade da Guanabara, atual UERJ, localizada no Catete. Justifica assim sua escolha: “eu sempre, em toda a minha vida, fiz discursos, escrevia e me atualizava. Projetava, criava problemas, levava problemas, mas tudo no sentido que não fosse político” (p.100).



Sábado e domingo, na minha casa era, tinha campo de futebol lá, tinha noventa e sete pés de manga, tamarindo, tinha tudo que é fruta que você imagina; jaqueira, fruta-pão, tudo. Olha mamãe trabalhava dia e noite, e tinha uma empregada que depois eu tentei procurar em todo lugar...Era minha *mãe preta*. A Gilda. Ela era quase que mais do que tudo isso. Minha mãe era tão boa que eu até hoje... Perdi minha mãe em 1943, mas até hoje eu venero o espírito dela. A palavra dela, e todo dia eu falo nela. E essa mulher também, chamada Gilda. Ela era muito feia, mas quando papai batia o pau em cima de mim, ela ficava na frente, levava a sobra. Meu pai era severo demais. Ele me olhava eu já sabia o que ele queria (FRANCISCO, 2003, p. 98).

Dahas Zarur me recebeu em seu gabinete na Santa Casa de Misericórdia, onde é uma espécie de administrador geral. Mostrou as relíquias e obras de arte da Santa Casa:

Aqui, na Santa Casa de Misericórdia, tem uma farmácia de 350 anos com medicamentos e potes daquela época. Vocês já viram uma Santa Ceia igual àquela? Pois é, essa se aproxima muito à época, aquele crucifixo foi o que Tiradentes beijou minutos antes de morrer, o tempo que você tiver para fotografar o que tem de obra de arte... Um corredor igual a esse você nunca viu? São 16 corredores. Têm vários jardins aqui, isso tudo quem plantou fui eu. Tem chafariz no pátio interno, que nem uma casa árabe na Andaluzia”. (FRANCISCO, 2003 p.100)

Em seu gabinete, entre reuniões com funcionários do hospital e das visitas dos administradores dos cemitérios que a Santa Casa mantém, ele contou que já faz esse trabalho há muitos anos. Dahas fez questão de mostrar através da janela o consultório de seu único filho, que é médico e também trabalha na Santa Casa. Também falou emocionado de seu irmão Jorge, morto na estrada de Petrópolis em 1945 e foram esses os últimos trechos da entrevista:

Sou casado há 59 anos. Tenho um filho só. Tenho duas netas; uma de 17 anos e uma com 16. Estudam no Colégio Santo Agostinho. Hoje eu administro, sou do Conselho Superior da Associação Comercial, sou dessas academias, recebi uns cinco ou seis prêmios da Academia de Letras. Sou membro do Conselho da ABI, membro do Instituto Histórico do Rio de Janeiro e muitas coisas. Eu trabalho de 12 a 14 horas por dia, gosto de trabalhar, me faz bem o trabalho. Eu nunca tirei férias. (FRANCISCO, 2003 p.100)

Jamil Haddad

Em 1931, Jamil ingressou no Colégio Batista, na Tijuca, um dos melhores da cidade. No início dos anos 1940, matriculou-se no Instituto Lafaiete para fazer o vestibular, em 1943, para a Faculdade de Medicina da Universidade do Brasil, na Urca. Aprovado, formou-se médico em 1949. Nesta mesma época Jamil era atleta de basquete do Flamengo.

Pois é, [...] desde garoto freqüentava muito o Tijuca Tênis Clube. Gostava de jogar basquete e ir às festas no Tijuca. Eu conheci minha esposa no basquete. Ela começou a assistir os jogos de basquete no Flamengo, quando eu a conheci, e acabamos, na véspera de Tiradentes nos casando. (FRANCISCO, 2003 p.136)

Tanto o irmão mais velho de Jamil (morto meses antes da entrevistas), que se formou engenheiro, quanto os primos, nenhum seguiu o ramo comercial, o que levou ao encerramento do tradicional negócio da família na rua da Alfândega por falta de sucessores. A personalidade de Jamil Haddad revela um homem complexo e múltiplo. Sua compreensão de comunidade envolve diferentes metáforas e simbologias das camadas sociais brasileiras. Truzzi (1997, p.343) pondera, no entanto, que “Patrícios médicos, já estabelecidos, certamente facilitaram as inserções profissionais dos mais jovens, repassaram segredos do ofício e clientela cativas etc., num processo de energização da carreira no interior da colônia” Imagino o quanto teria se beneficiado Jamil Haddad através do prestígio do pai, carreando clientes ao consultório e mais tarde votos quando entrou para política.

Jamil Haddad me recebeu em seu gabinete no Instituto do Câncer, no Rio de Janeiro, que a época da entrevista era diretor geral. Perguntei-lhe sobre a sua trajetória profissional:

Comecei a trabalhar como acadêmico de medicina no Hospital Moncorvo Filho em 1947. Foi a serviço do professor Hugo Pinheiro Guimarães, e me formei em 1949. Lá não havia residente, chamava-se de acadêmico. O acadêmico

era um auxiliar, e depois que eu me formei, antes de me formar, eu jogava basquete naquela época, no Flamengo, o Presidente do Flamengo era o Nilton Santos, e ele disse: você não quer trabalhar no SANDO?” SANDO era Serviço de Assistência Médica Domiciliar, a pessoa ia de ambulância para ver os pacientes e tal. E eu então como acadêmico também trabalhei no SANDO. Quando formado então eu fui ser médico do atual Hospital de Bonsucesso, antigo hospital do IAPTEC, ali trabalhei minha vida toda até entrar na política (FRANCISCO, 2003, p.135).

Jamil Haddad construiu uma carreira com três facetas. O lado esportista, o lado médico e a personalidade política são esses os fios condutores que se entrelaçam na sua trajetória de vida. Outro fator de máxima importância é sua origem árabe.

Em casa quase não se falava árabe, se falava português, mas uma vez ou outra meu pai falava. Poucos são os turcos que vieram para o Brasil. Mas ficou a fama de turco a todos os descendentes e imigrantes sírios e libaneses. Tanto que no interior, os pais, para protegerem os filhos, eles mudavam de sobrenome. Foi o caso do Haddad que virou Ferreira, do Dib que virou Lobo. Era justamente para defender essas críticas pejorativas de turco, de que eram chamados no passado. Hoje o turco é carinhoso (FRANCISCO, 2003, p.135).

Perguntei-lhe se considerava se havia corporativismo na bancada federal de deputados de origem sírio e libanesa, ao que me respondeu:

Nunca vi nenhum tipo de corporativismo dentro da bancada dos sírios e libaneses. Não, em momento nenhum. Isso não existe. Em todos os partidos você tem o radical de direita, o radical de esquerda. Tem direita, tem esquerda, tem tudo, você não tem prioridade em partido nenhum. O fato de eu ser descendente nunca me prejudicou, muito pelo contrário, sempre fui muito respeitado, nunca me segregaram por isso. Carrego comigo um nome libanês do qual muito me orgulho. Essa minha ascendência, sem dúvida nenhuma. (FRANCISCO, 2003 p.137)

Alberto João Richa



A presença da imagem do bairro étnico onde grande parte dos imigrantes sírios e libaneses estavam estabelecidos durante as primeiras décadas do século XX está muito presente no discurso e na formação profissional de Alberto João Richa

Íamos à escola, e quando chegávamos da escola, no meu caso, por exemplo, que estudava na parte da manhã, almoçava e ia para a loja, agora brincadeira favorita, na época tinha o Campo de Santana, aonde eu, de vez em quando, ia lá passear. Porque você sabe, morávamos perto da Praça da República, o Campo de Santana era pertinho, uma quadra de lá da loja. (FRANCISCO, 2003 p.38)

O cenário da loja aparece em todos os contextos, da diversão da escola e da opção profissional. Na verdade a realidade comercial de um lugar como o SAARA significa para o entrevistado muito mais:

[...] nós levamos a charutaria até o ano de 1975, quando o nosso ramo praticamente acabou. Eu também comecei a advogar, dos meus cinco irmãos também tenho um outro irmão que é bacharel em Direito, que esse não chegou a advogar. Tenho um irmão que é médico, esse também está aposentado, não está exercendo a profissão. Uma irmã que é contadora e a outra irmã que tirou um curso, que era muito comum na época, que era de corte e costura, isso no tempo antigo. (FRANCISCO, 2003 p. 36)

A trajetória do imigrante muitas vezes é também vivida pelos filhos: seus valores e o ambiente comercial foi incorporado naturalmente por Alberto Richa. “O cotidiano era: escola, loja e a noite, bater papo na rua, nós e os nossos vizinhos: em todo sobrado morava gente.” (FRANCISCO, 2003 p.36).

Eu fiz o curso de Direito por fazer, porque a minha intenção, a minha vontade era fazer engenharia, mas como já trabalhava com o meu pai na loja e a faculdade de engenharia era só durante o dia... Não dava para fazer engenharia durante o dia, porque eu ajudava o meu pai na loja e desenvolvendo a loja, com filiais e outras coisas mais. Então para não deixar de ter um curso eu fiz o curso de Direito à noite. Tive escritório, durante alguns anos, mas depois voltei para o comércio, cuidava da parte jurídica da firma, que na época já tinha várias filiais e também ajudando uma parte e outra, mas a realidade é que até hoje eu gosto da engenharia. (FRANCISCO, 2003 p.40)

Assim como Demétrio Habib (que queria ser da Marinha de Guerra) e Miguel Pachá (que queria ser médico), Alberto Richa gostaria de ter sido engenheiro, mas a loja da família acabou por representar um valor importante para o entrevistado.

Fui recebido por Alberto Richa na sede social do Clube Sírio e Libanês, onde ele já foi presidente e diretor e várias vezes. Na época da entrevista sua esposa era a Presidente do Clube. O entrevistado é pessoa inserida na comunidade há muitos anos, sendo válido dizer que ele continua a tradição do pai em liderar e representar a comunidade. Alberto João Richa é casado com dona Teresa, que também presidia a Federação das Entidades Árabes do Rio de Janeiro na época da gravação da entrevista.

Muhamad Amin Baccar

Quando terminou o curso Ginásial, no interior, o pai de Muhamad lhe enviou a Porto Alegre interno no colégio para garantir uma boa educação:

Meu pai pagou os melhores colégios de Porto Alegre. Me mandou estudar no Colégio IPA, que era um colégio caro na época. Na época minha mãe chorou muito porque queria que eu tirasse economia lá, economia não, guarda livros, mas ele não, ele disse que queria que eu tirasse faculdade. Então eu tinha que fazer científico em Porto Alegre, eu fiz científico... Eu era interno. Voltava para casa em cada carnaval, Natal essas coisas assim. (FRANCISCO, 2003, p. 21)

Outros imigrantes árabes em Porto Alegre, clientes e fornecedores do pai serviram de ligação e segurança na capital do Estado durante o período de estudos de Muhamad

Depois eu fiz o vestibular e passei para engenharia química, na UFRGS. Em Porto Alegre eu conhecia os amigos de meu pai, que era gente de muito dinheiro e de muita importância lá. Eles eram árabes mesmo. Da comunidade. Eram atacadistas muito fortes. Atacadistas de tecidos. Eu tirei o curso muito novo. E quando eu me formei, tinha 21 anos. Engenheiro Químico (FRANCISCO, 2003, p.22).



Muhamad casou-se com uma descendente de alemães da região de Santa Cruz e ingressou na Petrobrás na época da sua criação, no início da década de 1950: “Diziam que o Brasil não tinha petróleo, isso é o que eles diziam” (FRANCISCO, 2003, p.20).

Meu casamento foi tumultuado. Tumultuado em termos que meu pai era muito *opiniático*. Ele era uma pessoa que tinha que dar opinião. Ele tinha mania de que a opinião dele era para ser respeitada. Então começou... Ele tinha uma personalidade fortíssima, fortíssima, fortíssima. Começou quando eu disse para ele um dia, que eu queria ir para a Petrobrás. Eu passei num concurso e entrei na Petrobrás por que... Depois de formado. Porque eu me formei e não havia emprego. Não havia emprego de jeito nenhum. E eu disse que ia para Petrobrás e ele não acreditou (FRANCISCO, 2003, p.21).

A forte personalidade do pai fica evidente, mas Muhamad deve ao pai sua teimosia. Acreditou num sonho de um projeto de país e sua origem árabe ajudou...

Na Braspetro no Iraque, eu era o responsável por toda atividade no país, não só a parte geofísica no Iraque como toda a atividade. E o que eu resolvia estava resolvido. Então quando eu chegava lá eles me viam como um árabe, então eu não era um estrangeiro. Eu era muçulmano e eu não fumo e não bebo, porque meu pai não fuma e não bebe. Então eles achavam que aquilo era por causa da religião, mas não era por causa da religião. Falando árabe. Então eles me viam como árabe então eu tinha uma certa flexibilidade pra negociar com eles. (FRANCISCO, 2003 p. 20)

Muhamad, graças ao pai, sabe rezar os primeiros versos do Alcorão e tem sólida formação acadêmica. Ele certamente escolheu a profissão pela vocação, mas também pela oportunidade de poder estudar numa época em que era criada uma empresa estatal que no futuro muito renderia.

Nagib Chamon

A cidade de Promissão, no interior de São Paulo, foi ficando pequena para o futuro planejado pelo do pai de Nagib.

Quando eu estava no 3º ano, meu pai se mudou para São Paulo. Fomos morar na Rua Haddock Lobo, ficava a 50 metros da Avenida Paulista. (...) Ele sempre quis mostrar para os outros libaneses de São Paulo que ele tinha prosperado... (p.23)



No decorrer da entrevista toda pressão da competição interna dentro da própria colônia árabe surge na memória de Nagib:

Então, no 3º ano científico, ele me colocou no Colégio São Luiz. Era um colégio muito puxado, tinha o próprio cursinho de preparação para os alunos das faculdades de medicina, engenharia e direito... Na Paulista, era um colégio que ocupava um quarteirão inteiro, tradicional, e como o ensino absorvia um altíssimo nível, por sorte consegui acompanhar. Isso me permitiu que eu passasse no vestibular e entrasse na Politécnica. A Politécnica, na época, era uma escola altamente conceituada não só de informação, mas também de formação no caráter, dos indivíduos, ai sai engenheiro da Politécnica (FRANCISCO, 2003, p. 23).

Com o preparo adquirido no Colégio São Luiz, ele ingressou na prestigiada Escola Politécnica de São Paulo⁴¹.

Quando acabei o curso de engenharia, a Petrobrás estava iniciando a formação de geólogos, pois não havia cursos de formação de geólogos nas universidades. O curso da Petrobrás era destinado a alunos de engenharia que já tivessem feito os dois primeiros anos básicos. O curso de geologia era de dois anos, mas pegando engenheiros para evitar ter que dar os cursos básicos iniciais. Saímos formados engenheiros, geólogos de petróleo, com o patrocínio da Petrobrás e da Universidade da Bahia. Um curso ministrado por professores caros, americanos, de escolas famosas, principalmente da Califórnia (FRANCISCO, 2003, p. 24).

Acreditando num caminho novo, Nagib prestou exame para a recém-criada escola de geólogos da Petrobrás.

Já vim aqui para o Rio de Janeiro ocupando uma posição como chefe na divisão de geofísica terrestre até 1975. Em 75 eu fui convidado pela Nuclebrás para trabalhar com eles, aí foi onde eu fiquei o maior período da minha vida, de 1975 a 1983. Já estavam construindo a usina de Angra, começaram em 1975, com o Geisel. Em 1983 eu deixo a estatal, contra os conselhos da minha esposa. Ela disse: você vai deixar a estatal com 55 anos de idade? Você é doido?... (FRANCISCO, 2003, p.20)

Depois que saiu da Petrobrás em 1975, Nagib trabalhou em diversas grandes empresas, sempre atraído por novos desafios e oportunidades.

⁴¹ Quando Nagib era calouro na Escola Politécnica lembrou que outro filho de libaneses estava se formando no mesmo Instituto: Paulo Maluf.

Quando deixei a estatal, fui trabalhar numa firma de barragens (...) os novos campos sempre me atraíram (...) Na estatal você estabiliza, se aposenta, fica quieto, ninguém mexe com você. Aí fui trabalhar na Engerio, uma firma de projetos e de construção de barragens. Era um projeto de uma barragem no rio Trombetas, no norte do Pará. (...) Em 1988, ela começou a fazer água. Eu fui um dos primeiros a ser demitido. Ela começou a demitir, e eu senti que houve uma injustiça nesse caso... Mas a empresa é deles e eles fazem o que eles quiserem... (...) a firma quando eu entrei, tinha 400 funcionários, quando saí tinha 2.300 (FRANCISCO, 2003, p.22).

Casado com uma mulher ‘brasileira’, Nagib está aposentado. O seu maior orgulho “é ter três filhos com PhD. Meus filhos estudaram no exterior, em escolas conceituadas. O menor e o do meio no MIT e o mais velho em Harvard, para o doutoramento em economia”.

João Whebi Dib

O pai de João Dib, um imigrante sírio, tinha uma voz invejável. Ele cantava em árabe nas missas das igrejas cristãs da comunidade. Ele soube negociar seu talento em favor da educação do filho e possibilitar a entrada de João Dib numa boa escola católica. O episódio também ilustra a força do coletivo, mesmo apesar das nuances e diferenças internas da comunidade:

Qual é a religião dele? Aí o meu tio falou: “Bem, os pais dele são ortodoxos, são sírios”. “Ah, então não pode nesse colégio”. E eu assistindo. (...) Eu tinha sensibilidade, tinha inteligência. Fiquei com vergonha, recebi aquela resposta como humilhação. Não pode! Isso aqui é um colégio católico romano. Não sei o que, católico apostólico romano.... O meu pai que cantava na igreja, não só na Ortodoxa como nas outras, cantava na igreja melquita São Basílio, na Rua República do Líbano. Ali tinha um padre chamado Elias, que era muito amigo de papai. Ele sempre era convidado para cantar na igreja e sempre prestigiava. Aí na conversa, lá entre eles, ele falou: Eu quis matricular meu filho João no Colégio São José, não consegui porque nós somos ortodoxos. Ele disse: “Marca um dia, que eu vou ao colégio com ele”. Aí eu fui, meio assim descrente, com o padre. Fomos apenas eu e o padre Elias. Eu até me afastei, deixei o padre conversar com o reitor, com o mesmo, irmão Eduardo que disse não. Aí o padre Elias conseguiu quebrar o galho e eu pude ser admitido (FRANCISCO, 2003, p. 314).

João Dib estudou no Colégio Marista São José, formou-se advogado e posteriormente fez concurso para juiz. Aprovado, seguiu a carreira até o cargo de desembargador, tendo se aposentado recentemente como magistrado. Ele acredita que a disciplina do Colégio São José, juntamente com o apoio dos tios e da mãe (que ainda vive), ajudou no seu sucesso profissional, ou seja, na escolha da carreira jurídica, no concurso para juiz etc. Casado com dona Márcia Murad Nacif Dib, também filha de imigrantes sírios, tem com ela um casal de filhos e um neto. A entrevista foi concedida em seu apartamento no Leblon, zona sul do Rio de Janeiro.

Miguel Pachá

Miguel e os irmãos sempre trabalharam na loja, mas todos freqüentavam uma boa escola. “No principio foi muito difícil, os filhos iam passando as roupas e os livros de um para o outro, e nisso deu para formar todos os filhos. Todos estudaram, o meu irmão é contador, a minha outra irmã é contadora... De contador ele depois foi para o comércio”.

Eu vou dizer a você uma coisa, eu fiz concurso para a Faculdade de Medicina, mas como tinha 182 vagas, eu cheguei lá na faculdade para conferir o resultado e tomei um susto, porque o meu nome estava na cabeça. Eu fui o primeiro reprovado, ou seja eu era o número 183, então não deu para eu entrar. Fui o primeiro por causa de dois décimos. Então, como neste ano eu fiquei parado, fui servir o exército. Tinha um colega que havia feito exame para a Faculdade de Direito e a Faculdade estava começando lá em Petrópolis. Ele então me incentivou a fazer o vestibular. Ele dizia: faz o vestibular, vamos fazer Direito (...) Acabei fazendo, passei no vestibular mesmo estando no exército. Aí eu acho que fiz um bom curso. Gostei do Direito e eu achava que as perspectivas seriam as melhores possíveis (FRANCISCO, 2003 p.215).

A trajetória de Miguel Pachá é até certo ponto comum entre os descendentes de segunda geração que ingressaram na política, principalmente nas cidades do interior, dando prosseguimento a inserção social do pai, impulsionado pelo sucesso comercial.

Fiz política estudantil e depois fui vereador em Petrópolis, de janeiro de 1959 até janeiro de 1963. Fui Presidente da Câmara em 1961, 1962. Fui o mais novo Presidente da Câmara e o mais novo vereador de Petrópolis. Depois então eu me casei em 1963. Larguei a política e fui trabalhar só na advocacia. Eu tinha um bom relacionamento na cidade, naquele tempo, Petrópolis era uma cidade menor, e todo mundo conhecia todo mundo. A gente tinha muita facilidade, hoje você já não conhece a população, mas todos me conheciam, todos sabiam quem eu era e todos conheciam a minha família. Eu era estudante quando fui me destacando. Tinha debates nas rádios, eu fui a muitos debates. Uma vez o entrevistador perguntou: é verdade que seu pai baixou os preços para ajudar a sua candidatura? Aí eu disse: ele já vende tão barato que é impossível baixar mais ainda...(FRANCISCO, 2003 p.216)

Curioso que o pai de Miguel Pachá veio da Síria no mesmo navio que o pai de João Dib, em 1926. Miguel e João seguiram a carreira da magistratura e se tornaram desembargadores praticamente juntos.

Tem um fato interessante na minha carreira de advogado. Quando eu era advogado, eu fiz 95% dos júris de Petrópolis, de 1959 até 1979. Então durante vinte anos eu fiz muitos júris em Petrópolis, Três Rios, Paraíba do Sul, Rio Claro, Rio das Flores, eu era chamado e ia lá fazer. Graças a Deus nunca perdi uma causa. Isso ajudou a construir minha reputação. Porque o júri é uma vitrine do advogado, não é? Embora minha advocacia civil fosse muito maior, mas os júris eu fazia porque eu gostava. (FRANCISCO, 2003 p.215)

Miguel Pachá é casado com dona Lea Pachá, de origem brasileira, e tem duas filhas, um filho e três netos. Uma de suas filhas é juíza em Petrópolis, outra é médica oftalmologista e o filho artista plástico. Sua inserção e conquista de uma posição cara às elites do Estado se deu de forma aparentemente despretensiosa, quase que por acaso. Uma trajetória que, certamente, deu continuidade ao sucesso do pai.

Assim graças às condições relativamente favoráveis da inserção comercial dos sírios e libaneses, aos poucos, sobretudo a partir de 1930, começou a se configurar como um cenário possível a entrada de seus filhos no mercado (diga-se de passagem, então em plena formação) dos profissionais liberais (TRUZZI, 1999 p.342)

Amir Hadad

Antes de chegar ao Rio de Janeiro, Amir passou pela capital de São Paulo, onde estudou direito no largo de São Francisco. Abandonou a faculdade no último ano para se dedicar ao teatro. Ele conta que sempre teve o apoio do irmão mais velho, Valter, que crê sacrificado por não ter tido a chance de poder estudar e ainda ter que ajudar o pai na loja.

Na adolescência eu saí do interior, meu pai me mandou estudar na cidade grande, então eu fui fazer o curso colegial em São Paulo, no colégio do Estado, e depois fui para a Faculdade de Direito. Foi nesse tempo em São Paulo que eu me desapeguei totalmente das minhas tradições árabes. Comecei a viver a minha vida, fui me meter em teatro, fui me independendo. Um jovem como eu, estudando na faculdade, a vida política do país se movimentando muito, veio logo o início da década de 1960, envolvido com movimentos políticos, jovens de esquerda, jovens de direita, movimentos católicos, políticos católicos, eu fiquei totalmente movido por isso dentro da faculdade mesmo eu fui descobrindo os meus pares (FRANCISCO, 2003, p.356).

Depois de montar uma escola de teatro em Belém do Pará, Amir se radicou no Rio de Janeiro. Aqui encontrou definitivamente seu universo de expressões e linguagem teatral.

Meus sobrinhos e sobrinhos-netos freqüentam os clubes árabes em São Paulo [...] Levam uma vida muito de acordo com o que eles chamam de colônia árabe, mas eu não, eu fiquei bastante fora, segui um caminho especial. Mas isso foi já na faculdade, garoto, chega em São Paulo, muita efervescência cultural, no período de 1955 a 1960, era o período do governo do Juscelino Kubitschek. Havia uma euforia econômica grande, começando a formar uma burguesia brasileira. São Paulo com dinheiro, com muita inquietação cultural, fazendo coisas, São Paulo era uma cidade muito atraente, tinha um ou dois milhões de habitantes, que maravilha não é? E era a maior cidade do Brasil, quando eu fui para lá tinha um milhão e meio, depois foi rápido para dois milhões, e havia muita efervescência cultural”. (FRANCISCO, 2003 p.366)

Todo talento de Amir Hadad para as artes explodiu num momento da sua trajetória. O que estava determinado foi sendo abandonado em favor daquilo que sua sensibilidade indicava.

Eu saí por um caminho totalmente diferente, não segui o caminho natural que os meus irmãos seguiram. Eles são advogados, todos eles fazem uma profissão liberal, eu também me encaminhei para uma profissão liberal, fiz faculdade de Direito, mas abandonei tudo e vim fazer teatro. Eu só fui recuperar a profundidade da minha herança cultural árabe, através da minha arte do teatro. Eu fui cada vez conhecendo mais profundamente, e fui recuperando de uma maneira sem os traumas da família, recuperando mesmo. Alguns da minha família no Brasil ainda se comunicam com os parentes árabes, tem uma parte grande que mora nos Estados Unidos, a parte da família do meu pai. Aqui pelo Brasil eu tenho muitos primos, parentes por aí espalhados. (FRANCISCO, 2003 p.358)

Amir me recebeu em seu apartamento de cobertura em Santa Teresa com uma enorme varanda com vista para o Pão de Açúcar e Marina da Glória. Ele estava especialmente trajado para ocasião, uma espécie de bata branca marroquina toda bordada. A entrevista, longa e emotiva, Amir reviveu toda sua trajetória de vida e dividiu suas opiniões políticas e éticas.

Várias pessoas como eu, desajustadas, estavam atrás de um diploma liberal, porque as famílias mandavam. Árabes ou não, era muito importante, era muito bom ter um diploma de profissional liberal naquela época. Ali então eu me encontrei com outros que estavam forçados também, e acabamos saindo para fazer teatro... Já fui para advocacia porque era mais fácil de encarar, entende? Então eu vou para lá, mas na verdade, na faculdade eu encontro com outras pessoas inquietas como eu, já me tirou, eu não terminei a faculdade, abandonei o curso no último ano. (FRANCISCO, 2003 p. 367)

Hoje Amir Haddad é consultor de diversos institutos e escolas, é também uma referência em todo país e dedica seu trabalho ao estudo das mais autênticas expressões da cultura popular brasileira.

4.2 Entrevistados Brasileiros (as), Filhos (as) de Imigrantes – Os Comerciantes

Nome	Local de nascimento	Data de Nascimento	Local do Comércio
Demétrio Charl Habib	Coelho Neto, Rio de Janeiro	05.05.1927	SAARA, rua da Alfândega
Habib Abduch	Santa Maria (RS)	10.10.1927	SAARA, rua Buenos Aires
Atala Abraão	Juazeiro do Norte (CE)	20.07.1930	SAARA, rua Sacadura Cabral
Eva Abraão Messa Neme	Areal (RJ)	25.11.1931	SAARA, rua Senhor dos Passos
Jorge Wadih Bedran	Tijuca, Rio de Janeiro	04.09.1937	SAARA rua Senhor dos Passos

O comércio assumiu uma importância central para a ascensão econômica do imigrante sírio e libanês. Desde os primórdios, quando iniciaram suas trajetórias como mascates, eles optavam pela profissão de comerciante por esta não requerer habilidades especiais, proporcionar retorno rápido e de não depender de terceiros, afastando o risco de desemprego. O comércio proporcionou aos pioneiros fixação na ‘urbis’ sem, no entanto, caracterizar a etnia como essencialmente urbana. A distribuição dos descendentes pelo interior do Brasil, em bairros étnicos nas grandes cidades e a dependência dos negócios aos vínculos rurais é a maior prova disso. O mascate fazia a ligação entre o comércio da Rua da Alfândega, no centro do Rio de Janeiro, com os rincões mais remotos do país. Dois esquemas chamam atenção neste processo. A reposição de elemento humano, e o caráter corporativista da etnia. A chegada de ‘primos e parentes’ que tiveram sua chegada facilitada para trabalhar no comércio, através de um irmão, primo ou conterrâneo é quase uma constante nas histórias de vida. Quanto ao caráter corporativista me

refiro às estratégias comerciais de ocupação de um nicho de mercado (têxtil) em bloco, além da ajuda aos recém chegados, quer seja através de empréstimos, empregos ou de treinamento etc.. De acordo com os depoimentos, foi bastante comum a história dos que já chegavam de 'lá' bem orientados, caracterizando uma espécie de rede entre os 'patrícios'. (Truzzi, 1999 p.330) define desta forma a relação:

Além disso, para além das relações de conterraneidade , encontramos as relações familiares. Entre os sírios e libaneses a economia familiar sobreviveu e floresceu porque normalmente nas fases iniciais o negócio dependia fortemente do esforço de toda família. Organizar a família para cooperar e sobreviver moldou, em grande parte, a entrada do imigrante na nova sociedade. Assim sendo a célula familiar permaneceu o modo tradicional de compreender e ordenar a vida. (p.330)

O comércio além de proporcionar um estágio ou trampolim, em alguns casos na geração futura, para outras atividades no segmento industrial, também representou para alguns uma solidificação e patrimonização do capital investido ao longo dos anos. Sólidas empresas comerciais foram continuadas pelos filhos.

Alguns comerciantes entraram em decadência pelo simples fato de não saberem valorizar as dificuldades vencidas pelo imigrante, já tendo recebido o comércio 'de mão beijada', do pai. São comum histórias de comerciantes da SAARA, filhos de imigrantes pioneiros que sustentam caras amantes, além de filhos de imigrantes que enveredaram para o jogo, dilapidando a fortuna e ameaçando a estabilidade deixada pelo pai. Em algumas trajetórias é comum a figura do filho mais velho que não estudou, pois teve que ajudar o pai no comércio, desenvolvendo por isso, muitas vezes, uma diferença e conseqüente preconceito ou antipatia dos irmãos mais novos que puderam estudar.

Demétrio Habib

Demétrio cresceu dividido entre o sucesso do pai e de seu próprio projeto. Conforme ele mesmo expressa, seu emocional balança entre a memória do pai e da realização do seu projeto de vida: ele queria ser oficial da Marinha de Guerra. “É por isso que meu ‘hobby’ é andar de terno de linho branco s-120”.

Eu não consegui me formar porque na época nos éramos muito pobres. Papai lutava sozinho para sustentar uma família com uma mulher doente, então eu abdiquei dos estudos para trabalhar com papai [...] Quando disse ao papai que não queria estudar e iria trabalhar, papai se virou e disse que eu devia estudar porque ele queria os filhos todos formados porque esse seria o julgo que o Brasil havia aplicado nele, o estrangeiro. Mas eu continuei insistindo, na verdade eu queria me formar, eu sempre tive paixão pela Marinha de Guerra. Eu gostaria de ter sido oficial mecânico da Marinha de Guerra, mas isso ficou escondido dentro do meu eu, por insistência que tinha, necessidade que eu tinha de ajudar papai. No meio da conversa papai abriu uma gaveta e tirou uma caixa de presente e me disse: ontem comprei para você um anel de grau das mãos do pai do David Nasser. Este anel de grau está guardado para quando você se formar. Ai a emoção tomou conta.. (FRANCISCO, 2003 p. 87)



Demétrio me recebeu num pequeno escritório dentro da Loja Gabriel Habib, na Rua da Alfândega. O retrato do pai por de trás da mesa de trabalho e um ambiente muito movimentado devido à proximidade do fim do ano. O escritório é apertado, pilhas de papéis e documentos, estoque de material aqui e ali. Sua loja - localizada numa área popular de grande acesso do público, é especializada em produtos R\$1,99 e baixa qualidade.

Meses depois da entrevista soube que Demétrio havia vendido a loja, a última de uma rede que já tivera grande tradição na cidade. Ele vendeu-a remanescente da herança do pai para um grupo de imigrantes chineses que se estabeleceram com lojas parecidas com a que Demétrio mantinha na região da SAARA.

Com 14 anos de idade eu comecei a trabalhar na loja dele, eu fui caixeiro viajante. Eu carregava quatro malas de vestuário, chegava à casa dos clientes e mostrava a mercadoria, tomava nota do pedido e mandava pelo correio. Papai recebia e despachava os pedidos, então, com muito orgulho, com muita honra, comecei a vida como caixeiro viajante na loja do meu pai. (FRANCISCO, 2003 p. 78)

Habib Abduche

Posso dizer que Habib Abduche é um homem que procura cultivar as suas origens. Ele procura seguir as tradições árabes que herdou tendo inclusive casado dentro da colônia:

Graças a Deus, casei-me com uma descendente, minha esposa se chama Leila Bechara, as nossas famílias moravam perto, nós morávamos na Conde do Bonfim, esquina com Radmaker, um pouco antes de chegar na Muda, e ela tinha uma tia, que morava num apartamento, era um prédio pequeno, e a Aparecida, a avó dela ia todos os dias lá, e a minha mãe se dava com ela, e houve, não nego, uma influência da minha mãe, que simpatizou muito com ela. (FRANCISCO, 2003 p. 77)



Habib sempre foi comerciante. “Lá em Santa Maria nós tínhamos duas lojas de tecidos, uma loja de artigos muito finos, a melhor loja da cidade em artigos finos, e meu pai tinha uma casa de retalhos, que na época foi uma novidade na cidade. Passamos lá um período, em 1932 nós viemos para o Rio, depois voltamos para lá, e em 1944 voltamos definitivamente para o Rio”. (FRANCISCO, 2003 p.67)

Eu tive educação religiosa porque eu estudei no Colégio Marista, embora de origem ortodoxa A família Abduche, com muita honra, está no Brasil desde antes da República, antes do primeiro Presidente já tinha um tio do meu pai, se chamava João Abduche na Rua da Alfândega, 367. Esse tio, João Abduche, era de Antioquia, e foi o que financiou a vinda da família, dos meus pais, após a Primeira Grande Guerra. (FRANCISCO, 2003 p.68)

Os laços com o Clube do Flamengo são uma importante parte de seu discurso. Habib contou que já levou o futebol do clube, inclusive chefiando a delegação, para jogar nos países árabes durante os anos oitenta. Ele é muito orgulhoso de sua origem e fervoroso defensor de um certo pan-arabismo (que descarta o sionismo).

Fui recebido por Habib numa sala de reuniões no prédio do estacionamento do SAARA, na Rua Buenos Aires. Sua profissão é comerciante, porém, pelas atividades que disse desenvolver, creio que ele compra mercadorias no atacado e revende em outras praças do interior. Suas atividades dependem muito do conhecimento e confiança de outros ‘patrícios’ do SAARA. Percorri várias vezes o SAARA, nessa época em que entrevistei vários comerciantes. Pude perceber a presença de Habib nos cafés e nas esquinas do SAARA sempre conversando com

lojistas árabes de sua idade, presumindo-se que é conhecido dessas pessoas a mais de meio século.

No fim da entrevista perguntei-lhe o que significava para ele ser descendente de sírios:

Ser descendente de árabe no Brasil é motivo de orgulho porque esse país recebeu com todo carinho. A coletividade árabe no Rio de Janeiro, é respeitada pelo governo brasileiro, que sabe não existe uma atividade no Brasil, política ou científica, comercial ou industrial, pastoral, que não tenha um descendente de árabe, digo árabe não de um modo geral, mas sírios e libaneses. (FRANCISCO, 2003 p.66)

Atala Abraão

Atala lembra o pai de maneira idealizada, como se ele fosse um herói. “Meu pai foi uma pessoa que nasceu para viver assim: não se fixar. Quando ele queria uma coisa ele ia e pegava, ele fazia, custasse o que custasse, era desprendido de tudo”. (FRANCISCO, 2003 p.54) O próprio Atala se identifica com esse ‘desprendimento’ do pai e diz: “eu podia, por exemplo, ter estudado muito e hoje era o Governador do Ceará. Não fui porque não quis, eu mesmo não quis. Tinha tudo!” (FRANCISCO, 2003 p.53)

A entrevista com Atala aconteceu em sua pequena loja na região do SAARA. A loja esta situada numa rua transversal as principais do SAARA. Uma pequena porta cheia de mercadorias na frente e dentro da loja um comprido



corredor cheio de bolsas e outras mercadorias como cintos e chapéus pendurados pelas paredes. O comércio de Atala, como num bazar do Oriente Médio, está repleto de mercadorias por todos os

lados. A figura de Atala, que não se cansa de admirar as fotos de seu pai junto a Lampião, vive entre essas recordações e as mercadorias que vende, todas juntas penduradas pelas estreitas paredes da sua loja no SAARA.

Minha educação foi a melhor de Juazeiro, boa demais! Não tive mais porque eu mesmo não quis! Eu tinha tudo! Eu posso dizer, eu era o xodó de todo mundo porque era o mais novo. Lá em casa tinha mais nove; um advogado, o outro dentista, o outro estava no seminário e no último dia que ia ser padre desistiu da batina. O meu tutor, Nonon, ainda está vivo. Meu pai nem precisava intervir na minha educação. Nem precisava! Eu estudava onde eu queria e passava. E se eu não estudasse o colégio me passava também. O meu sobrinho agora foi eleito senador, o outro é Deputado Federal reeleito; é Sampaio Caloa Sá Barreto, aquelas famílias de lá todas. Meu pai era um cara que não se prendia a nada, queria viajar e fazer negócios. (FRANCISCO, 2003 p. 56)

Fica claro que Atala sempre procurou pela figura do pai que perdeu quando tinha apenas cinco ou seis anos. Talvez, junto a outros patrícios no SAARA tenha encontrado, no comércio popular, a identificação e o espírito de aventura que tanto marcou seu pai. Ele mesmo veio ao Rio de Janeiro na mais pura aventura de ver o Brasil campeão, em pleno Maracanã, durante a copa de 1950.

É cearense, é pau-de-arara turco. Aí eu fui trabalhar na casa do Virgílio. Era vendedor de tecido. Tinha outros árabes aqui no centro. Aí eu trabalhei uns anos lá e depois fui trabalhar com o José Rachid, na rua Senhor dos Passos. Aí eu trabalhei lá e depois fui trabalhar por minha conta mesmo, comprando e vendendo. Fui economizando, trabalhando. Fiquei no Rio de Janeiro e não voltei mais para o Ceará, não dei nem notícia. (FRANCISCO, 2003 p.55)

Eva Abrãao Messa Neme

Filha de pai muçulmano, Eva se casou com um muçulmano, filho de imigrantes que abriram uma charutaria num sobrado no SAARA no fim do século XIX. Lá mesmo ela e o marido

moraram com os pais dele até o fim dos anos 1950. Depois da morte dos sogros, o casal se mudou para Copacabana.

Olha, eu sempre trabalhei com comércio, para lhe dizer, eu comecei aos sete anos de idade, porque eu ficava ao lado do meu pai, sabe? Vendo o que ele fazia, chegava do colégio gostava de ir para lá ajudar, e fui crescendo, [...] no final, a loja acabou ficando comigo, então nós vínhamos ao Rio fazer compras de mês, vínhamos eu e ele, eu tinha nessa época [...] meus 21 ou 22 anos, foi quando eu conheci meu esposo no balcão, nós passamos lá, meu pai sempre passava lá (FRANCISCO, 2003, p.42).

Eva está casada há 49 anos. Tem três filhas e nenhuma foi batizada na Igreja Católica. Já os cinco netos de Eva foram batizados, sendo que nenhuma das filhas se casou com filho de imigrantes sírios ou libaneses. Durante a entrevista, ela deu duas receitas árabes com riqueza de detalhes. Através dessa linguagem e de seus conhecimentos empíricos, da maneira de fazer, a cultura se mantém e se enriquece mesclando-se com a cultura local, tornando-se, dessa forma, única.

Eu faço comida árabe, inclusive minhas filhas gostam mais da comida árabe, meus genros também gostam mais da comida árabe do que a comida brasileira, mas eu faço a comida árabe e faço a comida brasileira. Quando eu quero fazer alguma coisa bacana árabe, olha, eu gosto de fazer *merche*, sabe? Aí quando tem algum almoço especial, aí eu faço de tudo um pouco. Esse merche você pode fazer de abobrinha, pode fazer de berinjela, é um recheado, o recheio é igual para todos, é o arroz, a carne moída, e hortelã, muita hortelã, agora, você faz a berinjela, faz abobrinha, que é com molho de tomate, e faz a *merche malfulf*, que é enrolado de repolho, brasileiro gosta bastante pode ser feito de folha de açelga, olha, agora eu estou fazendo sabe de que? De maxixe. É uma plantinha do nordeste, é pequena, quase do tamanho de um pêssego, tem aqueles espinhos, a gente tira os espinhos, bota o recheio dentro, e cozinha com aquele molho, olha, fica o prato mais bonito da mesa. Porque é todo redondinho, fica uma coisa linda, parece pêssego (FRANCISCO, 2003, p. 43).

Eva Neme compareceu na Universidade onde gravamos a entrevista. Pessoalmente, parece uma mulher feliz por ter estabelecido na sua casa uma espécie de matriarcado com as três filhas.

Percebe-se que gosta da sua rotina, que inclui caminhada no calçadão de Copacabana, natação pelas manhãs, e a loja da Charutaria Síria, no SAARA, à tarde.

Jorge Wadih Bedran

O pai de Jorge, seu Wadih, antes de se aposentar deixou uma loja para cada um dos filhos. Jorge sempre trabalhou nas lojas do pai, tendo inclusive sacrificado qualquer outra carreira para ajudar o pai nas lojas. Durante a entrevista ele fez uma confidencia. Disse que anos atrás, quase perdeu tudo porque jogava compulsivamente. “Era carteadado, cassino, turfe, qualquer coisa, passei dez anos queimando a fortuna do meu pai até que um dia ele me deu um murro na testa e disse: “não criei um filho pra ser vagabundo”. (FRANCISCO, 2003 p. 346)

O meu pai sempre foi muito durão conosco, e ele falava para gente: primeiro o estudo, depois o esporte, depois o trabalho. Eu tive um tio que jogou muito, jogava muito e perdeu tudo, era o homem mais rico da colônia, filho do Nahun Ghanem... Ele foi o primeiro presidente do Clube Sírio Libanês, mas perdeu muito dinheiro no jogo. Aí eu nunca joguei, o meu pai sempre dava o exemplo dele; então quando eu tinha 45 anos, sentei em uma máquina de vídeo-pôquer e comecei a jogar... Foi aqui mesmo no Rio. Aí foi uma desgraça: joguei, joguei, joguei, perdi muito dinheiro, estava construindo 60 apartamentos em São Paulo, hoje só tem um. Perdi um milhão e meio de dólares, perdi dinheiro pra caramba. Perdi tanto que nem dá para falar, em dez anos, aí entrei para os jogadores anônimos e parei (FRANCISCO, 2003, p. 19).

Apesar de ter um pai ‘durão’, que obrigava os filhos a estudar, Jorge não conseguiu acompanhar um colégio muito puxado.

A gente estudava ali no Colégio Santa Tereza de Jesus, depois passei para o São Bento, semi-interno, então o dia inteiro no colégio, e meu pai era muito durão com isso; tinha que estudar muito, era obrigado a estudar e nas férias vinha trabalhar na loja com ele, nas férias inteiras, ele não admitia, e com isso foi dando a gente uma cultura da loja que você às vezes leva uns quinze anos para pegar, mas com ele foi rápido, porque a gente já pegou desde os dez anos de idade. (FRANCISCO, 2003, p. 19).

Essa ‘cultura de loja’ a qual se refere Jorge Bedran foi o que fez para ele ainda mais fácil. Adaptou seu negócio para os tempos atuais no contexto do SAARA e passou a vender artigos populares de produtos de R\$1,99.

Depois vim trabalhar na loja. Eu tinha dezessete para dezoito anos, fui fazer vestibular de Direito, eu já vinha para a loja todo fim de ano... Todas as férias também, e aí perdi uma prova, me aborreci e resolvi sair do colégio para trabalhar. Ia ser primeiro ano em Direito e acabei não fazendo, aí vim para o trabalho, começamos a crescer, a ter lojas e tudo. (FRANCISCO, 2003 p. 20)

O conhecimento de como tocar um negócio permanece latente em Jorge. As lições são simples, foram inculcadas no tempo e são eficazes. “Comerciante não pode se meter em política, você tem que estar com quem está mandando. Eu apoio quem está no governo, sempre. O comerciante é fiscalizado, se você apoiar a oposição, eles acabam com você”. (p.23) Mesmo nos piores momentos Jorge não esquece que o SAARA foi um lugar de encontros, de prosperidade e realizações para toda a família:

Quando ele [o pai] chegou aqui não tinha nada, hoje ele mora em um apartamento de mil metros quadrados no Arpoador e tem lojas, tem propriedades, lutou muito, trabalhou muito, trabalhava dia e noite, sábado, domingo, nunca vi o meu pai sem trabalhar, nunca. Então ele só deixou para a gente isso. Você pode deixar entrar na sua loja o ladrão, você prende ele, o assassino você mata ele, mas o vagabundo acaba com você. Vagabundo é o cara que vem e senta no balcão. Aqui, na loja, você não vê ninguém sentado no balcão, diz que dá azar, mas não é azar e é segura, porque está mostrando que não tem negócio, se você deixar uma pessoa sentar no seu balcão não tem negócio, ele fica parado, aí acaba estragando a loja. (FRANCISCO, 2003 p.22)

Apesar de ter recebido seu comércio como herança e de trabalhar desde criança na loja do pai, Jorge aprendeu a ser comerciante da maneira mais difícil, tendo que vencer sua própria compulsão.

4.3 Mulheres Brasileiras Filhas de Imigrantes Sírios e Libaneses

Nome	Local de Nascimento	Data de Nascimento	Bairro que mora
Adélia Cury Valladão	Ipanema Rio de Janeiro	02.04.1920	Ipanema
Victória Chaia	Campo Grande Rio de Janeiro	07.06.1925	Campo Grande
Jovelina Sales Mansur	Ubá, Minas Gerais	20.12.1925	Leblon
Jurema Zacharias Ragy Eis	Engenho de Dentro, Rio de Janeiro	25.02.1929	Copacabana
Lourdes Chalhub	Ipanema, Rio de Janeiro	20.01.1934	Ipanema

A pesquisa que levei a cabo deixa clara a importância marcante das mulheres sírias e libanesas no processo de consolidação cultural da etnia no Brasil. Por exemplo: a avó de Jorge Bedran que viúva decidiu fazer o Brasil deixando o filho de nove anos para trás no Líbano que posteriormente resgatou. A mãe de Jorge Fadel e de João Dib, que tocaram sozinhas os negócios após a morte prematura dos maridos acumulando com a criação dos os filhos menores. A memória emocionada de Dahas Zarur quando lembra da mãe. A mãe de Jorge Darze maior responsável pela escolha profissional do filho em tornar-se médico. Outras mães como a de Mohamed Baccar que queria que o filho ‘tirasse’ o curso de guarda livros ‘pra ficar mais perto de casa’. Elas foram, sem nenhuma dúvida, as maiores responsáveis pela disseminação da cultura árabe no Brasil principalmente através da culinária.

Adélia Cury Valladão

Adélia frequentou uma das melhores escolas da cidade: o Colégio São Paulo. Seu pai, Naif Cury, comerciante em Ipanema durante os anos de 1930 era proprietário de um carro conversível e na época do carnaval participava dos ‘corsos’ com a família. Numa ‘batalha de confetes’, na Rua Constante Ramos em Copacabana, Adélia acabou conhecendo Henrique Valladão que era colega de seus primos no Colégio Santo Inácio.



Eu nunca tive emprego. É porque depois que casei fui morar na Bahia. Eu odeio que digam que sou *do lar*, eu me formei em Ciências e Letras... Conheci meu marido quando eu tinha nove anos. Seu nome era Henrique Belford Valladão. Sua família é muito conhecida, é de advogados. Lá no sul de Minas é conhecidíssima, na cidade de Campanha. Tem uma praça com uma estátua de corpo inteiro do tio-avô dele, o ministro Alfredo Valladão. (FRANCISCO, 2003 p.131)

As lembranças de Adélia dão conta da loja na frente e a residência atrás onde morava com os pais, na Rua Teixeira de Melo em Ipanema. Informa que o casal de imigrantes jamais falava árabe em casa e em relação à religião aceitavam a Igreja Católica como a única opção. Adélia relata que a mãe era fiel devota de Nossa Senhora. Ela relata fatos como a presença dos pais na inauguração da Igreja Nossa Senhora da Paz, em Ipanema⁴² ou do transporte, no conversível de

⁴² Igreja Nossa Senhora da Paz, obras iniciadas em 1918, em frente a Praça de mesmo nome em Ipanema. O nome é uma homenagem ao fim da I Guerra Mundial.

Naif, da imagem de Nossa Senhora de Lujan doada pela República Argentina, do porto até o bairro, marcou a inserção desses imigrantes na comunidade de uma forma profunda.

Segundo as palavras da entrevistada não havia nenhuma pressão, por parte dos pais para casamentos dentro da colônia: “[...] engraçado isso, ninguém casou com árabe, nunca namorei árabe. Papai não fazia questão. [...] Meu irmão casou com brasileira, filha de portugueses. Fiquei casada 30 e poucos anos com brasileiro”. (FRANCISCO, 2003 p.112)

Adélia nunca precisou, nem quis, trabalhar fora de casa, mas também “não sei fritar um ovo” (p.111). Quando perguntei sobre sua religião, disse que é católica e que com ela não tem nada de ‘moronita ou moriquita’. Certa vez chamou atenção da mãe que já estava na Igreja o dia inteiro, na Sexta-Feira da Paixão, sem comer e chorando, agarrada horas a fio à imagem do Cristo morto: “Mamãe você parece uma mendiga! Uma mulher rica como você”... (p.113) Mas foi portando esses símbolos que a família se inseriu socialmente em Ipanema. Adélia deu continuidade a este processo.

A minha cunhada Irene era colega da filha do barão do Rio Branco, porque era de Petrópolis, em Petrópolis só morava *a fina*, só gente que podia. A Irene teve um filho [...] Rui Barbosa Bisneto, e a filha do barão, Hortência do Rio Branco não tinha tido filho, então a minha cunhada disse para ela: Puxa Hortência, você nunca pegou meu filho no colo. Ela respondeu assim: Para que eu vou pegar seu filho se você nunca pegou o meu cachorro no colo? Olha a comparação dela! (FRANCISCO, 2003 p.133)

Victória Chaia

A dona de casa Victória Chaia mora em Campo Grande, Zona Oeste do Rio de Janeiro há quase 80 anos. Seu avô, Miguel João, imigrante libanês lá se estabeleceu no início de século XX, quando o bairro ainda era uma vila afastada do resto da cidade. Seu pai Chafi Chaia também ali

chegou na segunda década do século XX. A união dessas famílias e de muitas outras estabelecidas no bairro, a grande maioria vivendo do comércio, deu a Campo Grande uma presença levantina importante com muitos descendentes exercendo profissões liberais.

Eu freqüentei a escola das Freiras e depois eu fui para a Escola Venezuela. Terminei meu primário na escola Venezuela. Só fiz o primário e não fiz mais nada. Parei de estudar porque aqui não tinha ginásio, assim, mais adiantado, não tinha. Papai era da idéia de que a moça aprendeu a ler e escrever um pouquinho, então vem para casa para fazer trabalho de casa. O Alfredo, meu irmão é dentista, é formado. O José, o que faleceu, era advogado e também era poliglota. Ele falava seis idiomas. E o meu irmão mais novo é professor de inglês. Eles estudaram aqui em Campo Grande e depois, o que não tinha mais aqui, estudaram lá em baixo, eles iam e vinham todos os dias. Os homens tinham que se formar, mas as mulheres tinham que aprender a ler e escrever. Então vem embora trabalhar, cozinhar, lavar. Todas foram assim! Mas eu tenho uma irmã que é freira. Ela é irmã de caridade, mora em São Paulo na Congregação Vicentina – São Vicente. Tanto que este ano, agora em maio, ela faz 50 anos de vida religiosa. E tem a mais nova, que estudou e se formou em administração de saúde. Mora ali do outro lado. (FRANCISCO, 2003, p.141)

Victória Chaia hoje é uma referência de segurança e tranquilidade para toda a família em Campo Grande. Não existe mais loja da família, pois os mais velhos já se foram e os mais novos exercem profissões liberais. Victória cozinha todos os dias para seus sobrinhos e netos que moram perto da sua casa e se



reúnem em sua cozinha antes do trabalho ou depois da faculdade. Quando estive em sua casa para gravar a entrevista percebi que a rua que mora tem o nome de seu pai: Travessa Chafi Chaia. Ele foi homenageado oficialmente pela prefeitura depois da sua morte. Por fim, Victória disse que tradicionalmente no dia Nacional do Líbano, (20 de novembro) assim como fazia seu pai, ela

continua a tradição promovendo uma festa na Igreja. Nesta ocasião Victória se veste com trajes típicos, (veja foto) convida toda a comunidade, faz comida árabe e chama grupos folclóricos libaneses para dançar. Esse ano, disse ela, não haverá festa por causa da guerra: “Não faz sentido fazer festa com aquela gente toda sendo massacrada”...

Ela me recebeu na varanda de sua casa, típica casa da zona oeste carioca, arejada com muito verde, plantas na varanda além de muita tranqüilidade. Sua filha mais velha, Tereza, acompanhou de perto a entrevista até o fim. Ficou claro que a verdadeira vocação de Victória é o de ser uma espécie de esteio de família e que ela serve como ponto de convergência para as famílias dos filhos e dos netos principalmente em volta da mesa.

Aprendi a fazer comida árabe com minha mãe. Ela ensinou, fazia muita comida árabe e comida brasileira também. Mas a gente acostumou muito com a comida árabe. Mamãe fazia muita comida árabe. Ah, a gente gosta de todas. Era o quibe cru. Aqui também tem parreira. Eu soquei muita carne, que antigamente não tinha máquina, era no pilão. Eu soquei muita carne no pilão para fazer o quibe, moí muito café. (FRANCISCO, 2003 p.145)

Jovelina Sales Mansur

Sentada em sua poltrona costumeira, que já tem o molde de seu corpo, dona Jovelina justificou que não ‘anda muito bem ultimamente’, e que, teve um derrame ‘faz muito tempo’... Alberto, o marido, em fase final de doença pulmonar, era a pessoa escolhida para a entrevista. Entretanto, passou mal no dia marcado e decidi fazer a entrevista com sua esposa Jovelina, também filha de imigrantes árabes. Enquanto Alberto se retirava para seu quarto, negocieei com Jovelina a entrevista para aquele momento.

Meu primeiro emprego foi numa loja, eu tinha 14 anos, lá em Ubá. Depois eu saí da loja, aí conheci a família Carneiro, que me dava muito apoio, continuei estudando com eles, são todos professores, eles achavam que eu... Investiam na

minha educação para eu fazer essa prova da Leopoldina. Eu pensava em ser funcionária pública, nunca pensei em ser professora. Eu também fiquei traumatizada, assim, porque minha mãe já não podia pagar e estava devendo ao colégio, com vergonha. Era muito difícil para nós. Eu era auxiliar lá no colégio, porque são todos professores, são quatorze irmãos, todos professores, sempre que podia eu ajudava. Na aula que um não podia, eu cobria. Eu cobria e ficava com as crianças na hora do recreio. Os árabes de Ubá também prosperaram, mas meu pai continuou toda a vida pobre. Ele nunca pensou em voltar ao Líbano porque ficou a mágoa. (FRANCISCO, 2003 p.313)

Jovelina e Alberto vivem com as suas pequenas aposentadorias. Ele foi funcionário da empresa aérea Cruzeiro do Sul durante 40 anos, enquanto ela aposentou-se pela Leopoldina Railways. Durante a entrevista, Jovelina fez questão de agradecer a contribuição decisiva da família Carneiro de Ubá. Na escola da família ela trabalhou e acabou se preparando para o exame da Leopoldina Railways.

Entrei para Estrada de Ferro Leopoldina. Na prova tinha que saber as operações, era época da guerra, estavam contratando mulheres. Mas depois houve uma transferência para Rio Branco, que é uma cidade vizinha. Eu tinha uma tia lá, me hospedou, mas ela cobrava. Eu ganhava o que hoje corresponde a cento e cinquenta reais, eu pagava cem para ela e ficava só com cinquenta. Era muito caro! Ela era minha tia. Ela casou-se com um primo do meu marido. Chamava-se senhor Rachid Chiek. (FRANCISCO, 2003 p.77)

Quando Jovelina veio fazer exame de vista para o emprego de telegrafista na Leopoldina Railways, conheceu o futuro marido, seu primo Alberto Mansur, cuja família nuclear radicara-se no Rio de Janeiro.

A entrevista com Jovelina foi realizada em seu velho apartamento, no primeiro andar de um prédio antigo e sem manutenção no Leblon, Zona Sul carioca. Jovelina vive com o marido doente e uma filha excepcional. Alguns meses depois da entrevista soube que Alberto, seu marido havia falecido.

Jurema Ragi Eis Zacharias

Jurema trabalhou 35 anos como professora de música. Ele se formou no conservatório do Distrito Federal, na Rua do Ouvidor e fala sobre seu pai:

Meu pai nunca deixou nenhum filho trabalhar, o que, aliás, foi um erro, mandou estudar até se formar, ajudou a montar o próprio consultório do João [irmão]. Tive outro irmão que também era dentista, o Oswaldo, e outro era médico, que meu pai também ajudou. Meu pai ajudou assim, no início da vida. Só o mais velho que não quis estudar, foi ferroviário e depois polícia, ele faleceu há uns 14 anos, esse era da farra mesmo. Eu quando comecei a trabalhar tive que começar escondida, comecei a trabalhar dando aulas particulares, escondido, e mesmo assim houve falatório no bairro: a filha do doutor Ragi está dando aula para ganhar dinheiro! Aí ele soube, não é? Mas ai já não pôde mais me impedir, já estava me formando. (FRANCISCO, 2003 p.75)

Jurema Ragi Eis Zacharias compareceu a sede da Universidade, no departamento de pesquisa, onde foi gravada a entrevista. Cheguei em seu nome através de pesquisas realizadas no Arquivo Nacional. Estava em busca dos primeiros imigrantes a formarem-se na Universidade quando encontrei o nome de seu pai. Através da lista telefônica achei seu irmão João que por fim me indicou Jurema para entrevista. Seu marido Farid é de uma família de religião ortodoxa da cidade de Antioquia, sendo que,



como vimos no capítulo anterior sua família é pioneira desta imigração na cidade.

Lourdes Chalhub

Quando Lourdes era jovem ficou muito doente e foi obrigada a deixar a escola e nunca mais voltou.

Eu tive que parar meus estudos, eu fiz até o primeiro científico, quando eu estava no primeiro científico, eu fiz uma cirurgia e o médico deixou um pedaço da amígdala. Então eu fui operada às 10 horas, às 15 eu estava em coma. Aí até tirar o outro pedaço eu já estava morta, aí eu vivia em Teresópolis, Cambuquira, eu tinha casa lá em Cambuquira... Não por causa de lazer, mas eu fazia estação de água por causa das drogas que eu tomava... (FRANCISCO, 2003 p.333)

O grande número de patrícios em Ipanema revelou-se algo surpreendente. Na pesquisa se percebeu que o bairro deve aos imigrantes semitas sua grande tradição em estabelecimentos comerciais dedicados a moda, confecções e ao comércio de roupas.

Na minha casa todo dia tinha reunião da RAU [República Árabe Unida]. Os árabes todos se reuniam... Mas todos os árabes que moravam aqui nas redondezas conversavam sobre política, sobre mulheres, sobre tudo. Então ele gostava, a minha mãe não, às vezes ela ficava com raiva, porque isso prejudicava a loja, um monte de homens sentados, como que entram as freguesas? (FRANCISCO, 2003 p.334)

Lourdes jamais trabalhou, no entanto, ela herdou dos pais alguns imóveis em Ipanema que lhe garante um lugar para morar além de pequena renda. A memória do pai descreve o estado de espírito que caracterizava sua família. O pai, um 'boa praça' e brincalhão, a mãe muito séria e religiosa.



Minha mãe era muito religiosa, meu pai não era não, meu pai dizia que a gente tinha que ter cuidado com o pessoal que rezasse muito, meu pai era muito engraçado. Ele dizia: cuidado minha filha, com esse pessoal que reza muito! Minhas amigas ligavam perguntando se eu estava, ele dizia: quer saber se a Magricela está? Porque eu era muito magrinha, meu pai dizia: Não, a magricela pegou a bolsa e saiu. Ele sempre respondia isso. E o telefone tocava em casa, meu pai tinha uma poltrona como essa. Ele ficava lá cochilando, e o telefone ficava ao lado dele e ele não atendia, no lado do telefone. Ele dizia que era freguesia que não dava lucro, e não atendia. Minha mãe fazia comida árabe muito bem, o quibe dela era maravilhoso. Primeiro eu comia cru, depois no Colégio São Paulo, um médico começou a falar sobre a carne crua, aí eu passei a comer só o assado. (FRANCISCO, 2003 p.334)

QUINTO CAPÍTULO

5 Considerações Finais

Conforme mencionei no início do trabalho, as motivações para a temática da dissertação são de ordem eminentemente pessoal. Neto de imigrantes sírios, membro da terceira geração, faço nesta conclusão um breve relato, fruto de minhas observações no seio da vida familiar, que corroboram os relatos dos entrevistados.

Acredito que o processo de imigração vivenciado pelos meus avós, a memória que tenho deles e a própria imagem que tenho de mim apresentam ligações evidentes. Essa percepção também pode ser aplicada a um número considerável de brasileiros, descendentes de segunda e terceira gerações que tiveram seus ascendentes na mesma condição de imigrantes e que começaram suas vidas no Brasil atuando como comerciantes, vendedores ambulantes ou mascates. É uma preocupação latente entender essas motivações e pontuar no tempo, ao longo das gerações, como se comportam os descendentes dessas pessoas, formadores e partícipes de uma memória coletiva, parte integrante de um conjunto maior, a nação Brasil:

Salim, Ibrahim, Fuad, Abrahão, Jamil, Nagib, Habib, Toufic, Salomão, Chafic. Na vida de quase todo brasileiro 'da gema' há um brasileiro com o nome assim – 'turco', como se diz até hoje, mais por hábito do que por preconceito. Tem o dono da venda, o dono da fábrica, o político, o médico, o pai do amigo, o vizinho. Estima-se que os descendentes de libaneses e sírios somem sete milhões de pessoas. São 4% da população, mas estão em todo canto. A embaixada do Líbano no Brasil garante que há pelo menos um representante da colônia em cada um dos mais de 5.000 municípios do país (VARELA, 2000 p.121).

Para evidenciar isso, trato de ressaltar algumas características importantes das atividades desses imigrantes depois que chegaram à América. A memória é uma poderosa ferramenta neste processo que as pessoas vivenciaram. A questão da identidade vem à tona e, certamente, neste

fluxo contínuo, são produzidos discursos diferentes, e mesmo contraditórios que negam, constroem e reconstroem a(s) identidade(s) dos descendentes de sírios e libaneses.

Em primeiro lugar, é importante que se reitere que aqueles que aqui chegaram no início do século passado estavam fugindo de uma situação de miséria e opressão política, social e confessional, à qual estavam submetidos na terra de origem. Além disso, essas pessoas careciam de uma identidade nacional definida. Alguns dos territórios que eles haviam deixado estavam subordinados à Turquia, outros ainda sob regime de protetorado estrangeiro, que eram verdadeiros enclaves, bolsões de uma minoria cercada por populações hostis. Uma vez no Brasil, esses imigrantes encontram uma realidade favorável, sírios e libaneses passaram a fazer parte de um país constituído por imigrantes cristãos e uma grande população católica que os acolhia. Essas pessoas não eram mais uma minoria hostilizada por sua condição religiosa.

O país oferecia também horizontes econômicos jamais sonhados, se comparados à realidade que haviam deixado. A primeira geração de imigrantes que aqui decidiu fincar suas raízes acabou por desenvolver práticas que marcaram sua presença; além disso, deixaram um importante legado cultural às gerações posteriores. As suas escolhas profissionais e o modo como se adaptaram à realidade, modificando-a, enriqueceu ainda mais a diversidade que aqui encontraram, fazendo do país um lugar mais plural.

Meu avô, aquele velho imigrante de fala esquisita, bengala, largas calças com suspensórios e o inseparável chapéu (essa imagem que tenho dele é das décadas de 1960 e 1970), chegou ao Brasil em 1907. Na Alfândega do Rio, foi rebatizado com o nome de Antônio Francisco, versão portuguesa para Antoun Francis.

Na Síria, em sua cidade natal de Yabrud, nas montanhas do Anti-Líbano, a 100 quilômetros ao norte de Damasco, a família morava perto de uma missão francesa de monges franciscanos de Lyon. As famílias cristãs residiam num bairro étnico, em geral em volta da igreja,

e acabaram por casar seus membros entre si, configurando, na realidade, uma grande e única família. Antes e depois de seu Antônio, outros membros da ‘grande família’ já haviam emigrado para o Brasil, América do Norte e Argentina. Para o Brasil vieram, além dos Francisco, os Arbex, os Aiex, os Simão, os Neme, os Nicolau, os Miguel, os Elias, entre outras famílias de Yabrud.

Seu Antônio ‘fez’ o Brasil muito jovem, aos 14 anos, e envelheceu com poucas palavras. Seu filho caçula, meu pai, contou-me que ele voltou várias vezes à Síria por diversas razões, inclusive para se curar de uma tuberculose, no clima seco das montanhas de lá. Numa dessas viagens, ele chegou a ser condutor de bondes em Damasco, mas nunca conseguiu ganhar na Síria o que ganhava como mascate no Brasil. Meu pai contou-me também que, no início, seu Antônio sentia muitas saudades da Síria, que ele era muito sentimental. Gastava todo o dinheiro que conseguia amearhar aqui nessas viagens emocionais de regresso à terra natal!

Sua primeira viagem de volta foi aos 18 anos, para casar com minha avó Hadba Neme, já prometida pela família, na mesma igreja de Yabrud em que ambos foram batizados. A noiva, de apenas 14 anos, seguiu com ele de navio para o Brasil, pouco antes da Primeira Guerra Mundial. Seu Antônio contava, com orgulho, que até Dakar, viajara ao lado do jovem oficial Charles De Gaulle. Foi também em Dakar, que Hadba pela primeira vez, e não sem muito espanto, viu um ‘abid’ (palavra em árabe que significa escravo ou homem negro).

Antônio Francisco foi um típico imigrante árabe. Cristão sírio que chegou ao Brasil no início do século XX, semi-analfabeto, trabalhou como ambulante vendendo sapatos e, pouco a pouco, amearhou uma fortuna. Quando envelheceu, suas pernas e o andar refletiam o peso das malas que carregou nas costas durante a vida toda. Muito religioso, depois que ficou viúvo ia à missa com frequência. Na velhice, quase não falava mais. Conquistou no Brasil a posição social de proprietário e tornou-se pai de brasileiros, todos bem inseridos na vida social do país. Sua



Documento de identidade de Antônio Francisco, Distrito Federal, 1929

ascensão econômica representa uma compensação pela quebra da tradição com a velha imagem de um pertencimento a um Oriente Médio conturbado e distante.

Lembro-me bem do seu apartamento no Leme, onde viveu os últimos anos de sua vida. Dos móveis de cedro escuro e das poltronas e sofás forrados de veludo vermelho, em cujos braços estavam esculpidas cabeças de dragões, com dentes assustadores. Mas o que eu me recordo com mais nitidez é do tapete amarelo, emoldurado no vidro, pendurado na parede da sala.

A cena, em cores pastel, retrata um oásis, alguns camelos e tendas, onde duas ou três mulheres, de silhuetas delicadas e rostos velados, estão delicadamente recostadas sobre almofadas, cercadas por travessas de uvas e damascos. As sombras das palmeiras balançam suavemente com a brisa do deserto e a seda dos véus mostram sutis colares e pulseiras das mulheres, que aparecem como detalhes preciosos. Inesperadamente, no cenário bucólico, surge um cavalo montado por um mancebo de turbante e espada, cujo cabo vê-se curvado na cintura. A

galope, no puro sangue, ele arrebatava uma das mulheres com apenas uma mão e foge por entre os arbustos de oliveira e damasco.

Mesinha de gamão macetada em madrepérola, pufes de couro enfeitados com estrelas de Salomão costuradas no couro, além do cachimbo arqué num canto da sala completam a decoração de seu Antônio e dona Adélia. Na minha memória, o olhar do velho Antônio dirige-se para um detalhe esquecido do tapete pendurado na parede, as torres e ogivas dos minaretes ao fundo, que fazem lembrar, uma derradeira vez, a marca cultural que o imigrante abafou dentro de si. O árabe, o imigrante sírio, o católico Antônio Francisco negociou sua identidade de maneira que aquilo que mais poderia se orgulhar era o fato de estar sentado em sua poltrona costureira, de veludo vermelho há muito desbotado, com as mãos enormes, de grossos dedos, cruzadas por cima da barriga. Seu olhar fixo e calado não era para o mar de Copacabana, disponível através das janelas do quarto andar, mas para o fabuloso lustre com pingentes de cristal que coroava a sala de estar, um símbolo de sucesso e vitória sobre as dificuldades e os sacrifícios de uma vida de trabalho duro. Sua casa, onde aos domingos não faltava o quibe, tinha as portas sempre abertas. Na sala, num ambiente separado, a mesa de jantar estava sempre forrada de feltro verde para os intermináveis jogos de buraco, que seus filhos e genros e outros adultos, amigos árabes, jogavam compulsivamente dia e noite.

A aquisição do imóvel na Avenida Atlântica, no Leme, comprado no fim dos anos 1950, foi o coroamento da trajetória de comerciante, iniciada como mascate. No início de tudo, seu Antônio foi morar num sobrado na Rua da Alfândega, 263, onde Miguel, o irmão mais velho, já residia. Uma história, conhecida por todos na família, diz que na mesma semana em que chegou à Rua da Alfândega, o jovem Antônio se encantou com a cidade e comprou de um ambulante, com o pouco dinheiro que tinha, um bilhete de loteria. Quando voltou para casa trazendo o bilhete alegremente em uma das mãos, para mostrar à Miguel, a possibilidade do sucesso rápido e sem

sacrifícios, o irmão deu-lhe um potente “taba” na cara que lhe lançou ao chão. O soco era para ele aprender que não havia outro caminho para o sucesso a não ser a dor e o sofrimento... E o trabalho, muito trabalho.

Um outro irmão, Salvador, estabelecido em São Paulo, trabalhava numa loja na rua 25 de Março. Talvez, por esse motivo, o jovem Antônio circulava de trem pelas cidades do Vale do Paraíba vendendo mercadorias que conseguia com os irmãos. Levava com ele uma grande mala com mercadorias e uma marmitta, preparada pela esposa. A marmitta de lata continha vários compartimentos empilhados, como se fossem panelas repletas de quibe e legumes recheados com arroz que duravam vários dias. Meus tios contavam que, no trem, seu Antônio ia vendendo sapatos aos passageiros.

Ele e minha avó Hadba (que a Alfândega batizou de Adélia) tiveram sete filhos. A família tentou a vida em várias cidades do interior sem nunca ter perdido o vínculo com o Rio de Janeiro, onde seu Antônio conseguia suas mercadorias.

Meu pai nasceu em São João del Rey, Minas Gerais e cada um de meus tios em uma cidade diferente - Taubaté e Lorena, em São Paulo, e Resende, Barra do Piraí e Barra Mansa, no Estado do Rio. Por fim, aproveitando o impulso proporcionado pela Companhia Siderúrgica Nacional, seu Antônio mudou-se com a família, no início dos anos 1950, para a pequena Volta Redonda, no Estado do Rio, onde abriu uma sapataria. (Veja árvore genealógica da família Francisco no Anexo B)

O velho imigrante, ao perceber o potencial da cidade, comprou barato alguns terrenos na área central. Ali, seu Antônio e seus filhos começaram a construir uma galeria de lojas que ligava duas ruas centrais que correm paralelas (seu Antônio já possuía então um sobrado, com uma loja



***O mascate sírio
(início do século XX)***

de sapataria no andar térreo, no Grajaú, na Zona Norte do Rio). Nessa altura seus filhos mais velhos já estavam assumindo os negócios.

O mais velho de todos, o tio Nadim, era seu braço direito e primeiro sucessor. Tio Chico (Francisco Francisco) o segundo filho, herdou do velho a astúcia e a habilidade de construtor. Juntamente com Nadim, ergueram diversos imóveis por cima da galeria de lojas, inclusive suas próprias casas na cobertura do prédio. Chico se casou com Ruth Aiex e a filha mais nova do casal, Suzana, casou-se com Roberto Arbach, também descendente da terceira geração de imigrantes sírios de Yabrud⁴³.

Antônio e Hadba (Adélia) tiveram sete filhos, quatro meninas. Tia Vitória, a mais velha das mulheres, casou-se com um comerciante de origem síria chamado João Hallak. Sua família radicou-se em Juiz de Fora no fim do século XIX, vindo a se espalhar por Barbacena e São João Del Rey. Depois de muitos anos dedicados ao comércio, João Hallak montou uma fábrica de tecidos com alguns sócios brasileiros. No início da década de 1950, construiu uma hidrelétrica para fornecer energia para sua fábrica. Nazira, a segunda filha, casou-se com Michel Aiex, família que emigrou nos anos de 1930 e radicando-se em Lins, interior de São Paulo, com loja de aviamentos. Munira, a terceira, casou-se com um rapaz sírio da cidade de Tartus, Edmundo Dahia em meados da década de 1950. Edmundo possuía uma pequena fábrica de camisas na rua da Alfândega. No início da década seguinte, fechou o estabelecimento e junto com Munira foram morar na casa de seu Antônio no Leme. Edmundo comprou um táxi para trabalhar com os turistas dos hotéis da orla e Munira costurava ‘para fora’.

Leila, a quarta filha e a mais nova de toda a prole, e meu pai, Rafic, nascidos em 1930 e 1926, respectivamente, foram os únicos que puderam estudar. Na segunda metade da década de

⁴³ Dos 22 netos de Antônio e Adélia Francisco, Suzana foi a única a dar continuidade (creio que sem intenção) a tradição “Yabrudiana” da família.

1940, a família já estava estabilizada financeiramente. Na prática, enquanto os dois mais novos terminavam o curso médio e ingressavam na faculdade, os filhos mais velhos ajudavam o pai no trabalho de venda ou na loja. Rafic optou pelo curso de farmácia, entrando posteriormente para recém-criada Força Aérea Brasileira como oficial-farmacêutico, enquanto Leila, depois que terminou o curso de odontologia prestou concurso - e foi aprovada - para o hospital público de Ipanema. Ela também montou um consultório no mesmo bairro. Ambos cursaram a Universidade do Brasil, atual UFRJ, no Rio de Janeiro.

A história familiar dos Francisco tem muitos pontos de convergência com a trajetória de alguns entrevistados: Demétrio Habib cresceu dividido entre sua vocação e o dever de ajudar o pai nas lojas. O pai de Demétrio, assim como seu Antônio, foi grande empreendedor por conta própria, tendo construído lojas e galerias. Jorge Bedran, quando pequeno, teve que ficar interno em colégios, e, quando parou de estudar, foi direto para o trabalho nas lojas que acabaria por herdar. Foram esses exatamente os casos dos tios Chico e Nadim. Amir Hadad foi o único que pode estudar na família do imigrante Abraão. Seu relato dá conta que, da mesma forma que Rafic e Leila, foram seus irmãos mais velhos, principalmente o primogênito Jorge, que lhe enviavam dinheiro para que pudesse completar os estudos na capital. Bem parecida é a trajetória de Jorge Fadel, cujos irmãos mais velhos ficaram no comércio da família, enquanto ele pôde concluir o curso de odontologia.

Outras semelhanças de seu Antônio com as trajetórias dos pais dos entrevistados são os constantes deslocamentos desses imigrantes na busca de novos mercados e oportunidades. Essas são as histórias dos pais de Atala Abraão, Nagib Chamon, Habib Abduche, Amir Hadad e João Dib. Ainda no campo das semelhanças das trajetórias está o fato de quase todos os imigrantes terem alcançado um significativo crescimento econômico no espaço de suas vidas, vindo a tornar-se proprietários de prósperos estabelecimentos comerciais e de imóveis valorizados.

Voltando a família Francisco, Nadim, o primogênito, continuou o comércio de sapataria do pai no Grajaú, mas foram as lojas da galeria que ele e o tio Chico construíram em Volta Redonda que lhes conferiram uma notável ascensão econômica. Apesar de cada um ter sua própria loja, tio Chico não parou de construir. Nadim expandiu seu comércio e abriu uma sapataria no centro de Volta Redonda.

Um fato interessante na trajetória de Nadim, que talvez explique as conseqüências do profundo fervor religioso da primeira geração e posteriormente de sua aceitação e de seus filhos, entre a população brasileira, foi a dedicação de Nadim à caridade. Da mesma forma que Paulo, às portas de Damasco, Nadim, num determinado dia, que sempre lembrava aos sobrinhos, converteu-se, ainda jovem, a uma devoção fervorosa. Carola de Santo Antônio, andava sempre com uns pãezinhos no bolso que entregava a qualquer um que se aproximasse.

Depois da conversão, ocasião em que deixou par trás uma trajetória de malandragem e festas, Nadim passou a recolher pobres e desabrigados e alojá-los no porão da sua casa, para desespero da sua esposa Munira. Seu filho mais velho, Antônio Francisco Neto, cresceu sendo reconhecido na cidade como uma espécie de filho de um santo. Ele ajudava Nadim nos atos de caridade e na gerência da loja que, mais tarde, se transformou num conhecido comércio de artigos esportivos no centro de Volta Redonda. Neto ficou famoso entre a juventude de Volta Redonda por facilitar a aquisição de artigos esportivos (uniformes, meias, bolas etc.) para a montagem dos times de futebol de várzea da cidade. Tornou-se tão querido e conhecido entre os mais jovens da cidade que seu tio Francisco, sempre muito oportunista, viu nele um potencial candidato a político.

Neto, como é conhecido, foi alvo de algum investimento para campanhas políticas, e embora só com o segundo grau de instrução, teve uma carreira política estrondosa e meteórica. Já foi vereador, deputado estadual por duas vezes e prefeito da cidade por duas vezes. Presidente do

clube de futebol da cidade, ele é uma referência de dedicação e amor à cidade. Tio Chico, o ‘Chico Turco’ como ficou conhecido na cidade, enveredou pelo ramo da construção civil. Formou suas duas filhas em medicina e o filho caçula em engenharia. Foi sempre o mentor político do sobrinho Neto, dizendo-lhe o que fazer, ajudando-o a tornar-se mais querido e popular junto à comunidade de Volta Redonda.

Minha tia Nazira, aquela casada com tio Michel de Lins, SP, morreu cedo, antes dos 50 anos, deixando três filhos, dois formados médicos e um dentista. Lembro-me bem do Márcio, regula comigo em idade. As outras tias: Vitória Hallack e Munira Dahia, também formaram todos os filhos antes de ficarem viúvas, porém, as lembranças que tenho de ambas estão ligadas aos cheiros e os sabores da cozinha árabe. A especialidade de Vitória era o enroladinho com folha de parreira (a folha, naturalmente, apanhada no quintal da sua casa de São João del Rey) e também a saborosa kafta, que é um espetinho de carne. Munira, por sua vez, tem (ainda) como especialidade o quibe. Qualquer que seja a modalidade, cru, de bandeja ou assado, ela consegue transformar essa experiência culinária em algo inesquecível. Durante as entrevistas com Vitória Chaia e Eva Neme a experiência culinária tornou-se bem presente, provando suas habilidades no campo dos sabores e na arte da socialização (na união da família em torno da mesa), com receitas de *Merche Malfouf* de Victória Chaia (enroladinho de arroz assado na folha de repolho) e do *Kibi Nay* (quibe cru comido com azeite e hortelã, pão ou cebolas sem garfo) de dona Eva.

A história de seu Antônio e de seus filhos também é bem parecida com aquelas descritas pelos entrevistados na questão do esquema familiar de recepção. Quando chegou ao Brasil, seu Antônio já contava com um irmão aqui, da mesma forma que os pais de Jamil Haddad, Demétrio Habib, Jurema Zacharias, Fouad Chalfun, Adélia Cury e Victória Chaia. Outros parentes - primos ou tios - já estavam no Brasil quando os pais de Muhamad Baccar, Miguel Pachá, Alberto Richa, Habib Abduche e Lourdes Chalhub chegaram.

Outros pontos de convergência nas trajetórias dos 21 entrevistados são as pautas matrimônias da primeira geração; somente os pais de Atala Abraão e de Eva Neme não se casaram com imigrantes árabes ou descendentes deles. Apenas um outro imigrante, assim como fez o meu avô, voltou ao Oriente Médio para casar: o pai de Adélia Cury. Já os pais de Jorge Fadel, Miguel Pachá, Dahas Zarur e Jorge Darze vieram casados ou mandaram buscar suas noivas em suas terras de origem. Na segunda geração, seis não casaram dentro da colônia: Jamil Haddad, Atala Abraão, Muhamad Baccar, Adélia Cury e Dahas Zarur.

Fazendo um paralelo com as situações acima descritas, também entre o Francisco há diversidade. Na segunda geração, dos sete filhos de seu Antônio, somente meu pai se casou com uma 'brasileira', Leila nunca se casou. Os outros cinco filhos (Nadim, Francisco, Vitória, Nazira e Munira) se casaram com patrícios e tiveram herdeiros de terceira geração com descendência árabe de ambos os lados.

Como objetivo central do trabalho, foi proposta a investigação da forma como se desenharam as escolhas profissionais dos descendentes, fica evidente que a via educacional, opção disponível, em maior intensidade aos filhos homens, foi fundamental para tomada de decisão. Boa parte dos entrevistados reconhecem as vantagens da profissão de comerciante, porém, formam seus filhos nas carreiras ligadas às profissões liberais, como a advocacia e a medicina. Mesmo entre aqueles que podiam contar com a opção de continuar a atividade de comerciantes dos pais, a preferência foi pelo curso superior. Concluída a universidade, eles iniciaram suas carreiras de forma independente.

Entre os depoentes esta estratégia mostrou-se eficiente, pois aqueles que por elas optaram, com raras exceções, foram bem sucedidos e puderam dar continuidade a esse processo, encaminhando seus filhos para prestigiadas escolas de nível superior. Entre aqueles que optaram pelo estudo em nível superior, fizeram graças à oportunidade oferecida pela situação financeira

dos pais, que já haviam galgado uma ascensão econômica importante, sendo a carreira profissional dos filhos um coroamento social de sua situação financeira.

Nessa pesquisa revelou-se que aqueles que deram continuidade ao comércio aberto pelos pais não experimentaram, com mesmo vigor, o sucesso obtido por aqueles que decidiram pelas profissões liberais. Mais comum foram os casos de manutenção e até de lenta decadência desses estabelecimentos herdados dos pais. Aqueles que mantiveram os negócios originais tiveram que se adaptar a novas realidades, muitos fecharam o comércio. Outros comerciantes, que herdaram uma rede de lojas, hoje procuram manter, com dificuldade, uma única loja. Por outro lado, os filhos de imigrantes que resolveram iniciar suas próprias lojas, independentemente da trajetória comercial dos pais, foram relativamente bem sucedidos, demonstrando a facilidade de integração ou de adaptação desses descendentes ao comércio, apesar da segregação ou preconceito que foram ou ainda são vítimas, impostas por aqueles que não alcançaram a mesma situação sócio-econômica.

Algumas das questões puderam ser testadas através dos dados obtidos dos entrevistados. De forma aleatória, verifica-se com frequência que, numa mesma família de imigrantes, quase sempre os filhos seguem trajetórias diferentes, mesmo opostas. Em uma história de vida se observa ascensão social através dos bancos escolares e na outra, aquele que frequentou apenas a 'escola da vida' e aprendeu a viver na 'mandragem', obteve igual resultado, inclusive o sucesso econômico.

Outra nuance de diferença que se observa com frequência entre os filhos de um imigrante é a ordem de seu nascimento. Quando seu primogênito vem ao mundo, no início de sua carreira, ele geralmente cresce influenciado pela atividade comercial do pai, tendo pouca chance de dedicação acadêmica que lhe proporcione formação superior. Quanto mais 'temporão' o filho, maior sua condição de abraçar ensino superior e conseqüente formação acadêmica.

Esse também pode ser um fator de diferença e desunião entre os membros de uma mesma família. As diferenças observadas entre profissionais liberais e comerciantes são gritantes, chegam a ser antagônicas. Em geral, o profissional liberal tem desprezo pelo comerciante pela sua atividade pouco científica, ao passo que muitos comerciantes se sentem sacrificados face ao irmão que conseguiu formação escolar.

As mulheres descendentes de imigrantes sírios e libaneses, por suas características únicas de cultura e tradição mereceriam um estudo à parte, porém vale lembrar que,

No âmbito familiar, a mulher tem um papel fundamental na transmissão da cultura de um determinado grupo étnico. Por tomar conta dos filhos e ser a responsável pelos afazeres domésticos, fica mais tempo em contato com eles e os educa da melhor maneira possível, transmitindo-lhes a visão de mundo de sua família e de sua classe, que também reflete a de seu grupo (CAMPOS & LUNARDELO, 2003, p.131).

A elas ficou reservado o papel de esposa e mãe na divisão do trabalho, embora algumas trajetórias fujam, pelo menos parcialmente, dessa perspectiva. Das mulheres que foram entrevistadas, a grande maioria não estudou além do ciclo básico da educação formal e as poucas que estudaram não exerceram carreira que lhes conferissem prestígio econômico ou social. O que mais chama atenção, porém, foi a energia com que atuaram no âmbito da casa, no comércio do marido e também na maneira como conseguiram resguardar e reproduzir a cultura dos pais, traduzindo seus valores para a moda brasileira.

O maior exemplo disso está na culinária. A mulher descendente foi a grande responsável pela difusão do quibe, que, sem dúvida, caiu no gosto popular do brasileiro. “Como as comidas são associadas a povos em particular, e muitas delas são consideradas inequivocadamente nacionais” (MINTZ, 2001, p. 115), lidamos aqui, de novo, com a questão da identidade.

Algo mais ficou claro no decorrer da pesquisa: a diferença entre ascensão econômica e ascensão social. Os imigrantes que optaram pelo comércio alcançaram ascensão econômica e, a partir disso, ou melhor, por causa disso, inseriram-se de forma mais nítida e profunda na sociedade local. Seus filhos, já brasileiros, se inseriram socialmente de forma mais profunda, e mantendo parte das tradições foram os responsáveis pela consolidação dessas posições – econômica e social –, quando optaram pelas carreiras liberais. Mesmo nos casos daqueles que optaram pelo comércio, ou qualquer outra atividade, se viram bem inseridos socialmente, participando e dando prosseguimento às transformações observadas na cidade neste último século.

Por derradeiro ainda vale destacar a importância da família para os imigrantes sírios e libaneses. Desde a terra da origem, o apoio da família foi fundamental para o sucesso da empreitada imigratória. Quando chegam ao Brasil, essas pessoas continuam contando com o apoio da família ou daquele grupo de conterrâneos formado por irmãos, primos ou vizinhos. Essa rede, fadada ao desaparecimento na terceira geração - a chamada 'grande família' é formada por uma comunidade que se reproduz na família ou no trabalho. Para se manter viva a rede, formada por laços familiares ou comerciais, se aglutina em nichos. No caso da família Francisco, Volta Redonda e Yabrud. No caso dos Bedran, Chimut no Líbano e a Rua da Alfândega no centro do Rio. No caso dos Chaia, radicados em Campo Grande - subúrbio do Rio, a aldeia maronita de Doum, nas montanhas do Líbano.

Referências

- ABDALA JUNIOR, Benjamim (ORG.) *Margens da cultura: mestiçagem, hibridismo & outras misturas* São Paulo: Boitempo, 2004.
- ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2004a.
- ALMEIDA, Ludmila Savri. “Sírios e libaneses: redes familiares e negócios”. In: Célia Maria Borges (org.). *Solidariedades e conflitos. Histórias de vida e trajetórias de grupos em Juiz de Fora*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2000.
- ANDERSON, Benedict. *Imagined Communities*. 2nd ed. London: Verso, 1991.
- ANDRADE, A. M. M. S. *Sob o signo da imagem*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1990. (monografia de graduação do curso de história).
- ARQUIVO NACIONAL (BRASIL) Registro de Ingressos de Estrangeiros na Capital Volume 1 Coleção 415 folha 106: Rio de Janeiro, S/D.
- _____ (BRASIL) Arquivo referente ao Ministério da Justiça, série agricultura IA6. 173 Processo do Gabinete do Ministro da Agricultura: Rio de Janeiro, 1889.
- _____ (BRASIL) Arquivo referente ao Ministério da Justiça, série naturalização IJJ 6N 1650 Processo do Gabinete do Ministro da Justiça: Rio de Janeiro, 1931.
- BHABHA, Homi K. *O local da cultura* Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.
- BARTLETT, F. *Remembering*. Cambridge: Cambridge University Press, 1932.
- BASTANI, T. *O Líbano e os libaneses no Brasil*. Rio de Janeiro: F. Briguet, 1949.
- BENJAMIM, W. *Obras escolhidas* São Paulo: Vol. I São Paulo: Brasiliense, 2003.
- BOSI, Icléia *Memória e sociedade: lembranças de velhos* São Paulo: Cia das Letras, 1994.
- BOM MEIHY, J. e SIQUEIRA, S. *Fragmentos Discursivos de Bairros do Rio de Janeiro URCA* Editora da UNIRIO: Rio de Janeiro, 1998.
- BOURDIEU, Pierre *A economia das trocas simbólicas* São Paulo: Perspectiva, 2004.
- _____ *A dominação masculina* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

- CABREIRA, Márcia Maria *Cultura e identidade em São Paulo: a imigração síria e libanesa São Paulo*. *Eccos revista científica da Uninove* n.1 v.3 jun, 2001.
- CANCLINI, Nestor Garcia *A globalização imaginada* São Paulo Iluminuras, 2003.
- CAMPOS, A. *Turco pobre, sírio remediado, libanês rico: a trajetória do imigrante libanês no Espírito Santo.(1910-1940)* Niterói: Editora da UFF, 1984.
- CAPELLO, Ernesto. *Carrying the past: the Syrio-Lebanese Emigration to Brazil*. Journal, No. IV, Acesso em 20/01/2002. <http://www.la.utexas.edu/research/paisano/EECtext.html>.
- CARVALHO, D. DE. *Chorographia do Districto Federal*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1926.
- CASTELLS, M. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- CLUBE SÍRIO E LIBANES *Revista dos 60 anos do Clube Sírio e Libanês* (edição de João Batista Barros). Rio de Janeiro: 1995.
- CORTES, Geraldo Menezes *Migração e colonização no Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora. Coleção Documentos Brasileiros, n. 95, 1958.
- ELIAS, Norbert *A sociedade dos indivíduos* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1994.
- FAUSTO, B. *Fazer América*. EDUSP: São Paulo, 1999.
- FERREIRA, L.; ORRICO, E. *Linguagem, identidade e memória social*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- FERREIRA, M.; AMADO, J. *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- FRANCISCO, J. *Imigração síria e libanesa para o Brasil: negociando a identidade*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Museologia) Escola de Museologia, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2002.
- _____, J. *Memória da Imigração Vol II Sírios e Libaneses*. Departamento de Pesquisa Universidade Estácio de Sá: Rio de Janeiro, 2003.
- GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- GERSON, B. *Histórias das ruas do Rio*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2000.

- GIDDENS, A. *The Consequences of Modernity*. Cambridge: Polity, 1990.
- GOMBRICH, E. *Arte e ilusão*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- GONDAR, Jô e BARRENECHEA, Miguel (ORGs.) *Memória e espaço: trilas do contemporâneo*. Rio de Janeiro: Editora 7letras, 2003.
- GREIBER, B. MALUF, L. MATTAR, V. *Memórias da imigração: libaneses e sírios em São Paulo*. São Paulo: Discurso Editorial, 1998.
- HADDAD, Jamil . *O que é o Islamismo*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- HAJJAR, C. *Imigração árabe: 100 anos de reflexão*. São Paulo: Ícone, 1985.
- HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- HARVEY, D. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1989.
- HITTI, P. *History of Syria; including Lebanon and Palestine*. London: Macmillan, 1956.
- HOBBSAWM, E. *Mundos do trabalho*. Rio Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- _____ *A era dos extremos*. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- HOURANI, A. *Uma história dos povos árabes*. São Paulo: Cia. das Letras, 1994.
- INSTITUTO CAMÕES Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <http://www.instituto-camoes.pt/cvc/hlp/biografias/saidali.html>
- KAARAN, A. *A Distribuição sócio-espacial dos imigrantes libaneses na cidade do Rio de Janeiro entre 1920 e 1940*. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2000 (dissertação de mestrado em história).
- KHATLAB, Roberto *Brasil-Líbano: amizade que desafia a distância*. Bauru: EDUSC, 1999.
- KLEIN, Herbert “Migração internacional na história das Américas”. In: Boris Fausto (org.). *Fazer a América* Edusp/Fundação Memorial da América Latina, 1999.
- KIRK, G. *História do Oriente Médio*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.
- KNOWLTON, C. *Sírios e libaneses em São Paulo: ascensão social e espacial*. São Paulo: Editora Anambi, 1961.

- LAMARÃO, S. Identidade étnica e representação política: os descendentes de sírios e libaneses no parlamento brasileiro (1945-1998) In: OLIVEIRA, M. A. (org) *Guerras e imigrações*. Campo Grande: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2004.
- LESSER, J. O Judeu é o turco da prestação: etnicidade, assimilação e imagens das elites árabes e judeus no Brasil. In: *Estudos Afro-Asiáticos*, v. 27, abril 1995.
- LIMA, Evelyn F.W. *Avenida Presidente Vargas* Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1990.
- LUNARDELO, Paulo H. ; SOUZA CAMPOS, Maria C. *Portugueses no meio rural paulista (1900 - 1950)* Rio de Janeiro: Revista de História Oral no.6, 2000.
- MARCUSE, H. *A ideologia da sociedade industrial*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- MINTZ, Sidney Comida e Antropologia, uma breve revisão. *RBCS Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, RJ, v.16, n.47 p. 31-39, out. 2001.
- NORA, P. *Les Lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, 1997.
- NUNES, H. *A imigração árabe em Goiás: 1880 - 1970*. Dissertação de Mestrado (Instituto de História) Universidade de São Paulo: USP, 1986.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Os italianos e os modernistas paulistas*. Texto apresentado no XXVI Encontro Anual da ANPOCS (GT Pensamento Social no Brasil), 2002. (mimeo.)
- PIMENTEL, Valdevez Cavalcante *A aculturação do imigrante sírio no Piauí (estudo de caso)*. Teresina: Projeto Petrônio Portela, 1986.
- POLLACK, M. Memória e identidade social. In: *Estudos Históricos* nº10. Rio de Janeiro: CPDOC/Ed. FGV, 1992.
- _____, Memória, Esquecimento e Silêncio. In: *Estudos Históricos* nº7. Rio de Janeiro: Ed. da FVG, 1988.
- RIBEIRO, P. Multiplicidade Étnica no Rio de Janeiro; um estudo sobre o SAARA *ACERVO REVISTA [DO] ARQUIVO NACIONAL*, vol. 10 numero 2 Rio de Janeiro, 1997.
- SAID, E. *Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- SILVA, T. DA (org.) *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- SIQUEIRA, Márcia Dalledone. *Da imigração à fundação do Clube Sírio-Libanês do Paraná*. Curitiba: Edição do Coordenador, 2002.

- SOVIK, L. (org.) *Da diáspora, identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- THOMPSON, Paul. A transmissão cultural entre gerações dentro das famílias: uma abordagem centrada em histórias de vida. *Ciências Sociais Hoje*. São Paulo: 9-19, 1993.
- TRUZZI, O. *Patrícios: sírios e libaneses em São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- VARELA, Flávia. Patrícios: Dinheiro, Diploma e Voto: A Saga da Imigração árabe. *VEJA*. São Paulo: Abril, ano 33 n.26 p.122-128 out.2000.
- VELHO, G. *Individualismo e cultura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- VILHENA, M. A., *Carcamano*. Teresina: Universidade Federal do Piauí/Departamento de Geografia e História, 2001 (monografia apresentada para obtenção da graduação de licenciatura plena).
- WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica conceitual. In: DA SILVA, T. (Org.) *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- YATES, F. *The art of Memory*. Chicago: University Chicago Press, 2003.
- ZAIDAN, Assaad. *Raízes libanesas do Pará*. Belém: s/ed., 2001.
- ZEGHIDOUR, S. *A poesia árabe moderna e o Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

ANEXO A – Quadro Geral dos Entrevistados

Data da entrevista	Nome e profissão	Origem familiar e trajetória/destino	Orientação religiosa dos pais	Data e local de nascimento	Período aproximado/ano de chegada dos pais ao Brasil
19.11.02	Demétrio Habib, Comerciante	Líbano/Tijuca/Copacabana RJ	Ortodoxa	05.05.1927, Tijuca, RJ	década de 1920
09.12.02	Jorge Wadih Bedran, Comerciante	Líbano/Tijuca/Ipanema RJ	Maronita	04.09.1937, Tijuca, RJ	1919
16.12.02	Eva A. Messa Neme, Comerciante	Líbano/Areal/RJ/Copacabana RJ	Muçulmana	25.11.1931, Areal, RJ	antes da I Guerra
07.01.03	Amir Haddad Ator, Diretor	Síria/ Guaxupé, MG e Rio. (Santa Teresa)	Ortodoxa	02.07.1937, Guaxupé, MG	antes da I Guerra
09.01.03	Jurema R. E. Zacharias, Professora	Síria/ Méier/Copacabana RJ	Ortodoxa	25.02.1929, Madureira, RJ	1901
15.01.03	Fouad Chalfun, Economista	Líbano/Tijuca/Ipanema RJ	Católica	01.12.1910 Tijuca, RJ	1908
16.01.03	Habib Abduche, Comerciante	Síria/Santa Maria RS/Saara/Copacabana	Melquita	10.10.1927 Santa Maria, RS	depois da I Guerra
06.02.03	Nagib Chamon Geólogo	Líbano/Promissão SP/Leblon RJ	Católica	12.05.1933 Promissão, SP	década de 1920.
07.02.03	Jovelina Sales Mansur, Funcionária	Líbano/ Ubá MG/Leblon RJ	Católica	20.12.1925 Ubá, MG	década de 1920
07.02.03	Jorge Fadel, Dentista	Líbano GambôaTijuca	Católica	19.06.1917 Gamboa, RJ	antes da I Guerra
11.02.03	Alberto João Richa, Advogado	Síria/SAARA/Tijuca /Leblon RJ	Ortodoxa	20.10.1931 SAARA, RJ	antes da I Guerra
13.02.03	Dahas C. Zarur, Advogado	Líbano/ SAARA /Méier/ Leblon RJ	Ortodoxa	12.03.1926 SAARA, RJ	década de 1920
25.02.03	Lourdes Chalhub, do lar	Síria/Ipanema	Ortodoxa	20.01.1934 Ipanema, RJ	década de 1930
25.02.03	Adélia Cury Valladão, do lar	Síria/Ipanema RJ	Católica	02.04.1920 Ipanema, RJ	antes da I Guerra

Data da entrevista	Nome	Origem familiar e trajetória/destino	Orientação religiosa dos pais	Data de nascimento	Período aproximado/ano de chegada dos pais ao Brasil
27.02.03	Muhamad Amin Baccar Geofísico	Líbano/St.Cruz do Sul RS/ Leblon RJ	Muçulmano	02.07.1932 Santa Cruz do Sul, RS	antes da I Guerra
13.03.03	Miguel Pachá, Magistrado	Síria/ Petrópolis RJ	Ortodoxa	19.05.1935 Petrópolis, RJ	1926
14.03.03	Atala Abraão, Comerciante	Líbano/Juazeiro CE/ Niterói RJ	Ortodoxa	20.07.1930 Juazeiro, CE	década de 1920
25.03.03	Victoria Chaia, do lar	Líbano/Rio Doce MG/ Campo Grande (Zona Oeste, RJ)	Maronita	07.06.1925 Campo Grande, RJ	1923
08.04.03	Jorge Darze, Médico	Líbano/ Méier RJ	Ortodoxa	28.06.1919 SAARA, RJ	1910
15.04.03	João Wehbi Dib, Magistrado	Síria/ Santos SP/SAARA/Leblon RJ	Ortodoxa	26.01.1933 SAARA, RJ	1926
24.04.03	Jamil Haddad, Médico, Político	Líbano/Saara/ Tijuca	Ortodoxa	02.04.1926 Tijuca, RJ	Fim do século XIX

ANEXO B – Descendientes de Antonio Francisco

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

JÚLIO CÉSAR BITTENCOURT FRANCISCO

SÍRIOS E LIBANESES NO RIO DE JANEIRO: MEMÓRIA
COLETIVA & ESCOLHAS INDIVIDUAIS.

Rio de Janeiro

2005